



IV Legislatura
I Sessão legislativa

Número: 12
Quinta-Feira, 16 de Março de 1989

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES DIÁRIO DA ASSEMBLEIA REGIONAL

Presidente: Deputado Reis Leite

Secretários: Deputados Jorge Cabral e Manuel Goulart

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 10,00 horas.

No período da Ordem do Dia prosseguiram os debates sobre o Plano de Médio Prazo 89/92, bem como sobre o Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1989.

No período destinado a pedidos de esclarecimento subsequentes à apresentação dos referidos documentos, usaram da palavra os Srs. Deputados Dionísio de Sousa (PS), Paulo Valadão (PCP), Alvarino Pinheiro (CDS), Renato Leal (PS), Rui Meireles (CDS), Manuel Serpa (PS), Henrique Aguiar (PSD), Francisco Sousa (PS), Melo Alves (PSD), Carlos Mendonça (PS), Renato Moura (PSD), Victor Cruz (PSD), Tomaz Duarte (PSD), António Silveira (PSD), José Maria Bairos (PSD), Adelaide Teles (PSD), Carlos Teixeira (PSD), Regina Cunha (PSD), Francisco José Silva (PSD), José Carlos Simas (PSD), David Santos (PSD), António Varão (PSD), José Aguiar (PSD) e Rui Melo (PSD).

Para prestarem os esclarecimentos solicitados intervieram os seguintes Secretários Regionais: das Finanças e Planeamento, Gualter Furtado; da Administração Interna, Costa Neves; da Juventude e Recursos Humanos, Manuel Arruda; da Economia, Álvaro Dâmaso; da Agricultura e Pescas, Adolfo Lima; do Turismo e Ambiente, Eugénio Leal; da Habitação e Obras Públicas, Natalino Viveiros; da Saúde e Segurança Social, António Menezes.

Iniciados os debates propriamente ditos, usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados José Carlos Simas (PSD), Victor Ramos (PS), Rui Melo (PSD), Dionísio de Sousa (PS), Albano Pimentel (PS), Regina Cunha (PSD), Paulo Valadão (PCP), Fernando Fonte (PS), Álvaro Pacheco (PSD), Rui Meireles (CDS), Francisco Sousa (PS), Henrique Aguiar (PSD), Carlos Pinto (PS), António Silveira (PSD), Carlos Mendonça (PS), Manuel Serpa (PS), Renato Moura (PSD), Rogério Serpa (PS), Francisco José Silva (PSD), José Gabriel Lopes (PS), José Maria Bairos (PSD), Duarte Pires (PS), António Varão (PSD), bem como os Srs. Secretários Regionais, das Finanças e Planeamento, Gualter Furtado; da Habitação e Obras Públicas, Natalino Viveiros; da Educação e Cultura, António Azevedo Rosa; da Juventude e Recursos Humanos, Manuel Arruda; da Saúde e Segurança Social, António Menezes; da Administração Interna, Costa Neves e ainda o Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social, Joaquim Machado.

A continuação dos trabalhos ficou agendada para o dia seguinte.

Os trabalhos terminaram às 20,00 horas.

Presidente: Srs. Deputados, vai proceder-se à chamada.

(Eram 10,00 horas)

(Prodeceu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: PSD - Adelaide Teles, Alvaro Pacheco, António Gaspar Silva, António Silveira, António Varão, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Francisco José Silva, Henrique Aguiar Rodrigues, José Carlos Simas, Jorge Cabral, José Maria Bairos, José Ramos Aguiar, Madrugada Costa, Tomaz Duarte, Melo Alves, Regina Cunha, Reis Leite, Renato Moura, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; PS - Dionísio Amaral Medeiros, António Gomes, António Oliveira Rodrigues, Victor Ramos, Carlos Mendonça, Dionísio Sousa, Fernando Fonte, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Gabriel Lopes, Manuel Carvão Júnior, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Martins Goulart, Carlos Pinto, Renato Leal, Rogério Serpa; CDS - Alvarino Pinheiro, Rui Meireles; PCP Paulo Valadão).

Presidente: Estão presentes 44 Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início ao **Período da Ordem do Dia** com a continuação da apreciação do **Plano de Médio Prazo 89/92 e Plano e Orçamento Regionais para 1989.**

Para pedir esclarecimentos subsequentes à apresentação feita pelo Sr. Secretário Regional das Finanças, relativamente a estes documentos, tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento:

Uma das situações mais curiosas da nossa actividade política e parlamentar é o facto de as questões postas através de requerimentos serem respondidas posteriormente ao interesse das próprias respostas.

Para que isso não aconteça com o requerimento que fiz em 28 de Fevereiro de 89, repetia aqui as perguntas porque elas são todas referentes ao Planeamento Regional.

Esse requerimento baseava-se no artigo 13º do Decreto Legislativo Regional nº 21/83/A, que diz o seguinte:

"Ao DREPA compete, designadamente:

a) Estudar as perspectivas de desenvolvimento económico-social da Região e elaborar **previsões quantitativas**, globais, sectoriais e sub-regionais que permitam a formulação das opções fundamentais e dos objectivos do Plano Regional, assim como a fixação das metas de desenvolvimento;

b) Propor a formulação de orientações e directivas de carácter técnico para a elabo-

ração dos planos sectoriais, de modo a facilitar a sua posterior integração no Plano Regional, facultando a informação indispensável à sua elaboração;

c) Assegurar a compatibilização nos domínios globais e sectoriais de planeamento, tendo em vista a elaboração do Plano Regional;

d) Preparar os esquemas de ordenamento económico-social da Região."

Volto a repetir aqui as questões que tinha formulado em 28 de Fevereiro para que o Governo me forneça os seguintes elementos:

"- Quais são as previsões quantitativas de carácter global, que por imposição da alínea a) do artigo 13º do Decreto Legislativo Regional 21/83/A de 28 de Março devem ter sido elaboradas pelo DREPA para permitirem a formulação dos objectivos e da estratégia de desenvolvimento regional constante do Capítulo III do Plano 89/92?

- Quais são as previsões quantitativas de carácter sectorial que, nos termos da disposição legal referida no número anterior, devem ter sido elaboradas pelo DREPA para permitirem e fundamentarem as políticas sectoriais e a programação constantes do Capítulo IV do PMP 89/92?

- Quais foram as orientações e directivas de carácter técnico que, nos termos da alínea b) do artigo 13º do Decreto Legislativo Regional 21/83/A de 28 de Março, devem ter sido transmitidas às Secretarias Regionais para a elaboração dos seus planos sectoriais "facilitando a sua posterior integração no PMP 89/92"?

- Que critérios, "tendo em vista a elaboração do Plano Regional", como se refere na alínea c) daquele mesmo artigo do Decreto Legislativo Regional 21/83/A, permitiram ao DREPA "assegurar a compatibilização nos seus domínios globais e sectoriais" do PMP 89/92?"

É evidente que eu não vou exigir ao Sr. Secretário Regional das Finanças, ou a quem por ele responda, que me dê todas as previsões quantitativas de todas as opções, de todos os objectivos globais e de todos os objectivos sectoriais, mas que me dê alguns a título de exemplo.

Passo agora a uma 2ª questão:

Uma das coisas que vem referida, ou melhor, a única que vem referida em relação aos recursos financeiros, em relação à preocupação de os conhecer em termos reais, é apenas a que diz respeito às transferências do Estado para a Região.

Haveria muito interesse - e isso não se conseguiu na Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros - em sabermos a comparação, não apenas nominal mas em termos reais, entre os

valores da programação e dos recursos financeiros previstos neste PMP em relação ao PMP anterior. Esse trabalho fez-se para o PMP 85/88, ou melhor, fê-lo a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros. No relatório actual e no parecer dispensou-se de o fazer.

Gostaríamos de saber - e precisamos de saber para podermos apreciar estes valores - qual é o factor de correcção da inflação entre 85 e 88 que nos permita avaliar, em termos reais, qual é a diferença de recursos financeiros entre o Plano 89/92 e o Plano 85/88.

Passo agora à 3ª questão:

O Plano está concebido como se existisse na Região apenas sector público e sector privado. O sector cooperativo merece apenas uma breve referência relacionada com as cooperativas de habitação.

Para esta omissão não basta a justificação de que ele não reclama investimentos do Plano, pois o mesmo acontece com a emigração que tem honra de grande objectivo e uma página de literatura e de objectivos.

- Esta omissão do sector cooperativo é uma opção do Governo ou um lapso do DREPA?

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): O DREPA não faz Planos!

O Orador: Mas comete lapsos, por isso é que eu faço a pergunta!

E passo a outra questão:

Nem no Capítulo dos Recursos Financeiros do PMP nem no Orçamento para 89 existe qualquer referência, no primeiro caso, ou rubrica, no segundo, para as receitas resultantes das privatizações ou da cedência de participações detidas pelo Governo Regional, nomeadamente no sector do Turismo.

- O que é que isto significa? Que o Governo desistiu das privatizações e de ceder as participações? Não as realizar este ano ou cedê-las gratuitamente?

Fala-se muito na diminuição das transferências do Estado. Em relação ao PMP 89/92 elas decrescem apenas 1% - de 20,2 em 85/88 para 19,2.

Mais preocupante parece ser o decréscimo do montante dos Acordos Internacionais que representavam 20% da cobertura do PMP 85/88 e que descem para 10,5% no actual.

Mesmo assim fica por explicar como se conseguem os 33 milhões e 50 mil contos em vez de 27 mil que dariam os 6 milhões de contos anuais das Lajes com os 550 mil contos das Flores. - Como é que se explica essa diferença de cerca de 6 milhões de contos?

A dívida da Região aumentou no 2º semestre de 88 de 5 776 mil contos para 11 174 mil contos. A justificação vem dada na página 44 do Orçamento, dizendo-se que esta dívida foi

ocasionada pelas obras da Marginal de Ponta Delgada e do Aeroporto.

Pergunta-se:

- Como é que no 2º semestre de 88 (que meteu o mês de Outubro) se conseguiram gastar nessas obras 6 milhões de contos?

Uma outra questão que eu desejava colocar era a seguinte:

Foi referido na intervenção do Sr. Secretário que todas as variáveis macroeconómicas e a relação intersectorial de todos os factores tinha sido considerada na elaboração do Plano.

Partindo desse pressuposto, gostaria de perguntar ao Sr. Secretário se poderia acrescentar algum rigor quantitativo àquilo que vem na página 6 do Orçamento em que se diz o seguinte:

"O produto Interno Bruto da Região, que em fins de 1987 foi estimado em 64,4 milhões de contos a preços de mercado, deverá ter subido ligeiramente, considerando que o ano de 1988, em termos de produção agrícola e captação de pescado, foi um ano razoável".

- O que é que se pode acrescentar, em termos de rigor, ao "ligeiramente" e ao "razoável" para sabermos alguma coisa **razoavelmente**?

Na página 122 do PMP diz-se que "O objectivo do equilíbrio do orçamento corrente exigirá que as despesas correntes do funcionamento da administração sejam financiadas com as receitas provenientes da cobrança de impostos".

- Como é que se apresenta isto como objectivo se se verifica que as receitas fiscais e patrimoniais (não são apenas as fiscais mas sim as duas), no valor de 129 342 mil contos, são inferiores às despesas correntes que são no montante de 134 473 mil contos? Como é que isto é um objectivo se já, à partida, se vê que é uma impossibilidade?

Presidente: Tem agora a palavra, também para pedidos de esclarecimento, o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No Plano de Médio Prazo, Programa 24, no anexo, a pág. 20, lê-se: "construção de novas unidades de modo a garantir o abate para o abastecimento local em boas condições higio-sanitárias (casa de abate de S. Jorge);

Na medida em que já no ano transacto tive oportunidade de conhecer na Calheta de S. Jorge uma estrutura de abate, em construção, que depois de devidamente apetrechada irá garantir um abate, que poderá ser feito nas melhores condições higio-sanitárias gostaria de perguntar se efectivamente pretende-se apetrechar e pôr a funcionar, devidamente, a estrutura em construção ou se se prevê a construção de nova estrutu-

ra, e se sim, qual a razão desta opção. Dado que não existe qualquer estrutura deste tipo na Ilha do Corvo e a existente nas Flores não tem um mínimo de condições higio-sanitárias, gostaria de saber se nestas ilhas (Flores e Corvo) se irão construir unidades de abate.

No Programa 23, anexo, pág. 19, fala-se em "arborização de 714 ha de floresta" e "aquisição de terrenos destinados a arborizar cerca de 810 ha". Poder-se-á saber a localização destas áreas a arborizar?

No Programa 22, anexo, pág. 18, lê-se:

"caminhos de acesso às explorações numa extensão total de 150 Km". Será possível conhecer quantos quilómetros serão executados em cada Ilha?

Também se lê "Rede Viária Florestal"; do mesmo modo seria necessário saber-se quantos quilómetros serão executados em cada Ilha.

Considerando que é objectivo do PMP "a necessidade de generalizar o acesso à educação pré-escolar" perguntamos se são consideradas suficientes o número de escolas que se propõe construir, concluir e ou remodelar?

Disse.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento:

A apresentação do PMP 89/92, Plano para 1989 e respectivo Orçamento, feita pelo Sr. Secretário Regional das Finanças, suscitou-nos alguns comentários e dúvidas.

Reconhecemos como aspecto positivo a adopção de uma linguagem muito técnica e a preocupação de maior realismo no diagnóstico da situação económica e social da Região. Classificar o actual quadro regional como profundamente negativo, comparado com a situação nacional e comunitária, traduz uma mudança significativa na estrutura governamental.

Afirmar que a era das infra-estruturas ainda não terminou poderá traduzir uma preocupação realista, mas contradiz um dos principais slogans desta maioria no passado quadriénio.

Relativamente ao Orçamento para 89 uma questão fundamental carece de explicação.

Não compreendemos que as despesas correntes previstas traduzam um aumento de 33% em relação ao Orçamento do ano anterior e de cerca de 28% em relação ao potencialmente realizável em 31 de Dezembro de 88. Isto é, admite-se em toda esta política orçamental um crescimento real superior a 21%.

Para além dessa explicação global há uma questão que pode ser de certo pormenor mas é uma coincidência: estranhámos o facto de, no Orçamento da Presidência do Governo Regional, não se verificar qualquer desagregação na parte

de despesas de funcionamento, ainda por demais com a criação de duas novas Secretarias Regionais. Parece-nos, de facto, uma lacuna "deselegante", pelo menos.

Quanto à própria evolução das despesas correntes, globalmente, há ainda a considerar, na nossa perspectiva, uma explicação indispensável para aspectos que envolvem alguns sectores. Há aqui exemplos, como o caso da Secretaria Regional da Economia, em que o crescimento das despesas de funcionamento é da ordem dos 95% aproximadamente; no caso da Secretaria Regional da Habitação é da ordem dos 51%; o crescimento das despesas de funcionamento do Gabinete do Secretário da Habitação é de 333%; o mesmo se dirá do Gabinete do Secretário da Economia que é de mais do dobro: no caso do Secretário da Economia essas despesas passam de 205 mil contos para 390 mil contos aproximadamente.

Isso não corresponde no conjunto a uma política de contenção das despesas, não corresponde a uma política de rigor no entendimento que tem sido sempre feito por esta Assembleia...

Presidente: Desculpe, Sr. Deputado, mas queria só preveni-lo de que tendo o CDS 5 minutos o Sr. Deputado já gastou quase 4.

O Orador: Agradeço-lhe a atenção. Vou deixar algumas destas questões para outra ocasião do debate.

Vou só fazer mais uma pergunta relativamente à "dívida pública".

Fala-se apenas na dívida pública do sector administrativo e dá-se informação sobre a dívida das empresas públicas relativamente a 87. Gostaria de um valor globalizante, incluindo as autarquias, relativamente a 31 de Dezembro de 88.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

No Programa do Governo na página 129, referia-se concretamente "a criação de um Fundo Regional de Turismo".

Agradecia, em primeiro lugar, que, caso ele esteja referido nalgum dos documentos em apreço, me fosse indicado onde e, caso contrário, se possível, a razão da omissão desta criação do "Fundo Regional de Turismo".

Uma segunda questão relaciona-se com a taxa de ocupação das unidades hoteleiras. Refere-se no PMP que "a procura tem sido mais acelerada do que a oferta".

- Como é que se explica então uma taxa tão baixa como aquela que é referida que aponta, salvo erro, para a ordem dos 30%?

Uma outra questão tem a ver com o "turismo étnico", que também vem referido no PMP como tendo uma taxa relativamente inferior a 10%

quando o turismo dos residentes quase se guinda aos 80%.

- Que medidas se pensam tomar para contrariar estas taxas?

No Anexo ao PMP, a páginas 26, no Programa nº 29, a dada altura refere-se a "criação de um parque de caça".

Gostaria de saber, em primeiro lugar, o que é que isto é concretamente e, em segundo lugar, se possível, onde é que se vai localizar.

No Programa do Governo, a páginas 131, falava-se concretamente no "jogo" ou "concessão de licenças de jogo".

Uma vez que nos documentos que estão em análise, neste momento, não encontrei qualquer referência a essa questão, gostaria que me indicassem onde é que ela se encontra referida no caso da sua omissão, uma justificação a tal.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles. Tem apenas um minuto.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

- O custo dos transportes de pessoas e bens constitui um factor de agravamento do preço dos produtos na Região, e ainda do isolamento das pessoas entre ilhas.

É já uma velha e complicada questão.

Que medidas concretas vai o Governo tomar para obviar ou atenuar este grave problema na sua dupla vertente - a económica e a política?

- A Região detém, infelizmente, o recorde nacional do insucesso escolar e do analfabetismo.

Que medidas vai o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura tomar para atenuar ou mesmo inverter esta situação?

- Energia eléctrica barata é um dos factores potenciadores do desenvolvimento da economia em qualquer país do mundo. Não ignoro que o problema não é fácil de resolver na Região.

Que medidas concretas vai o Governo tomar para a solução deste básico problema?

- Afirmou V. Exa. Sr. Secretário Regional das Finanças e do Plano, que este Governo encara a iniciativa privada como motor do desenvolvimento económico regional.

Para além dos incentivos provenientes dos programas comunitários, que medidas pensa implementar, na Região, para inverter a actual política de contenção do crédito que obstaculiza o investimento do sector privado?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

No Plano Anual para 89 aponta-se uma Escola

Preparatória para a Madalena do Pico e no Anexo ao Plano de Médio Prazo engloba-se essa Escola entre as Preparatórias e Secundárias sem qualquer definição específica.

Gostaria de ouvir claramente da boca do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura que tipo de Escola, afinal, se vai construir na Madalena do Pico.

Ainda outra pergunta:

Mantêm-se ainda zonas escuras e intermitências em relação à cobertura televisiva - isso é palpável, isso é evidente mesmo aqui na fronteira numa freguesia como a Candelária - já que o retransmissor não corresponde.

Não vi nada no Plano que pudesse, digamos, rever essa situação. Assim, gostaria de saber se estão previstas medidas no sentido de que a cobertura seja eficaz nessa zona.

Gostaria de colocar ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas duas perguntas muito breves. A primeira é a seguinte:

- Os mestres-pescadores têm de facto correspondido ao cumprimento das cláusulas estabelecidas na entrega de barcos, quer na pesca do atum, quer na pesca artesanal?

Gostaria também de saber se as experiências feitas com camarão são indiciadoras de que se deve retomar, de novo, a experiência neste ramo.

Pergunto ainda ao Sr. Secretário Regional da Economia se a rampa do Porto da Madalena ficará concluída no fim desta safra de modo a permitir a varagem das traineiras já no mês de Setembro.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Aguiar.

Deputado Henrique Aguiar (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A minha pergunta é dirigida ao Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

Tive conhecimento, há pouco, de um Despacho da Sra. Ministra da Saúde do Governo Central sobre a responsabilidade do pagamento das despesas feitas com os doentes enviados dos Hospitais Distritais, nomeadamente dos Hospitais dos Açores, recairem sobre a entidade que os enviasse.

Esta situação, não estando prevista nos orçamentos dos Hospitais, não me parece também estar prevista no Orçamento Regional.

- Como pensa o Sr. Secretário resolver o assunto?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo, no seu Programa e durante a campanha eleitoral, comprometeu-se a dar prioridade ao sector da Educação e, dentro da Educação,

seria prioritária a Educação Pré-Escolar e o Ensino Primário.

Assim, pergunto ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura o seguinte:

- Quais as localidades que irão ser contempladas em 89 com a Educação Pré-Escolar na Região, na medida em que nem no Plano nem no Anexo para 89 vejo mencionada uma única localidade a abranger pela sua Secretaria na área da Educação Pré-Escolar?

- Por que razões se não iniciaram em 1989 as construções das Escolas Preparatória da Maia, Secundária da Praia da Vitória e Preparatória e Secundária C+S da Madalena do Pico?

- Como se explica que o PSD não tenha aceite a proposta do PS de incluir no Plano e Orçamento de 1988 a verba de 25 000 contos para lançamento do CIFOP e não tenham existido, por falta de verbas, instalações para que se iniciassem as aulas em devido tempo? Como se explica igualmente que na Proposta do Orçamento para 89, na página nº 36, se mencione a verba de 80 milhares de contos ao CIFOP e no Anexo ao Mapa II página 69 se inscrevam 95 000. Porquê a discrepância?

- Tendo sido feita a transição do Centro de Educação Especial dos Açores da Secretaria Regional da Segurança Social para a SREC, porque não existe qualquer objectivo, programa, acção, meta ou verba sobre este sector?

- Sendo o insucesso escolar o maior problema da SREC por que razão não há uma única acção ou verba para o combater? Será que este "magno problema", absorvente de milhares e milhares de contos, não merece a criação de um Programa próprio, quer no PMP, quer no Plano 89?

- Por que razão não existe uma única referência à formação contínua dos 3 900 professores da Região Autónoma? Como se irão fixar docentes portadores de habilitação própria em algumas ilhas ou concelhos?

O Sr. Secretário, aquando da apresentação dos documentos, referiu que todos os programas referentes à área da Educação eram englobados no nacional - e deu o exemplo do Programa ERASMUS.

Não tendo falado no PRODEP e tendo eu aqui na minha frente uma das versões onde está escrito "será concretizado dentro do Plano o programa de desenvolvimento da Educação em Portugal que, cobrindo a totalidade do território continental, prossegue os objectivos de generalizar o acesso à Educação, modernizar as infra-estruturas educativas, melhorar a qualidade da Educação", portanto, estando cá apenas e somente referência precisa ao "Território Continental", pergunto:

- Como vamos buscar verbas, estando previstos, neste caso, 300 milhões de contos?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Melo Alves.

Deputado Melo Alves (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nas verbas para a Universidade, num dos projectos prevê-se (e bem) as obras de conservação e de beneficiação do Polo Universitário da Terra Chã.

Elas são necessárias porque são imediatas, dado que há material que não pode funcionar e laboratórios onde o material está em riscos de se perder. Simplesmente, para além desse problema de carácter imediato, entre o corpo docente e o corpo discente começa-se a falar na necessidade que haveria de, ao caminhar-se para a reconstrução daquele Polo, ter-se em conta se deve ser reconstruído lá ou se deve ser construído junto a Angra do Heroísmo.

Assim sendo, perguntava ao Governo se está a par deste assunto e se tenciona levar para a frente estudos para, oportunamente, ser tomada uma decisão.

Na Escola Secundária de Angra do Heroísmo funciona já há alguns anos um outro edifício que se chama o "Anexo", dado que a Escola está muito pequena, e diz-se que ele não tem condições - inclusivamente fala-se, por vezes, em "falta de condições de segurança".

- Em que estado se encontra este assunto e o que é que se prevê para obviar a ele no decurso deste PMP?

Relativamente ao Hospital de Angra têm sido referidos, várias vezes, a ampliação, os pavilhões novos que serão construídos ou os blocos novos que serão construídos.

Pergunto se isso efectivamente está previsto no Projecto 1 do Programa 8.

Quanto a estradas na Ilha Terceira, há várias obras em curso em estradas importantes e há outras que estão a necessitar serem iniciadas. Algumas dessas obras são até cofinanciadas pela CEE, mas há uma demora grande na sua conclusão.

Pergunta-se:

- Prevê-se a conclusão de algumas dessas obras a breve prazo, ou seja, nos primeiros anos do PMP?

Relativamente ao Porto da Praia da Vitória, quando se prevê que seja possível um dos sectores começar a ser utilizado realmente?

- Para quando está previsto o início da construção da zona de pescas daquele Porto?

Quanto às pescas, na Ilha Terceira, como é sabido, a pesca industrial praticamente desapareceu e naturalmente só ressurgirá quando houver o Porto da Praia com a sua zona de pescas.

Entretanto, pergunta-se:

- Irão ser realizadas algumas acções de forma a que não morra de vez o interesse pela pesca naquela Ilha?

- O que é que se prevê no decurso deste PMP,

que seja possível lá realizar nesse sentido?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça. Tem um minuto.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Vou tentar ocupar este minuto exclusivamente com uma pergunta, não obstante, enfim, necessitasse de mais tempo. Essa pergunta dirige-se ao Sr. Secretário Regional da Administração Interna.

Analisei exaustivamente todos os documentos, quer o Plano Anual, quer o Plano de Médio Prazo, quer os Anexos de um e de outro, e de facto preocupa-me não ver, no contexto da Secretaria que está sob a sua tutela, explicitamente uma palavra no que se refere ao Serviço de Inspeção Pública Regional. A pergunta é a seguinte:

- É um serviço para existir e não serem divulgados quais os seus objectivos? Penso que não.

Assim, gostaria que me dissesse quais os objectivos e quais as directrizes que estão imprimidas para esse serviço em termos da sua funcionalidade e, essencialmente, em termos preventivos.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional aprovou em 17 de Dezembro de 1987 uma Resolução com medidas tendentes a ultrapassar os impasses e as carências existentes na Ilha das Flores, a qual veio a ser publicada no Jornal Oficial com o nº 477/87.

Desejaria ver esclarecida esta Assembleia através dela a Região sobre a situação de cada um desses processos, quanto ao enquadramento de cada qual nos programas dos Planos e bem assim sobre as dotações orçamentais que os viabilizam, designadamente:

- Ampliação da Escola Preparatória das Flores;
- Obtenção de habitação para pessoal especializado, principalmente médicos e professores;
- Construção do Lar de Idosos das Flores;
- Construção dos polivalentes para as Casas do Povo de Ponta Delgada e da Fajã-Grande das Flores;
- Construção da Delegação do Centro de Prestações Pecuniárias;
- Construção de uma fábrica de lacticínios a ser entregue à União de Cooperativas das Flores;
- Aproveitamento dos abundantes recursos hídricos das Flores, tendo em vista a produção de energia;
- Construção do Hotel-Residencial Siturflor;
- Aumento da pista das Flores até ao limite

natural máximo constituído pela falésia do Sul.

Desejaria ainda obter esclarecimentos sobre outras questões, designadamente sobre as que sucintamente a seguir vou enunciar:

- Se no Programa 1 se inclui a escola primária de Santa Cruz das Flores que além de não comportar, os alunos atingiu um estado ruinoso considerável;

- Razão porque não estão desagregadas por ilhas as verbas do Programa 2 - Equipamento para os estabelecimentos de ensino;

- Se no Programa 3 está considerado o Estádio Municipal das Lajes das Flores;

- Situação da projectada obra de restauro e adaptação do Convento e Igreja de S. Boaventura nas Flores;

- Ainda no âmbito cultural que apoio à restauração da Fábrica da Baleia, nas Flores;

- Razão porque não estão referidos no Programa 6 os retransmissores para a cobertura televisiva das Flores e Corvo;

- Incluindo o Programa 14 apoios de diversa natureza, designadamente a jovens empresários, à habitação para jovens e ao associativismo juvenil, porque razão não foi atribuída às ilhas do Faial, Flores e Corvo qualquer verba desagregada.

- Se no Programa 17 está incluído o apoio, com dotação financeira suficiente para o realojamento das famílias afectadas pela derrocada da Ponta da Fajã-Grande e a situação concreta da resolução desse premente problema das Flores;

- Considerando o Programa 19 o apoio a entidades de interesse colectivo e o Programa 20 a protecção a nascentes e captações de água, porque razão cada um deles só contém verbas desagregadas destinadas a algumas ilhas;

- Sendo habitual que quando se está a construir um porto comercial numa ilha se aproveita a empresa construtora para reparar os portos de pesca, porque no Programa 28 não está referida a reparação dos portos de pesca da Ilha das Flores;

- Se as áreas de cooperação com a administração local indicadas nas propostas são apenas meramente indicativas, podendo ser alargadas a outras áreas.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A minha pergunta é dirigida ao Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos e é formulada no sentido de saber quais os critérios gerais que irão presidir ao apoio ao Associativismo Juvenil.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Tomaz Duarte.

Deputado Tomaz Duarte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A pergunta que desejamos formular refere-se à Escola Secundária da Madalena, mas difere da já formulada.

O projecto dessa Escola encontra-se já elaborado e entregue. Pergunta-se:

- Vai ser executado respeitando as suas características, funcionalidade e valências?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Perguntaria ao Governo Regional se existe, por parte do mesmo ou em colaboração com as Autarquias, a intenção de construir ou adaptar nas ilhas mais carecidas habitações para professores ou outros técnicos, tendo em consideração que, mesmo, por exemplo, a nível do ensino primário, poderá existir brevemente dificuldade de recrutamento de professores a nível nacional se esse problema não for resolvido.

Colocaria ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura duas questões muito pontuais:

1 - Há disponibilidade, por parte da Secretaria, de financiar este ano em 2 500 contos a Junta de Freguesia de Norte Grande, em S. Jorge, para adquirir os terrenos para um campo de futebol?

2 - Há disponibilidade por parte da Secretaria para que nas Velas se concretize efectivamente a criação de um Museu de Arte Sacra?

Ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas perguntaria o seguinte:

Nos pequenos portos de pesca o programa apresenta acções importantes a realizar em S. Jorge. No entanto, no que se refere ao porto da Fajã dos Vimes nada se aponta no PMP.

- A Secretaria aguarda alguns dados sobre a sua localização para depois decidir da sua realização?

Ao Sr. Secretário Regional da Economia perguntaria o seguinte:

Dentro dum contexto de desenvolvimento turístico, e não só, o porto do Topo pode representar um polo positivo dentro duma perspectiva de zonas a desenvolver.

- A Secretaria tem intenção de, brevemente, proceder aos estudos e levantamentos necessários para a realização de obras que permitam a utilização deste porto pelos Cruzeiros e Iates?

Ao Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos colocaria a seguinte questão:

Considerando que a existência em S. Jorge de elementos capazes de prestar às empresas e

trabalhadores informações nas áreas da legislação laboral se revelaria oportuno e importante, perguntaria:

A nova Lei Orgânica da Secretaria prevê, no seu quadro de pessoal, a existência de algumas unidades destinadas à Ilha de S. Jorge?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas uma pergunta dirigida ao Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

O Programa P.8 - Equipamento de Unidades de Saúde - tem uma verba desagregada de 1.500 contos.

Perguntaria ao Sr. Secretário se tem conhecimento da situação, neste momento, do aparelho de Raios X do Hospital de Vila do Porto, o qual apresenta problemas devido aos seus anos de funcionamento e à dificuldade de aquisição de peças.

- Foi considerada a aquisição de um novo aparelho?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Adelaide Teles.

Deputada Adelaide Teles (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de perguntar ao Senhor Secretário Regional da Agricultura e Pescas se a verba inscrita no Programa 22.10 do Plano para 1989 - 10 100 contos para a Graciosa - se destina à conclusão do edifício para instalação dos serviços naquela ilha ou à abertura de caminhos de acesso às explorações.

Está há vários anos prevista a ampliação do Hospital da Graciosa, bem como a construção de uma residência para enfermeiras religiosas.

Pergunto ao Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social em que fase de execução se encontra o projecto e para quando se prevê que as obras sejam postas a concurso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Teixeira.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha pergunta é dirigida ao Sr. Secretário Regional da Economia.

Existindo há alguns anos produtos essenciais para a Região, nomeadamente o ferro, o cimento e os adubos, que tinham preços nacionais, e uma vez que a política do Governo Central, de privatizações, leva a que na composição dos preços haja uma alteração, e pela informação mais recente que temos esta alteração já se verificou relativamente aos adubos, alteração esta que implica a subida de cerca de 40% do preço dos adubos na Região.

A pergunta que faria era no sentido de saber se efectivamente o Governo tem prevista no seu

Orçamento alguma verba que permita obviar ao custo que representará para o consumidor final esta alteração de política.

Colocaria também ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas uma questão que diz respeito ao porto de pescas de Ponta Delgada.

O porto de pescas de Ponta Delgada vem referido nos Anexos do Plano. No entanto, gostaria de saber qual é a situação concreta dos estudos sobre o referido porto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Regina Cunha.

Deputada Regina Cunha (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria que o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas me informasse para que ano o Plano estará incluído o início da construção do **Entrepósito de Frio da Calheta**, após a escolha do local.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva.

Deputado Francisco José Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de perguntar ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas o seguinte:

- Qual o critério utilizado pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas para nomear os novos responsáveis em cada uma das ilhas como resultado da nova lei orgânica: foi pela antiguidade, foi por uma maior disponibilidade, foi pela competência ou por outros motivos?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Simas.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano de Médio Prazo 89/92 prevê o reinício das obras de remodelação e ampliação das instalações da Zona Desportiva de Ponta Delgada.

Assim, pergunto ao Sr. Secretário da Educação e Cultura o seguinte:

- Para quando se prevê o reinício dessas obras? Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado David Santos.

Deputado David Santos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de perguntar ao Sr. Secretário Regional da Economia se existe verba que possa garantir a realização de dois voos semanais, especialmente nas épocas altas, para a ilha do Corvo e para quando está prevista a construção do Terminal de Passageiros para a mesma ilha.

Perguntaria ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas para que data estão previstas as seguintes obras:

- Rede de Frio/aumento da capacidade de conge-

lação;

- Casa de Matança;

- Em que situação se encontra o projecto da Cooperativa Agrícola e para que data se prevê o início dessa construção.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Varão.

Deputado António Varão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha pergunta é dirigida ao Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente.

O **Turismo** é um dos sectores considerado prioritário para o desenvolvimento da Região.

Existem zonas, na nossa Região, que devem ser salvaguardadas de acções, que venham a ser implementadas, nas mesmas, por vezes indesejáveis, com os inconvenientes que depois daí advêm para o desenvolvimento de Zonas Turísticas.

Para salvaguardar o que atrás citei, sugiro que seja criada uma Zona Turística entre o Concelho da Lagoa e Vila Franca do Campo.

Face ao que expus, pergunto ao Sr. Secretário se é ou não viável esta sugestão.

A segunda pergunta é dirigida ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Pequenas e grandes reparações nos edifícios escolares; presentemente há duas entidades a intervir - SREC e as Câmaras Municipais - só que têm surgido algumas incompatibilidades porque, embora regulamentado, é difícil definir as grandes e pequenas reparações.

Pergunto ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura se é ou não aconselhável a criação de um departamento de construção e reparação de edifícios escolares.

No entanto, as reparações de edifícios escolares, historicamente, sempre foram das Câmaras Municipais.

Assim sendo, há que dotar as Câmaras Municipais de verbas, de forma a que se criem equipas de trabalho só com aquela responsabilidade.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Aguiar.

Deputado José Aguiar (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Aquando da discussão do Programa do Governo, na minha intervenção, levantei uma questão relacionada com a construção de um quebra-mar no Porto da Praia da Graciosa e que teria como objectivo principal o abrigo do porto comercial em si e, de um modo particular, a protecção a todos os barcos de pesca, essencialmente os de maior porte.

Da leitura dos Planos de Médio Prazo e Anual não se depreende facilmente que essa obra está prevista.

- Será que tal benefício se poderá englobar no que vem estipulado no Plano para 1989, no Programa 25.2, e que refere, nomeadamente, "Frota Pesqueira e Estruturas Portuárias"?

Uma outra questão diz respeito às Termas do Carapacho.

Foi definido no Programa do Governo que a Graciosa poderia ser uma ilha vocacionada para o turismo, atendendo às várias potencialidades nela existentes, nomeadamente o termalismo, que, para além dos benefícios em termos de saúde, é um atractivo natural.

Existem algumas verbas no Plano destinadas à "Beneficiação e Remodelação das Termas" (2 500 contos para 1989). No entanto, quem conhece as instalações Termas do Carapacho facilmente se apercebe que essa verba é demasiado reduzida.

Pergunta-se concretamente ao Governo se haverá alguma acção conjunta, e com verbas não agregadas, para a recuperação total do edifício das Termas do Carapacho.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de perguntar ao Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos o seguinte:

Há apoios supletivos para facilitar o acesso à aquisição da habitação própria.

- Que critérios presidirão a esses apoios?

Ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas colocaria a seguinte questão:

- Qual a política a seguir na definição, responsabilização e conservação dos caminhos de penetração?

Obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, não há mais inscrições para perguntas, de forma que vamos interromper...

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, pedi a palavra para solicitar a dispensa do intervalo. Nós temos a noção de que os trabalhos da Assembleia devem ser concentrados, e da parte do Governo Regional estamos preparados para responder às perguntas que nos foram formuladas, começando pelo Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento e seguindo-se-lhe os outros.

Presidente: Se o Governo não precisa de intervalo para elaborar as respostas, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Antes de mais é pena o Sr. Deputado Dionísio de Sousa não estar aqui. Mas não interessa...

Presidente: Desculpe, Sr. Secretário, mas

há aqui uma dificuldade no Grupo Parlamentar do PS.

(Pausa)

O Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista teve que se ausentar mas volta já.

Assim sendo, vamos aguardar um pouco porque o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar precisa de ouvir as respostas.

(Pausa)

O Sr. Presidente do Grupo Parlamentar já vem entrando.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): É porque eu não queria iniciar as explicações sem a sua presente, Sr. Deputado!

Presidente: Quando o Sr. Secretário o desejar, pode começar.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente à primeira questão que foi formulada, e que é uma questão de fundo e que diz respeito à programação global do investimento para os próximos 4 anos e a metodologia em que assentou e algumas pistas em termos quantitativos, devo dizer que - e eu não sei até se tinha dado instruções ao DREPA para lhe serem entregues esses estudos técnicos - mas alguns, evidentemente, têm a ver com muita experiência de alguns anos, têm a ver com alguns trabalhos, até pessoais, das Universidades em que nós tivemos o privilégio e a honra de ter andado e, por conseguinte, começo por dizer o seguinte:

Em relação ao montante global do investimento, ele não foi calculado por acaso. E não foi porque existe uma regra de ouro em matéria de programação financeira e que é uma coisa que nem sequer é nova - vem desde os tempos de elaboração do planeamento - que se conhece e que é uma regra que diz mais ou menos o seguinte:

"A taxa de crescimento média anual do produto é sensivelmente idêntica à taxa de crescimento média anual da produtividade mais a taxa de crescimento média anual do emprego, sendo certo que a taxa de crescimento média anual do emprego e da produtividade quando multiplicados tendem para o infinitesimal."

Evidentemente nós temos essa relação, e a partir dessa relação que é aduzida a partir dum coeficiente que é também muito simples, que é a produtividade, que é a relação média do produto com o emprego e, a partir daí, logaritizando é fácil chegar a essa relação.

Ora, nós sabemos perfeitamente que a taxa de crescimento média anual do produto que nós estimamos e que achámos conveniente para os Açores deve crescer a uma taxa sensivelmente idêntica à média nacional, no mínimo. Essa taxa de crescimento média nacional anda à volta dos 4% em termos

reais, o que corresponde a uma taxa de crescimento média anual da produtividade de 3% mais uma taxa de crescimento média anual do emprego de 1%, e as relações em que isso foi baseado foram, enfim, a partir das 60 P(S), a partir de um crescimento médio público e privado da ordem dos 7.75.

Nós aqui nos Açores sabemos perfeitamente que, infelizmente, a nossa produtividade média é mais baixa, o que significa que o crescimento do produto tem que ser feito através de um crescimento mais acelerado do emprego.

Mas, atenção, por que é que isso acontece assim?

Acontece porque nos Açores o coeficiente de intensidade capitalística, que é a relação de capital/emprego, isto é, as unidades de capital por unidade de emprego, são mais baixas nos Açores (como sabe perfeitamente, o coeficiente de capital/produto nos Açores também é mais elevado, isto é, nós necessitamos de mais unidades de capital para acrescentar uma unidade de produto. Por outro lado, o impacto das exportações no nosso produto também é mais baixo.

Isto são estudos que foram feitos, estão testados, admito que alguns dados devam ser melhorados e que se deva fazer um esforço para os melhorar, até porque, ontem, fui o primeiro a reconhecer que ainda há um longo caminho em termos de programação de contas regionais.

Aliás, devo-lhe dizer, a propósito de uma observação que fez em relação ao produto ter crescido mais ou menos, que é uma metodologia nacional. Nós não temos em Portugal valores concretos para o PIB e para as contas nacionais desde 1985: temos apenas algumas estimativas que são feitas no âmbito do Instituto Nacional de Estatística e, sobretudo, pelo Banco de Portugal.

Como sabemos também que nos Açores o emprego tem que crescer mais do que a produtividade, nessa nossa etapa estimámos uma taxa de crescimento média anual do emprego à volta dos 2,2%, o que significa uma taxa de crescimento média anual do emprego masculino de 1.8 e a taxa de crescimento média anual da população feminina à volta dos 5%. Isso significa que a taxa de crescimento média anual estimada andarà, para a produtividade, à volta de 1.8%, exactamente para 2.4%.

Esta é uma constatação global que foi feita, partimos por outro lado de uma hipótese que foi a correcção do valor global para o PIB nacional, isto é, sabíamos que o rendimento médio regional andava à volta dos 60% do rendimento médio nacional, partimos das hipóteses de crescimento do continente e extrapolámos aqui um modelo tecnicamente muito simples, mas que nos permitiu uma correcção monetária que assentou em 7,5% e uma taxa de paridade monetária sensivelmente superior - à volta dos 8%.

Admito que me diga que essas taxas possam

eventualmente sofrer algumas correcções ao longo dos próximos anos.

Quanto à programação financeira, evidentemente existe depois um conjunto de estudos sectoriais, que foram feitos no âmbito do DREPA. Nomeadamente em relação ao sector de actividade que nós considerámos uma aposta de fundo - que é questão do Turismo - existe um programa que foi feito; foram medidas as acessibilidades; foram determinados os cálculos de privacidade e foram medidos alguns impactos sobretudo em relação ao emprego, isto é, quantas camas teriam que se aumentar, quantos turistas teriam que vir aqui para os Açores, quais eram as unidades, o rendimento médio e o tempo de permanência média, enfim, um conjunto de trabalhos que foram feitos no âmbito do DREPA.

É preciso mais? É óbvio que sim!

Relativamente à programação financeira nós temos uma despesa total que é sensivelmente de 2.3 relativamente ao valor executado no último Plano de Médio Prazo, o que corresponde a uma relação média de 2.2 relativamente às despesas correntes e de 2.6 relativamente às despesas do Plano. Se nós considerarmos uma taxa média de actualização de 1.75 - que são 7,5%, ou seja, 25% sobre a taxa estimada no continente, a mais, que são os 6% - corresponde a uma despesa global da ordem dos 250 milhões de contos.

Agora é fácil comparar com o executado, uma vez que o ano zero é o mesmo, e a um valor líquido actualizado, com base nessa taxa, basta fazer uma despesa.

Relativamente a quem define as opções de fundo devo dizer - e que isso fique claro - que quem define o Governo não é o DREPA. O DREPA - e eu faço aqui público um agradecimento aos técnicos que lá estão - ou os seus técnicos participam no planeamento, fizeram um esforço quase sobrenatural neste últimos tempos, aliás o Sr. Deputado que mora na Terceira deve ter-se apercebido disso, ou seja, das noitadas que foram feitas e do trabalho que foi feito...

(Risos do PS)

...e, por conseguinte, deve-se ter apercebido das horas que se passaram lá porque, enfim, toda a gente sabe disso. É por isso que há aqui um público reconhecimento aos técnicos do DREPA, mas quem define a política económica é o Governo. E relativamente a isso devo dizer que essa aposta no sector privado é uma aposta de fundo.

É evidente, até por razões de formação moral e humana, que nós acreditamos no sector cooperativo e consideramos que o sector cooperativo tem uma palavra e nalguns segmentos da produção e mesmo na óptica do consumo é fundamental mas, em termos de opção de fundo e em termos de opção realista no curto prazo e conhecendo, infelizmente, a natureza sociológica dos Açorianos, há que incentivar o cooperativismo. Só que temos

que ser realistas e temos que criar rapidamente postos de trabalho, disponibilizar uma base económica, e, por isso, fomos para a opção do sector privado. E não é por acaso mas, sim, porque queremos alterar rapidamente a relação da formação bruta de capital fixo do sector privado em relação ao sector público, que é muito desajustada.

Isso também, como já disse, correspondeu a uma etapa de desenvolvimento. E qual era a alternativa a essa situação real? Desemprego maciço e emigração!

A expectativa de que se fala agora, em termos de emigração, é precisamente essa: o sector privado tem que corresponder, temos que o apoiar, temos que estar com ele!

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Relativamente às receitas é evidente que as privatizações também são uma questão de fundo: as privatizações têm a ver com uma necessidade que não seja, enfim, uma necessidade de natureza político-económica e uma necessidade mesmo de boa gestão do sector público.

Isso significa que a alienação de parte do capital social vai ajudar ao Estado e ao Orçamento da Região a aprofundar outros campos e a resolver outras necessidades e carências que as populações têm e, por conseguinte, não vamos desbaratar o capital social das empresas públicas: elas são rigorosamente avaliadas, há pessoas que estão a analisar o conteúdo real dessas empresas, e isso não vai ser assim sem mais nem menos.

Quanto à dívida da Região, o Sr. Deputado desculpe mas não vai ficar pelas meias verdades. E não vai ficar porque o Sr. Deputado só leu uma parte daquilo que está aqui escrito e eu vou ler tudo o que está aqui escrito:

"O aumento da dívida pública (externa) no 2º Semestre de 1988, deveu-se ao facto de se ter contraído um empréstimo de 4 987 milhares de contos junto do BEI - Banco Europeu de Investimentos - destinado a financiar projectos do plano ligados às infraestruturas dos transportes, caso do prolongamento da Avenida Marginal de Ponta Delgada e da pista do aeroporto da mesma cidade".

Mas não se esgota aqui tudo, porque seguidamente diz-se o seguinte:

"Simultaneamente, as transferências do Estado efectuadas ficaram abaixo do previsto, o que conduziu à necessidade de recorrer a empréstimos. Espera-se que as transferências do Estado melhorem sensivelmente e traduzam na prática uma verdadeira Solidariedade Nacional."

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Muito bem!

O Orador: O que é que isso significa? Significa que as necessidades de financiamento determinadas no último Orçamento foram feitas num horizonte de Solidariedade Nacional, que, infelizmente,

não foi aquele que se veio a traduzir na prática.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Já se sabia que não traduzia e hoje já se sabe também!

O Orador: Não se sabe não! Ontem, como já disse aqui, houve um sinal de que, felizmente, isso pode não ser assim... a não ser que o Sr. Deputado queira que seja mesmo!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): O Cadilhe diz que é 4,5 sobre o ano passado e... acabou-se!

O Orador: Isso foi este ano, mas para o ano nós vamos preparar os documentos...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Nós estamos trabalhando é para este ano! O Orçamento é deste ano!

(Risos do PS)

O Orador: Relativamente a outras questões e perguntas de natureza sectorial, os Srs. Secretários Regionais e Subsecretários Regionais estão em melhores condições de responder depois ao Sr. Deputado.

Quanto ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e às despesas correntes previstas neste Orçamento, desculpe, mas eu tenho uma ligeira diferença nas taxas calculadas em relação às suas: uma coisa é o potencialmente realizado e outra coisa o executado, como o Sr. Deputado sabe muito bem.

O aumento das taxas que apontou deriva exactamente de alguma alteração orgânica. Por exemplo, o caso concreto da Secretaria da Economia que tem agora a seu cargo os transportes. Houve realmente algumas alterações em termos orgânicos.

Por outro lado, não nos podemos esquecer que nesta programação, ao contrário dos anos anteriores, as verbas respeitantes aos aumentos com o pessoal já estão nos respectivos departamentos. Por conseguinte, parte desses aumentos, que estavam só na Secretaria das Finanças e Planeamento, encontram-se já afectados a cada um dos departamentos. Já estão aqui estimados também os encargos e as respectivas deduções com a entrada em vigor do Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares - esse aspecto também foi levado em linha de conta. Há também algumas correcções, em matéria de pessoal, decorrentes de legislação nacional que nós teremos que aplicar aqui... e vamos aplicar!

Relativamente à iniciativa privada, devo dizer que em matéria de incentivos financeiros o Governo Regional procura e vai procurar - como o Sr. Secretário Regional da Economia irá explicar em pormenor - fazer com que haja uma grande adaptação e celeridade nessa adaptação à Região e que, por outro lado, haja um perfeito conhecimento de todos esses instrumentos.

Quanto à política de crédito, já dissemos publicamente que essa política de crédito que está a ser definida para o país terá que sofrer correcções, isto é, a política dos controles

directos e a política de enquadramento de crédito que está a ser seguida não pode continuar por muito mais tempo.

Devo confessar publicamente que nenhum investidor na Região, daqueles investidores já formados, tem dificuldades de crédito.

Quem é que tem dificuldade de crédito? São as pessoas que nós queremos ganhar para essa batalha da mudança: são os jovens, são aqueles investidores que representam mais riscos de crédito, são os chamados sectores novos. Af, sim, tem que haver políticas de crédito selectivas porque, sem uma política de crédito selectiva, dificilmente conseguiremos ganhar essa batalha.

Apontámos alguma orientação nesse sentido. Por exemplo: que todos os investimentos participados por fundos estruturais devam ser, à partida, desenquadrados da política de crédito. Aí está uma atitude e uma proposta concreta que contamos fazer às autoridades monetárias ou financeiras.

Por outro lado, desafiamos também as instituições, quer com sede na Região, quer com sede no Continente, a ajudarem a traduzir, na prática, este nosso Plano de Médio Prazo.

Há outro aspecto importante, que é o seguinte: nós vamos querer ter uma actuação mais eficaz na definição da política monetária. Não se pode é fazer tudo ao mesmo tempo: houve que estabelecer hierarquias e a hierarquia foram estes documentos! Estamos aqui para novas tarefas!

Relativamente ao Sr. Deputado Francisco Sousa, que também não se encontra presente...

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Nunca estão presentes!

O Orador: ...devo dizer que ele tem razão. O PRODEP anda à volta, de facto, dos 304 milhões de contos; a participação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional anda à volta dos 110 milhões de contos, e na versão inicial vinha "Continente e Regiões Autónomas", e tal qual como conseguimos em cooperação institucional e com outras entidades, como foi dito aqui ontem, vamos também tentar corrigir isso. Naturalmente isso deve ter sido um lapso: quero crer que o facto de só ter sido apontado o Continente deve ter sido um lapso. Admito que isto seja verdade e vamos ver o que é que se passa!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação à "Inspecção Administrativo Regional", concordo com a posição de princípio do Sr. Deputado Carlos Mendonça: da sua actividade preventiva. Conto referir-me a ela na intervenção que vou fazer.

Tenho dúvidas de que ela devesse constar espe-

cificamente referida como "Inspecção Administrativa Regional" em qualquer documento, Plano de Médio Prazo ou Plano Anual (espero que esteja no Orçamento, é óbvio, mas nos outros dois suponho que não deveria estar), como não referiremos especificamente as nossas várias estruturas: não digo qual vai ser o projecto de trabalho da Direcção Regional de Administração e Pessoal, nem qual é o projecto de trabalho da Direcção Regional de Administração Local, assim como os outros departamentos do Governo também não o fazem. Temos os nossos objectivos em termos de Administração Regional e em termos de Administração Local e a Inspecção Administrativa Regional colabora, ao seu nível e dentro das suas competências, para a realização desses objectivos. Mas vou-me referir depois, mais concretamente, a esses objectivos da Inspecção Administrativa Regional na minha intervenção.

Embora de forma indirecta em relação ao departamento à minha responsabilidade, foi aqui referida a questão das habitações para técnicos.

Ora, habitação para técnicos é algo de interdepartamental - quando se refere "técnicos" referem-se veterinários, professores, médicos, engenheiros, etc., e, portanto, um conjunto de técnicos ligados a vários departamentos - mas eu refiro especificamente este projecto porque, por um lado, é um projecto que esta Secretaria tem que estar preocupada com ele porque é uma área fundamental do funcionamento da nossa Administração Regional o poder contar com pessoal técnico habilitado e, por outro lado, porque penso que a resolução deste problema da habitação de pessoal técnico deve passar muito pela colaboração e cooperação das Câmaras Municipais. Não é pedir às Câmaras Municipais que façam habitações para os técnicos da Administração Regional mas, sim, cooperar com as Câmaras Municipais no sentido deste problema ser resolvido em cada um dos concelhos, obviamente com o apoio técnico e financeiro - e com o envolvimento total, até financeiro, do Governo - mas com responsabilidade também das Câmaras Municipais que têm melhores possibilidades de resolver, em cada local e de forma mais em ligação com a realidade concreta, problemas como este.

É esse o caminho que está apontado na resolução que considero muito importante e aqui referida em relação às Flores; é esse o caminho que nós poderemos ensaiar também noutros concelhos da Região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos.

Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos (Manuel Arruda): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Passarei a responder às perguntas que me foram formuladas, principiando pelo Sr. Deputado Renato Moura no que se prende com o Programa 14.

O Programa 14 refere-se ao "Apoio à Juventude". Estão previstas diversas acções, e a única que não está desagregada por ilhas é a que se refere às "Pousadas de Juventude".

Foi uma opção do Governo que seriam feitas em determinadas ilhas e que se prevê que no próximo Plano de Médio Prazo possam ser construídas nas ilhas que faltam.

Em relação à Ilha do Faial prevê-se que um organismo do Estado faça uma construção na Ilha do Faial que irá complementar as "Pousadas de Juventude". Refiro-me concretamente, a um "Centro de Férias".

Em relação à pergunta feita pelo Sr. Deputado Victor Cruz, quanto aos critérios gerais do "Associativismo Juvenil", direi que, para que qualquer associação juvenil possa estar passível de apoio, terá de estar inscrita no Registo Nacional de Associações Juvenis. O Governo prevê criar o Registo Regional das Associações Juvenis, de modo a que as associações regionais se possam registar e regulamentar, quer a Portaria 136/88 que "define o regime de atribuição de apoios técnicos e financeiros a conceder às associações juvenis", quer a Lei 33/87 que "regula o exercício do direito das associações de estudantes".

Quaisquer destes diplomas serão regulamentados, onde ficarão claramente fixados os critérios a que as associações juvenis terão apoio, quer técnico, quer financeiro.

Em relação ao Sr. Deputado António Silveira dir-lhe-ei que a lei orgânica da Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos, que actualmente está em apreciação na Secretaria Regional da Administração Interna, prevê a criação de uma estrutura aligeirada em cada uma das ilhas dos Açores, possibilitando-se um maior contacto, quer com os empresários, quer com os trabalhadores, para que seja possível resolver aquelas questões que decorrem do normal funcionamento das instituições.

O Sr. Deputado Rui Melo refere-se aos critérios de apoio à habitação para jovens.

O entendimento que há entre a Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos e a Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas é no sentido de que, todos os apoios que estão previstos no Plano de Médio Prazo para habitação, os jovens terão igualmente direito a eles. Para além destes, terão apoios supletivos para a construção de casa própria. Esses apoios supletivos serão, quer no apoio à mão de obra, quer na bonificação de juros, quer noutros atributos que possam ser fixados.

Em relação aos critérios, direi que têm essencialmente a ver com os rendimentos do agregado familiar, com as condições que cada jovem tem para poder satisfazer determinados compromissos com a compra ou construção de casa própria.

Obrigado.

Presidente: Queria informar o Sr. Presidente do Governo de que o Governo já gastou 24 minutos nas suas respostas.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Álvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar para responder a uma questão colocada por um Sr. Deputado ausente - penso que com fundamento, com certeza, e não pelas respostas exaustivas e pormenorizadas dadas pelo meu colega das Finanças - mas para responder relativamente às privatizações e para dizer, Sr. Deputado, que há perguntas que também são demagógicas e, sobretudo, quando essas perguntas partem do conhecimento da realidade menos próprio, ou por negligência, ou por má fé,

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa tentou aqui que a Câmara - e por isso dou a resposta à Câmara - pensasse que a alienação das participações da Região ou das participações da Região em empresas nacionalizadas iria ser feita de qualquer maneira. Não pode ser!

Tive ocasião de dizer aqui, aquando da discussão do Programa do Governo, que nós nesta área estamos limitados a uma lei geral da República e temos que seguir a par e passo o que determina essa lei: as empresas primeiro são habitadas, depois são avaliadas e depois são vendidas de acordo com um processo bastante rigoroso.

E como se isso não bastasse, a Assembleia da República, quando aprovou a lei, determinou que o Governo criaria uma Comissão - que está constituída e funciona - com o objectivo específico de "acompanhar quaisquer operações de alienações de acções ou de aumentos de capital previstos nessa lei e apreciar as reclamações, em relação às mesmas, que tenham sido apresentadas" - é o artigo 10º, nº 1, que estive a citar.

Por outro lado, o Sr. Deputado Dionísio de Sousa devia saber, como representante que é do eleitorado desta Região, que as receitas resultantes da alienação das participações da Região em empresas públicas ou nacionalizadas são afectas a finalidades específicas: à correcção dos desequilíbrios financeiros do sector empresarial público, à amortização antecipada da dívida pública, à cobertura do serviço da dívida emergente das nacionalizações e expropriações.

Portanto, aqui está a solução orçamental para a qual o Sr. Deputado Dionísio de Sousa fazia uma pergunta: ou conhece a lei que é pública ou, então, estamos em presença de reserva mental!

Relativamente a outras questões que me foram colocadas, designadamente pelo Sr. Deputado do CDS relativamente ao preço da energia e ao que é que o Governo pensa fazer para reduzir ou,

se quer, pode não ser a redução nominal mas a redução real pela não alteração do preço da energia - e o preço da energia já não se altera na Região Autónoma dos Açores há 3 anos, como o Sr. Deputado deve saber - o que é que o Governo pensa fazer para melhorar, de facto, os custos das famílias e os custos das empresas com o pagamento de energia.

Tive também ocasião de explicar - mas repito aqui - que o Governo está, neste momento, a rever o tarifário energético por forma a adaptá-lo, agora, às novas condições económicas e mesmo às novas condições de funcionamento do sector energético.

O Governo também lançou um plano energético e estamos a apreciar as propostas de várias empresas - e foram até bastantes, mais de 15 e essas que concorreram - no sentido de se elaborar esse plano energético da Região, o qual se espera venha também a trazer benefícios sensíveis na área do tarifário.

O Sr. Deputado Carlos Teixeira coloca-nos uma questão candente, uma questão que nos tem preocupado muito nos últimos 2 meses: o preço de certas matérias-primas e o preço de algumas matérias subsidiárias, para as quais havia um preço nacional e agora, ao que parece (mas nós não aceitamos), vai deixar de existir.

Isto não resulta propriamente das privatizações, mas resulta da liberalização do sector que era intervencionado pelo Estado.

Essa liberalização comporta, em matéria de preços, a mudança de regime de preços: passa-se de preços máximos para um regime de preços convencionados ou para um regime de preço livre. Ao passar-se de um regime de preços máximos para um regime de preços convencionados descobre-se aqui o diferencial dos transportes dessas matérias primas ou desses produtos entre o Continente e a Região Autónoma dos Açores e dentro desta Região Autónoma dos Açores.

Aquilo que se tem vindo a discutir, a debater com muita firmeza, face ao Governo da República e às obrigações do Estado nesta matéria por via da solidariedade que está consagrada na Constituição e que nos é devida mesmo que não estivesse, é que o Estado deve continuar a suportar o diferencial dos transportes para realizar a igualdade entre todos os portugueses.

É isto que tem sido defendido e continuará a ser defendido!

O que não podemos também é, por defesa desse princípio, prejudicar realmente a nossa economia, como seria o caso de, por atitudes nossas, se não impedir a distribuição de adubos numa altura, como esta em que nós estamos, de aplicação intensiva desse produto. Há que fazer aqui o equilíbrio. Nós fizemos o equilíbrio sem realmente nos termos desviado do princípio de que é ao

Estado que cumpre cobrir esse diferencial dos transportes e, nesse sentido, nos vamos bater e estou absolutamente convencido de que o iremos conseguir.

Quanto à pergunta que me colocou o Deputado António Silveira, nós estamos a estudar a questão relativamente ao portó do Topo e, dentro em breve, terá uma resposta quanto a isso.

O Sr. Deputado David Santos coloca-me a questão de haver ou não haver uma verba suficiente para dois voos para o Corvo. Devo dizer-lhe que a questão está resolvida e a verba está no Plano.

Relativamente ao terminal de passageiros no Corvo, o projecto, neste momento, está a ser apreciado e, logo que concluído, será posto em execução.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados, acabou este período de perguntas e respostas.

Vamos fazer uma interrupção...

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, eu pedi a palavra porque parece-me que a duração das perguntas feitas ao Governo foi para além dos 30 minutos que era habitual.

Presidente: Foi, porque houve um entendimento com os Presidentes dos Grupos Parlamentares...

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Não sei se não seria possível haver um entendimento de que o Governo teria, pelo menos, o mesmo tempo que foi concedido aos Grupos Parlamentares para responder às suas perguntas.

Digo isto, Sr. Presidente, para não decepcionar os Srs. Deputados que formularam tantas questões.

Presidente: O problema é o seguinte: os 15 minutos que foram para além dos 30 minutos foram descontados no tempo do PSD.

Se o Governo desconta no seu tempo, não vejo inconveniente em haver mais 15 minutos, ou então, depois, dar as respostas durante o seu tempo de discussão.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Preferiria que da parte da Câmara e da opinião pública não ficasse qualquer dúvida sobre a nossa disponibilidade e o nosso desejo de esclarecer os Srs. Deputados relativamente às perguntas que nos foram apresentadas.

Se o Sr. Presidente concorda, agradeço-lhe.

Presidente: A Mesa não vê inconveniente em haver mais um quarto de hora de respostas, desde que elas sejam descontadas no tempo atribuído ao Governo para a discussão.

Temos então mais 15 minutos. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em relação ao conjunto de perguntas que me foram feitas cabe-me fornecer as seguintes respos-

tas.

O Sr. Deputado Paulo Valadão, do Partido Comunista Português, referiu-se a um problema de estrutura de abate.

Queria dizer-lhe que está prevista, de facto, a contemplação da estrutura de abate, neste Plano de Médio Prazo, nas Flores e no Corvo.

A estrutura de abate existente em S. Jorge é uma estrutura camarária, mas o Governo propõe-se fazer outra estrutura na ilha.

Não posso fornecer-lhe, neste momento, os quilómetros de caminhos de penetração por ilha nem os quilómetros de rede viária total também por ilha, mas posso fornecer-lhe muito brevemente esses totais solicitados, só que não os tenho agora aqui comigo.

O Sr. Deputado Serpa falava no problema do cumprimento ou não por parte dos mestres-pescadores dos benefícios que lhes são concedidos.

Neste momento não temos problemas em relação aos mestres-pescadores - refiro-me sobretudo à área das grandes embarcações da pesca do atum.

Na pesca artesanal de vez em quando surge um ou outro problema isolado no cumprimento, por parte dos pescadores, que nós tentamos ultrapassar.

O problema da experimentação do camarão, aliás como outro tipo de problemas de experimentação relacionados com outros tipos de pesca, tem sido vítima, um pouco, da falta de embarcação destinada a este fim.

As indicações que tivemos da primeira vez que fizemos a experimentação sobre o camarão são positivas e vão novamente ser realizadas este ano.

O Sr. Deputado Melo Alves mostrava algumas preocupações em relação à pesca industrial que desapareceu da Ilha Terceira.

Este conceito não deverá ser interpretado desta forma, ou seja, o que é que é a pesca industrial?

Se se entende por pesca industrial apenas a pesca do atum - porque não é só, mas mais do que isso, uma vez que hoje não se distingue pesca industrial de pesca artesanal como se fazia antigamente - mas se a pergunta vai nesse sentido (e eu julgo que sim) o que se passa é que, de facto, o desaparecimento da empresa transformadora da Terceira trouxe alguns problemas para a Terceira.

Contudo, queria lembrar ao Sr. Deputado que essa empresa quando laborava a esmagadora maioria dos pescadores que pescavam para ela nem sequer eram da Terceira mas, sim, da Madeira e, por conseguinte, não tinham um reflexo imediato na pesca da Terceira.

Quanto à outra pesca industrial que se desenvolve na Ilha Terceira, ela tem crescido: as capturas têm aumentado e o número de embarcações

também, aliás com embarcações do convés coberto, o que não era normal existir na ilha. Daí que as questões estejam a evoluir de forma favorável.

Sr. Deputado Renato Moura: a verba destinada à fábrica de lacticínios na Ilha do Corvo, que estará ligada à estrutura cooperativa aí nascente, é de cerca de 70 mil contos este ano.

Quanto às obras do porto de pesca, pois, com certeza, a empresa que vai realizar as obras do porto das Flores será aproveitada para efectuar pequenas obras que ali sejam necessárias.

A Srª Deputada Adelaide Teles fazia uma pergunta em relação a uma verba de 10 100 contos que está no Programa 22.10. São 7 mil contos para caminhos de penetração e 4 100 contos para instalação de serviços.

O Sr. Deputado Carlos Teixeira, em relação aos adubos, já foi respondido pelo meu colega Alvaro Dâmaso.

Quanto ao porto de pesca de Ponta Delgada, neste momento está concluído um estudo de cinco localizações alternativas, o qual está a ser submetido a uma análise final. Muito brevemente teremos uma decisão sobre essa matéria.

S. Jorge e o Entreposto de Frio da Calheta é um projecto a realizar para o final deste ano. Não sabemos ainda bem se o início das obras será em 90 ou para o final de 90 com conclusão em 91. É um problema de estratégia que está englobado com os restantes Entrepostos Frigoríficos do arquipélago e uma definição de prioridades dependente de obras portuárias ainda não efectuadas.

Quanto ao Sr. Deputado Francisco José, os critérios são efectivamente aqueles que apontou de uma forma ponderada, sendo o critério da competência aquele que mais é utilizado na escolha de chefias.

Sr. Deputado David Santos, neste momento não está pensada a questão do aumento de frio. É uma questão a ver no decurso do Plano.

Quanto à Casa de Matança já respondi que é para se fazer o mais breve possível.

Em relação à Cooperativa há um relatório preliminar, que já está concluído, sobre a solução para a Ilha do Corvo, que contamos também implementar no decurso deste Plano de Médio Prazo.

Respondendo a uma pergunta sobre o porto da Graciosa direi que não é uma questão das pescas. O Programa 25 não tem nada a ver com essa questão da Graciosa, que é uma questão a ver, depois, com os transportes.

Quanto ao Sr. Deputado Rui Melo e aos caminhos de penetração queria acrescentar que a estratégia normalmente é aquela que vem sendo seguida, com uma grande alteração: é que a partir do final deste ano a entidade que vai ficar responsável pela execução dos caminhos de penetração no arquipélago será a Secretaria Regional de

Habitação e Obras Públicas, evidentemente com um reforço substancial de verbas no sentido de aumentar de uma forma significativa o número de quilómetros de caminho a construir e também a conservação dos já existentes.

O Sr. Deputado António Silveira tinha feito uma pergunta sobre o porto de pesca. É uma questão a estudar porque de facto não estava prevista, neste momento, nenhuma obra, mas é uma questão a ver também no decurso do Plano.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Passarei a responder às perguntas formuladas pelo Sr. Deputado Renato Leal.

Relativamente às questões do "Fundo Regional de Turismo" e do "jogo", não há qualquer omissão no Plano, na medida em que a sua implementação será efectuada através da aplicação e da aprovação de legislação que será submetida à Assembleia para aprovação. Portanto, não é necessário fazer-se referência no Plano de Médio Prazo, na medida em que a sua implementação será através de actos legislativos.

O aumento da capacidade hoteleira como principal objectivo apesar da taxa de ocupação rondar os 30 ou 33%, deve-se ao facto de se entender que só depois de haver uma massa de referência suficiente é que, em termos de oferta disponível, será possível aumentar a taxa de ocupação através da captação de maiores fluxos turísticos.

Parque de caça: tem-se vindo a verificar nos últimos tempos uma grande procura de caçadores aqui para a Região...

(Risos da Câmara)

...ou melhor, tem vindo a procurar a Região grande número de caçadores para praticarem a caça e, portanto, está prevista a delimitação de uma zona de caça na encosta da Ilha do Pico, onde será construído um centro de acolhimento e serão igualmente construídos trilhos de acesso e zonas de abrigo para os respectivos caçadores.

O Sr. Deputado António Varão colocou-me a questão da delimitação e criterização de zonas prioritárias, nomeadamente a zona entre Lagoa e Vila Franca.

Foram já efectuados dois estudos preliminares que apontam já algumas zonas. Esses estudos serão actualizados e, logicamente, se apontarem para a zona da Lagoa e Vila Franca essa será considerada uma zona prioritária e serão salvaguardadas, não só nessa zona, como noutras zonas, portanto, razões suficientes para que depois se possa, eventualmente, dar condições aos poten-

ciais investidores nessa área.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito rapidamente vou responder às três questões que me foram colocadas.

O Sr. Deputado Melo Alves colocou uma questão relativamente ao andamento das obras que se referem às estradas na Ilha Terceira.

Devo dizer que, na verdade, algumas destas obras não têm corrido no calendário previamente estabelecido mas, tratando-se de obras que foram adjudicadas a empresas de construção civil, à Região resta o mecanismo de accionar aquelas disposições contratuais para que o empreiteiro seja penalizado pelo não cumprimento dos respectivos prazos.

É isto que vamos fazer, uma vez que, nalguns casos, as próprias obras por administração directa acabam por correr dentro dos prazos normalmente estabelecidos, contrariamente àquelas que foram adjudicadas a terceiros. Mas esperamos recuperar o bom ritmo dos trabalhos e muitas das obras que estão iniciadas na Ilha Terceira vão ser concluídas rapidamente.

Relativamente ao realojamento das famílias na Ponta da Fajã, pergunta o Sr. Deputado Renato Moura se o mesmo está previsto ou não no Plano.

É evidente que está. Não há uma referência expressa a isso, mas a verba desagregada para a Ilha das Flores para realojamento destinase, prioritariamente, ao realojamento das famílias na Ponta da Fajã.

Quanto à questão que o Sr. Deputado Renato Moura também levanta relativamente ao programa de águas abranger apenas 3 projectos desagregados, concretamente em S. Miguel, no Pico e na Terceira, devo dizer que há uma verba de "não desagregados" que se destina aos projectos que irão aparecer, depois de se procurar um entendimento com as Câmaras Municipais, uma vez que esta acção terá de ser uma acção conjugada, envolvendo portanto, quer o Governo, quer as Câmaras Municipais. Só depois disso é que estaremos em condições de destacar os respectivos programas.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional para a Comunicação Social.

Subsecretário Regional para a Comunicação Social (Joaquim Machado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para um ligeiro esclarecimento às perguntas aqui colocadas pelos Srs. Deputados Manuel Serpa e Renato Moura a propósito da microcobertura televisiva.

De alguns anos a esta parte os Governos dos

Açores vêm desenvolvendo um esforço bastante significativo, bastante acentuado para efectivar a cobertura integral da Região em matéria de televisão e de rádio.

O Plano de Médio Prazo - a páginas 75 - diz que um dos objectivos do Programa 6 - "Apoio aos Media" é o "financiamento das acções complementares da Cobertura Televisiva e Radiofónica".

Estão aqui incluídas, naturalmente, todas as áreas que necessitam de ser objecto destes trabalhos de microcobertura, áreas estas que serão definidas pela RDP e pela RTP. Portanto, os casos que aqui foram invocados, quer do Pico, quer das Flores, naturalmente que estão contemplados.

Apenas queria deixar aqui e à Câmara dois elementos que atestam bem o esforço que tem sido desenvolvido pelo Governo dos Açores.

No "Plano de Actividades/Orçamento e Exploração/Plano de Investimentos da Radiodifusão Portuguesa, Empresa Pública", das indemnizações compensatórias a atribuir a esta Empresa pelo Estado, em 1989, 91 900 contos destinam-se aos Açores. Destes 91 900 contos apenas 15 mil se destinam à Cobertura Radiofónica da Região, ou seja, de 91 900 contos apenas 15 mil se destinam à Cobertura Radiofónica.

Se tivermos o cuidado de abrir o Anexo do Plano para 1989 - a páginas 35 - constatamos que no P6.2 o Governo dos Açores destina, só para a Cobertura Radiofónica, 75 mil contos, isto é, 5 vezes mais.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (António Menezes) Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou tentar responder dentro do tempo que me dão (apenas 4 minutos), deixando algum tempo para o meu colega da Educação e Cultura.

Em relação à pergunta levantada pelo Sr. Deputado Aguiar Rodrigues, devo dizer que efectivamente saíu um Despacho da Ministra da Saúde que imputa a responsabilidade pelos encargos decorrentes da prestação de cuidados de saúde aos utentes do Serviço Nacional de Saúde às entidades que procedam à respectiva requisição.

O que acontece, neste momento, é que, a doentes da Região deslocados para tratamento em unidades no Continente, tem havido alguma resistência a prestar esses cuidados sem uma garantia de que a Região irá suportar esses encargos. Por consequência, foram dadas instruções a todos os estabelecimentos da Região para que tivessem esse assunto em consideração.

Nós percebemos e concordamos com o espírito deste Despacho, ou seja, entendemos que quem necessita de um serviço, define uma prescrição

ou estabelece um programa terapêutico, deve ser responsabilizado pela despesa que gera e que cria. Foi neste sentido que fizemos um apelo a todos os nossos estabelecimentos para que efectivamente tivessem isso em consideração.

É evidente que este Despacho surgiu sem nós termos conhecimento prévio dele e a preparação do nosso Orçamento para 1989 não considerou esta situação e, por consequência, iremos em instrumentos orçamentais suplementares considerar este aspecto.

No entanto, pensamos que o objectivo deste Despacho é correcto e os nossos estabelecimentos têm que ter este aspecto em consideração.

Respondendo ao Sr. Deputado Melo Alves devo dizer que está considerada no Plano a ampliação do Hospital de Angra do Heroísmo com uma verba de 380 mil contos até 92 e de 80 mil contos já neste ano de 1989.

Ao Sr. Deputado Bairos respondo que efectivamente temos consciência da situação do equipamento de Raios X em Vila do Porto. A solução correcta e óptima será a aquisição de um novo. Neste momento não é possível porque o novo equipamento não cabe nas instalações velhas. Por consequência, vamos proceder à reparação do já existente e, se a avaria for grande, a uma substituição parcial do equipamento e o novo equipamento ficará para as novas instalações - que, como sabe, já está a decorrer o concurso internacional para o novo Centro de Saúde de Vila do Porto.

Em relação à Sr. Deputada Adelaide Teles queria dizer que a ampliação do Hospital da Graciosa para instalação das senhoras enfermeiras está em curso, já foi entregue e enviado para o processo normal de abertura de concurso para a Secretaria Regional de Habitação e Obras Públicas e prevê-se cerca de 2 meses para a abertura do concurso.

Em relação às Termas do Carapacho devo dizer que temos considerada até 92 uma verba de 22 500 contos, que nos permite já proceder a remodelações e a melhoramentos significativos nas Termas do Carapacho e está equacionada a hipótese de, em conjunto com o Secretário Regional do Turismo e Ambiente, se equacionar toda esta problemática do aproveitamento das Termas.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos realmente ao fim do tempo destinado às respostas.

O Sr. Secretário da Educação e Cultura poderá, naturalmente, depois, responder durante o debate e a sua intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se bem percebi da intervenção de há pouco do Sr. Presidente do Governo Regional, era intenção do Governo responder a todas as perguntas

que lhe foram feitas.

Presidente: O Sr. Presidente do Governo Regional o que pediu, e com o qual a Mesa concordou, foi que o tempo atribuído para respostas ao Governo Regional fosse igual àquele que tinha sido atribuído aos partidos para as perguntas.

Deputado Martins Goulart (PS): Foi querer responder a todas as perguntas dos Srs. Deputados.

Presidente: Tenho a certeza que foi isto! O que foi pedido e com o que a Mesa concordou...

Deputado Francisco Sousa (PS): É que o sector da Educação não teve de facto nenhuma resposta, a não ser a que foi dada pelo Sr. Secretário Regional da Economia.

Presidente: O Sr. Secretário certamente responderá às perguntas durante as suas intervenções. Vamos ter longas horas para falar sobre estas matérias.

Deputado Martins Goulart (PS): Sabemos por que é!

Presidente: Vamos fazer agora um intervalo de 15 minutos. Pedia aos Srs. Deputados que fosse realmente só de 15 minutos porque vamos ter um trabalho muito intenso.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 11.50 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 12.05 horas)

Vamos iniciar a discussão destes documentos que estão em apreciação.

Por um entendimento entre os Grupos Parlamentares, os tempos de discussão serão os seguintes:

Governo - 5 horas

D - 5 horas

PS - 5 horas

CDS - 2 horas

PCP - 1 hora

Incluem-se nestes tempos as intervenções finais e as eventuais declarações de voto.

A Mesa aceita inscrições para esta discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Simas.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

O Plano de Médio Prazo para 1989/1992 é um instrumento que visa o aproveitamento das potencialidades regionais e tem como finalidade o desenvolvimento económico e social da Região Autónoma dos Açores, melhoria da qualidade de vida e o bem estar do nosso povo.

É um Plano que apresenta um novo enquadramento político e, em para os objectivos que pretende atingir, contém os meios necessários à mobilização dos açorianos, quer no aspecto social, quer no aspecto económico.

É a consequência e concretização do Programa do Governo aprovado por este Parlamento no passado mês de Dezembro.

Nesta minha intervenção debruçar-me-ei, fundamentalmente, sobre a área do desporto.

A evolução do desporto regional, embora não tenha sido aquela que os amantes do desporto ambicionavam, foi a possível e com algum significado.

Estou certo que o actual Executivo, conforme o proposto no PMP, guindará a Região para melhores índices, quer a nível de instalações, quer a nível de resultados desportivos.

O Plano atribui para este sector a dotação de 19% do montante atribuído à educação, prevenindo-se a conclusão de diversas instalações desportivas e o início de outras, de forma a dotar as ilhas mais carenciadas, de infraestruturas em número suficiente para a prática e desenvolvimento do desporto regional.

De acordo com o Programa do Governo, prevê-se uma actuação política mais acentuada no que concerne a apoios directos aos diversos agentes desportivos, tendo em conta dotar o sector de um maior acompanhamento e desejável eficácia nos proveitos da prática desportiva.

Em termos de objectivos gerais, sectoriais e de promoção desportiva, salienta-se que o IV Governo tem de facto, no aspecto de planeamento, um conjunto de intenções, que levadas à prática, trarão, inevitavelmente, frutos bastante positivos.

As novas metas a atingir, adicionadas à experiência adquirida, leva-nos a confiar que neste quadriénio será dado o salto qualitativo esperado.

Hoje ninguém questiona que a prática da educação física e dos desportos, para além do desenvolvimento físico que proporciona e do excelente meio de ocupação dos tempos livres que constitui, tem que ser encarada como um complemento da educação integral da juventude.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

Dentro do quadro descrito, gostaria de salientar alguns aspectos práticos contidos no planeamento, os quais, decerto, agradarão aos adeptos do desporto no que diz respeito à programação prevista para a área da animação e iniciação.

Quanto a objectivos gerais salientaria, entre outros, os seguintes:

- Elaboração de um Plano Quadrienal de Desenvolvimento Desportivo Regional;

- Organização do intercâmbio desportivo entre estabelecimentos de ensino através dos Jogos Desportivos Escolares;

- A interessante ideia de criar na Universidade dos Açores o Curso Superior de Educação Física e Desportos;

- Criação de Jogos das Comunidades Açorianas, através do intercâmbio desportivo entre jovens residentes nos Açores e os jovens oriundos de gerações de emigrantes açorianos nos EUA, Canadá e Bermudas;

- Atribuição de bolsas aos técnicos e atletas que obtenham classificações de realce em provas nacionais;

- Organização de Congressos ou Seminários, ao que eu acrescentaria, com uma certa periodicidade;

- Reforço e apoio às estruturas associativas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Chegou a hora de apoiar, na medida das nossas possibilidades, todas aquelas modalidades e clubes que dignifiquem e projectem a Região, dentro e fora dela.

Deputado Rui Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Quem duvida hoje que a participação das equipas de futebol do Santa Clara, Lusitânia e Praiense a nível nacional, projecta e dignifica a Região?

Deputado Ricardo Barros (PS): O Governo não sabe!

O Orador: Quem tem dúvidas do êxito e da projecção da equipa de basquete feminino do Clube União Micaelense que se encontra em vias de subir à 1ª divisão nacional?

Deputado Luís Filipe Cabral (PS): Já subiu, Sr. Deputado! Está mal informado!

O Orador: Muito obrigado. Quem diria que as modalidades do ténis e do golf nos projectariam a nível nacional e até internacional, arrastando consigo praticantes que nos visitam, contribuindo também para o desenvolvimento turístico da nossa Região?

Deputado Albano Pimentel (PS): Ainda ganham os Jogos Olímpicos!

O Orador: E o "Prémio Nobel". Mas não é na "Matemática Aplicada", Sr. Deputado!

(Risos da Câmara)

O Orador: Nos desportos náuticos, há que haver entendimento global e efectivo por parte do Executivo, pois trata-se de uma modalidade que por factores climatéricos permite a sua prática ao longo do ano, colocando-nos numa posição ímpar na Europa.

Com os novos espaços desportivos que irão em breve aparecer, tais como a Zona Desportiva de Ponta Delgada, Complexo de Angra do Heroísmo, Complexo Desportivo das Laranjeiras e outros empreendimentos em execução ou a executar nos demais concelhos, novos horizontes se nos abrem.

Assim, este Plano confirma a afirmação por mim aqui produzida aquando do debate do Programa do Governo: "A política desportiva, estou certo, irá ter novo tratamento na nossa Região, onde a população desportiva cresceu substancialmente,

sem o correspondente reforço das estruturas desportivas".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Gostaria de terminar repetindo uma frase aqui produzida pelo Sr. Secretário da Educação e Cultura: "A Educação...

Deputado Ricardo Barros (PS): Onde é que ele falou?!!!

Deputado Dionísio Sousa (PS): No Plano!

O Orador: ...a Cultura e o Desporto constituem um dos melhores investimentos: eles são as raízes da planta que há-de dar frutos".

Eis o que este Plano possibilita e que nós vamos reforçar, e o que, por nosso intermédio, irá ser objecto do nosso maior estímulo.

Disse.

(Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!)

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Ramos.

Deputado Victor Ramos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As carências de habitação e dos equipamentos complementares constituem - não será forçado afirmá-lo - um dos mais graves problemas da sociedade açoriana.

Uma parte significativa da nossa população, com especial incidência nos estratos baixo/médios e jovens casais, são atormentados, quotidianamente, com problemas relacionados com a habitação. Uns pela falta de condições que lhes possibilitem o acesso à habitação, outros pelas dificuldades deparadas com os montantes das amortizações da habitação, agravadas pelo recente corte do subsídio familiar.

Muito se tem dito e escrito sobre os graves problemas habitacionais da Região, mas pouco se tem feito para minimizar tal situação e as suas nefastas consequências.

A falta de definição explícita, rigorosa e realista de uma política para o sector, através de um Programa Regional de Habitação que constitua o conjunto de estratégias tendentes à resolução das carências habitacionais, caracterizam a falta de imaginação e inépcia dos sucessivos Governos de responsabilidade PSD, fazendo com que a produção habitacional viva um longo e prolongado marasmo.

Pode-se, porém, discutir o volume das carências mas as suas implicações não requerem demonstração. Constituem um grande problema humano e uma forte condicionante no progresso económico.

A falta de uma habitação própria e condigna gera constrangimento e angústia; as más condições de habitabilidade provocam o desconforto e a insegurança; os elevados encargos com a habitação que afectam as gerações mais jovens, retiram

um grande número de famílias o tempo e os meios para o lazer e para a satisfação de outras necessidades, o que é caso para interrogarmos: Quantas centenas de famílias, para usufruírem o "privilégio" de terem casa, vivem subjugadas ao pagamento mensal das respectivas prestações, sofrendo grandes privações de outros bens essenciais? Não será impressionante a vivência quotidiana destas famílias? Que sociedade é esta que no dealbar do Séc. XXI - de espectaculares realizações no domínio da ciência e da técnica, com enorme potencial produtivo - mantém centenas de famílias em situação de insegurança e promiscuidade, negando-lhes um direito constitucionalmente consagrado?

Estará o Governo e a bancada que o suporta consciente dos malefícios e constrangimentos deste estado de coisas?

Não o creio. Doutro modo, já teriam sido encontrados os consensos político-programáticos indispensáveis à definição e execução das medidas para atacar as carências sentidas e, progressivamente, melhorar as condições gerais de alojamento.

A situação habitacional tem, obviamente, incidências de ordem moral e de consciência social. Mas não só.

Trata-se de reconhecer que a habitação desempenha funções fundamentais:

- Como suporte material da vivência pessoal e familiar constitui um requisito primário da condição humana;

- Como componente do processo de reprodução da força do trabalho é um factor fundamental do sistema económico e social.

Daí que para o Partido Socialista o incremento à produção habitacional e a atenuação das carências existentes sejam imperativos ao desenvolvimento económico e à modernidade das estruturas produtivas e sociais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Analisando os Programas, Planos e Orçamentos dos Governos anteriores, da responsabilidade do PSD, têm sido inscritas medidas para solucionar os problemas do sector e ambicionadas metas de construção habitacional. Contudo, sem menosprezarmos alguns resultados positivos de uma ou outra medida - sempre casos pontuais, sem continuidade, - as realidades demonstram que as soluções prometidas não são concretizadas, que os resultados ficam sempre muito aquém dos objectivos enunciados e dos recursos utilizados e que a situação se vai degradando de ano para ano.

Então, porquê este prolongado marasmo? Quais são os obstáculos que impedem as reformas estruturais susceptíveis de inverter essa tendência?

Não entender do PSD, e em primeiro lugar, obstáculos de natureza ideológica, em segundo lugar, de facto, um diagnóstico rigoroso da ineficácia

das actuações são incomparáveis com os esquematismos voluntaristas e ideológicos que têm prevalecido no tratamento das questões urbanísticas e habitacionais.

Da análise a que procedi, pode-se concluir que os bloqueamentos à produção habitacional derivam de:

- A inexistência de uma política de habitação clara e coerentemente definida;

- Da incapacidade que tem perdurado na definição de uma política de solos que disponibilize os terrenos para a construção habitacional e o ordenamento urbanístico, nas quantidades necessárias e a preços compatíveis;

- Um inadequado sistema de financiamento à promoção de habitação própria permanente, que só beneficia os estratos de maiores rendimentos.

Porque não é capaz este Governo, no seu Programa e Planos 89/92 bem como no Plano e Orçamento para 89 de equacionar as seguintes questões:

- Quantos fogos vamos construir; de que tipo; para quem; onde e com que meios?

- Quais os parâmetros directores da política para o sector, em termos de articulação com as necessidades e as estratégias do desenvolvimento económico e social?

- Como vai ser assegurada a viabilização técnica, financeira, institucional e produtiva das medidas propostas?

Nenhum.

Os Programas e respectivos Planos e Orçamentos até hoje apresentados por este Governo, ao longo de 12 anos, tal como o agora em discussão, não passam de uma listagem de intenções e promessas. Todos apostam no desenvolvimento do sector habitacional e na satisfação das carências mais prementes.

Desconhece o Governo, ou não quer que seja conhecido com rigor, o montante das carências e respectiva distribuição por estratos sócio-económicos; não existem estudos sobre os modos de vida e as formas de utilização do alojamento; e a estrutura produtiva do sector da construção é ignorada nos programas.

Daí o arbítrio das metas que se traçam; a irracionalidade de muitas construções e urbanizações; o desfasamento dos programas relativamente às realidades económicas e administrativas; e uma flagrante injustiça na distribuição de verbas e apoios. Na ausência de uma objectivação realista e globalizante dos programas habitacionais, logo as medidas adoptadas surgem desconexas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano a Médio Prazo e o Plano e Orçamento para 89 são bem exemplificativas das situações apontadas no sector da Habitação. Senão vejamos:

No Plano a Médio Prazo 1989/92 a forma como

são distribuídas as verbas, de que é dotada a Secretaria da tutela, ao longo do quadriénio, demonstra de forma clara a inexistência de qualquer critério de distribuição das mesmas face às necessidades sentidas.

É notória uma distribuição equilibrada dos montantes anuais, bem como em relação aos programas entre si.

No Programa 17 - Apoio à Habitação - não se define absolutamente nada a não ser a distribuição de uma dotação global pelos diversos projectos do mesmo programa.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Então o que é que o Sr. Deputado esteve a fazer na Comissão dos Assuntos Sociais?

O Orador: No Projecto 17.1 não se define o número de fogos a construir, com que entidades em especial irão ser celebrados os respectivos contratos para construção a custos controlados, para quem se destinam os fogos nem onde com maior incidência será desenvolvido este projecto.

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não percam a cabeça! Estamos num Parlamento!

Deputado Fernando Faria (PSD): O Sr. Deputado Dionísio de Sousa é o único que pode perder a cabeça... e eu também!

O Orador: Não especifica o mesmo projecto quais os montantes destinados à aquisição e infra-estruturas de solos e os valores destinados à construção de habitações propriamente ditas.

O Projecto 17.2 encontra-se igualmente indefinido em relação aos montantes correspondentes a cada uma das acções a desenvolver.

Sendo o Projecto 17.3 - Bonificação de Juros - o mais flagrante, limitando-se à transcrição do enunciado no Programa do Governo e à atribuição de uma verba irrisória para a acção pretendida, levanta-se, para esta situação, uma série de questões:

Será que o Governo tem consciência de que sem a dotação necessária não poderá propor-se bonificar o que quer que seja muito menos a habitação?

De acordo com um técnico da especialidade e com alguns estudos efectuados, para fazer face às presentes carências habitacionais na Região ao longo do próximo quadriénio será necessário construir cerca de 1 200 fogos/ano.

Estimando-se, como premissa, que apenas 1/3 dos fogos a construir, seriam bonificados, no que se cairia desde logo numa situação de injustiça, deparamo-nos com a seguinte situação:

Um fogo T3 com área de 110 m², ao custo final de construção por m² de 60.000\$00, sendo a bonificação de 5% sobre a taxa de juro contratual em vigor, teremos como resultado final a insuficiência da dotação prevista para este projecto.

Por outro lado, pergunto:

Será a dotação prevista no Projecto 17.3 para fazer face à dívida que o Governo Regional tem com a Caixa Geral de Depósitos pelas bonificações praticadas com o crédito à habitação na Região e que de acordo com a Legislação Nacional a vigorar desde 1980, o reembolso às instituições especiais de crédito das referidas bonificações serão da responsabilidade do Governo Regional? Assim sendo a dotação de 100 000 contos torna-se ainda muito mais irrisória.

É de acrescentar, a título de curiosidade, que a referida legislação é da responsabilidade de um Governo PSD em que era então Primeiro Ministro o Sr. Dr. Sá Carneiro.

Resta-me ainda perguntar:

- Qual tem sido a atitude do Governo Regional dos Açores para com esta situação em relação ao Governo da República?

- Porque não informou o Governo esta Câmara da presente situação?

- Porque não informa o Governo o valor em dívida para com a Caixa Geral de Depósitos resultante da referida legislação?

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Vai informar... vai informar!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A forma como o Governo tem mantido em segredo esta situação, só poderá demonstrar a incapacidade reivindicadora do mesmo em relação aos órgãos do Poder Central uma vez que estes custos deviam e devem ser suportados pelo Orçamento Geral do Estado como acontece em todo o restante território nacional.

Em relação ao Programa 18 - Ordenamento Urbano - refira-se que é, sem dúvida, o sector mais detalhado quanto às acções a desenvolver.

Dotado de uma verba de 160 000 contos está explícito que será para fazer face aos custos com honorários de topografia dos respectivos gabinetes técnicos, feitura de cartografia e planos de urbanização a desenvolver em diversas localidades da Região.

No entanto, e em relação a este programa, o Partido Socialista discorda da filosofia subjacente à feitura de planos de urbanização, porquanto estes poderão estrangular o desenvolvimento urgente e necessário no sector da construção, face às necessidades reais e à procura, devido à morosidade, característica da feitura de planos de urbanização, que ronda três a quatro anos.

Em nosso entender, e para ultrapassar os estrangulamentos referidos, seria de optar pela feitura de planos directores, acompanhados de planos de pormenor e ainda planos de salvaguarda dos centros urbanos mais importantes e históricos, a fim do desenvolvimento pretendido no sector da construção ter a dinâmica necessária ao cabal

desenvolvimento do mesmo.

O plano de urbanização só terá sentido, tendo em conta a nossa realidade de ilhas e ao nível de cada uma das ilhas.

Nos restantes programas e projectos voltam a não estar definidos os critérios de atribuição de verbas bem como a especificação das acções a desenvolver.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito mais havia a dizer não fosse a escassez de tempo de que dispomos

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): 5 horas!!!

O Orador: É lamentável a insistência neste plano de 89, tal como nos anteriores, mesmo nos Planos a Médio Prazo, de referências de parâmetros e objectivos ou metas a atingir com a aplicação das dotações orçamentais propostas.

Quando é fundamental para uma política de habitação o crédito e respectivas bonificações, o Governo só atribui três linhas a este projecto.

Não se menciona de uma forma clara a interligação entre a Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos e a Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas sobre projectos idênticos que visam a promoção da habitação.

Não se faz menção à interligação entre a Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas e as Câmaras Municipais, na intervenção de certos projectos e, por conseguinte, nunca se conhece quando termina a acção do Governo e começa a das Câmaras e vice-versa.

Conclui-se, portanto, que o presente PMP 39/92, Plano e Orçamento para 89, dada a falta de elementos que permitam uma análise devida, foi feito por obrigatoriedade, a fim de ser aprovada por esta Câmara de maioria governamental, disfrutando o Governo, após a sua aprovação, da utilização das verbas conforme quer e bem entende.

Para se ultrapassar os problemas reais do sector habitacional é necessário definir-se, com rigor, as medidas a tomar, dotar os diversos programas de verbas necessárias e ter vontade política, o que este Governo, pela proposta apresentada, não demonstra ter.

Disse.

(Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!)

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para uma brevíssima pergunta...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Para responder a algumas!

O Orador: Diga, Sr. Deputado!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Disse que era para responder!

O Orador: Com uma pergunta também?! Mas vai ser quando eu fizer a minha intervenção. O Sr. Deputado depois então há-de fazer o favor de fazer a pergunta, porque agora sou eu que vou perguntar ao Deputado da sua bancada que acabou de intervir.

Não vou alongar-me nestes pedidos de esclarecimento na medida em que a intervenção do Sr. Deputado terá a resposta atempada. Há questões que careciam aqui (e carecem, com certeza!) de ser aforadas, mas devo dizer que se tornam difíceis porque as contradições existentes na intervenção do Sr. Deputado são de tal ordem que dificilmente...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Demonstre-as!

O Orador: Vou demonstrar, Sr. Deputado! Tenha calma!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Eu estou calmo!

O Orador: Mas eu vou demonstrar quando estiver de posse do texto!

Além disso, como o Sr. Deputado deve saber, há de facto uma filosofia diferente entre a do seu partido e a minha (e bem bom que assim é!), mas o Sr. Deputado contou, na intervenção que fez, apenas com um agente para resolver o problema da habitação, que é o Estado, mas esqueceu-se que o problema da habitação não se resolve apenas com o Estado. Mas isso é uma questão que nós vamos aforar de seguida.

A minha pergunta é muito simples:

- Quais foram os parâmetros tomados pelo Sr. Deputado para concluir da necessidade de construir 1 200 fogos/ano, designadamente qual foi a taxa de crescimento da população tomada como base deste cálculo?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Ramos.

Deputado Victor Ramos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sei que o Sr. Secretário não dispõe de elementos que o levem a chegar a essa conclusão, mas também referiu na Comissão dos Assuntos Sociais que eram necessários cerca de 4 000 fogos ou até 5 000.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): 4 000 nos 4 anos!

O Orador: Exactamente! Ora eu refiro que são necessários 1 200 fogos/ano, o que ronda um total de 4 800 fogos.

Esses estudos foram efectuados devido à procura de habitação nas diversas ilhas e pelo crescimento da população que se prevê para os próximos 4 anos.

Quanto à taxa, falarei nela numa próxima

intervenção que farei, que define exactamente todos esses pormenores.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Essa está boa!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo também para pedidos de esclarecimento.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Queria fazer dois pedidos de esclarecimento.

Em primeiro lugar, desejava perguntar ao Sr. Deputado quais os montantes de verbas destinadas no Plano de Médio Prazo para o sector da habitação.

Deputado Álvaro Pimentel (PS): Lê o Plano!

O Orador: Os Srs. Deputados começam a falar e daqui a pouco estão-me a falar na dignidade do Parlamento e, como há aí uns rapazes que não sabem o que é um Parlamento, vão julgar que esta Casa não tem dignidade.

(Risos do PS)

O Orador: Mas, como ia dizendo, perguntava também ao Sr. Deputado se sabe qual é o índice de crescimento dessas verbas em relação ao ano anterior.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Ramos.

Deputado Victor Ramos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As suas perguntas só demonstram falta de conhecimento do Plano, o que é normal face ao clima que o envolve, o que dispensa também a leitura e o estudo dos Planos e Orçamentos.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Mas o Sr. Deputado sabe ou não sabe? Leu ou não leu?

O Orador: Leia o Plano que está lá explícito.

Presidente: Srs. Deputados, suponho que este assunto está esclarecido, a pergunta já foi respondida de forma que não vejo...

O Sr. Deputado Rui Melo precisa de fazer mais pedidos de esclarecimento?

(Afirmativa do Sr. Deputado Rui Melo)

Então tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tal como eu pensava, o Sr. Deputado não sabe, mas eu vou-lhe dizer. E vou-lhe dizer porquê? Porque o Partido Social Democrata, consciente de que a habitação é de facto um problema dos nossos dias, que é um problema que vai afligindo cada vez mais os açorianos, reconhece isso, e por isso neste Plano de Médio Prazo traz uma verba de 13 milhões e 280 mil contos...

Deputado Luís Filipe Cabral (PS): Quem dá mais?

O Orador: Aquele que tem um índice de crescimento de 7,73%.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): O Sr. Deputado

agora já sabe. Pode dar a resposta!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era para um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Rui Melo.

Eu desejava saber se, por acaso, ele notou de que ano é que são as estatísticas de habitação que vêm no Plano de Médio Prazo.

Deputado Luís Filipe Cabral (PS): Não leu, pois não?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Notei sim, Sr. Deputado! Aliás tenho aqui o documento donde os Srs. têm feito doutrina...

(Risos do PS)

O Orador: ...aliás, e muito bem. Baseiam as suas intervenções quase todas neste documento, que é de um departamento do Governo Regional dos Açores do PSD, e, como tal, Sr. Deputado, eram os dados mais disponíveis e possíveis, nessa altura, para dar resposta à sua pergunta.

Deputado Luís Filipe Cabral (PS): Não respondeu! Não sabe?!

(Protestos inaudíveis do Sr. Deputado Rui Melo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Albano Pimentel.

Deputado Albano Pimentel (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era só para esclarecer o Sr. Deputado - porque não consegui perceber se sabia ou não, mas julgo que não sabe - de que a resposta à pergunta formulada era 1981.

Era só isto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era para esclarecer aquilo que acabou de esclarecer o Sr. Deputado Albano Pimentel.

Deputado Albano Pimentel (PS): Fui mais rápido!

(Risos do PS)

Presidente: Suponho, Srs. Deputados, que este assunto está esclarecido.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Regina Cunha.

Deputada Regina Cunha (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Qualquer proposta apresentada à discussão que leve um todo, no seu aspecto sócio-económico, a uma consequência, merece sempre uma atenção

muito especial pela responsabilidade que lhe é exigida.

É o que nos acontece neste momento, ao debruçarmo-nos sobre o debate para a Proposta do Plano a Médio Prazo, do próximo quadriénio. Nesta proposta estão as medidas necessárias para disciplinar a orientação dum plano de trabalho e de orçamento, a executar pelo Governo do Arquipélago. E como a evolução da Autonomia continua, o apelo constante ao empenhamento, as exigências e reivindicações justificadas, a igualdade de direitos pela insularidade, cada vez mais requerem uma coordenação activa nios diversos sectores.

Assim, este Plano é a continuação de uma política de responsabilidades iniciada nas diversas ilhas, do passar-se dos princípios à prática e consequentemente, de se continuar a projectar no futuro uma solução de vida e de promoção que se deseja dar às próximas gerações. E essa análise a este PMP é já um reconhecimento pelo caminho percorrido, uma vez que ele apoia um contínuo projecto, de constante aperfeiçoamento, tarefa nada fácil por depender de muitos factores, inclusive do empenhamento dos profissionais.

É um facto, que no último quadriénio houve descontentamentos e alguns com razão - digamo à vontade - mas muitas são as vezes que os erros cometidos são uma força de estímulo para que as correcções sejam um factor de promoção e um arranque de luta pela meta certa.

Esta proposta contém preocupação e racionalidade. Os passos continuam a ser dados, com critério, para igualar essas nove ilhas, que são pertença nossa.

O Plano, dentro das realidades possíveis, é correcto, pois garante o desenvolvimento da Região e, assim, a preparação para o desafio de 1992 com a modernização da economia açoriana. Mas a este projecto há um paralelo que não pode ser esquecido e que tem de ser tomado em consideração - é o contributo nacional. A nossa realidade tem de ser compreendida, para que se clarifiquem responsabilidades futuras, a fim de não se criarem juízos de classificação às gentes da nossa Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao Sector da Saúde, houve grande evolução em termos globais, embora, continuam as lacunas quanto aos recursos humanos, em especial nas ilhas consideradas menores, mas os estímulos a serem criados, quanto à fixação do pessoal de Saúde, poderão bem vir a ser uma resposta para estes casos que têm consequências bem visíveis. E o esforço real que se pretende neste campo para S. Jorge é que o Centro de Saúde da Calheta entrasse em actividade visível, o que já se está a dar, felizmente, e consequentemente, fosse breve para o regime de presença

ou alerta, a fim de se anularem situações desagradáveis, criadas muitas vezes, também, pela má informação e por gestões deficientes.

Na Segurança Social o apoio a instituições de solidariedade continua a traduzir-se por um aumento significativo e era um facto que a necessidade de Apoio ao Domicílio, na Região, merecia um alargamento, não só pela presença viva junto da pessoa isolada, como no diverso conteúdo de prestações de serviços.

Quanto às verbas para a Segurança Social Directa, era já do conhecimento dos serviços que as destinadas a S. Jorge ficavam aquém das exigências reais, uma vez que o custo dos transportes terrestres absorvem um grande quantitativo dessa verba, pois basta que a aragem seja Norte para que os cancelamento dos voos da SATA se traduzam num peso económico para a parcela mais carenciada do nosso povo, com o transporte em duplicado, quando não, em múltiplos seguidos.

É que um Topo/Aeroporto é de 2 700\$00. E é a zona do concelho da Calheta, mais precisamente essa do Topo, que em diagnósticos correctos dá mais evacuações, segundo os dados adquiridos.

No Sector da Habitação é do conhecimento geral que as condições criadas para a construção não eram das melhores, pois afectava grandemente o equilíbrio orçamental da família ou anulava a esperança de se ter casa própria. Porém, a nova dinâmica a criar, com a colaboração intensa das Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais, a bonificação de juros, com um "complemento" para os casais jovens e todo o aspecto global caracterizado, embora a traços largos, é já fruto de um trabalho repensado, visando aqueles que, tendo um projecto de habitação própria, se achavam impossibilitados pelos recursos económicos.

Igualmente devo realçar a ideia dada na Comissão a que pertença, pelo Sr. Secretário deste sector, quanto à nova visão de construção com um "Não" aos Bairros Sociais e "Sim" à Habitação propriamente dita.

Estou plenamente de acordo, Sr. Secretário, pois é visível que a nossa paisagem rejeita qualquer tipo de "caixotinho", desumanizado mesmo, e acolhe agradavelmente, devo dizê-lo, "o mimo" que é uma habitação com a pincelada regional.

E esta ideia do Regional devia abranger e caracterizar todo o exterior das nossas estruturas oficiais, e não só, o que não seria difícil, para não nos surpreendermos de vez em quando com certos originais...

No aspecto da Educação há uma aposta na pré-escolar, por reconhecer-se que é esta a fase de melhor se formar o perfil cultural e mental da criança, a caminho do dia de amanhã. Seria bom, de facto, se comesçassem a transmitir-lhe

também que a vida não é só de exigências e reivindicações mas também de deveres e solidariedade.

Quanto ao sucesso escolar nota-se uma lenta melhoria na generalidade, excluindo o 12º ano, evidentemente, pois as exigências do programa são demais conhecidas. Talvez com uma olhadela repensada à causa/efeito ou ainda melhor distribuição dessas exigências, nos anos anteriores, se se ultrapassasse essa taxa de insucesso. Pois se nem tudo é culpa dos professores, também nem tudo é culpa dos alunos.

A Universidade tem carências diversas e as condições precárias para a investigação e actividades lectivas precisam de um arranque - felizmente que o Plano prevê essas realidades com uma verba justificada.

Para finalizar, cito ainda as reconstruções e recuperações de imóveis, classificados ou não. Para tal peço que a fiscalização no todo regional, pelos técnicos, seja uma constante para que não se assista a autênticos danos à herança patrimonial, nos lugares longe dessa vigilância. Alegro-me ver a Igreja de S. Francisco nas Velas e o Convento de S. Diogo no Topo, cobertas por este programa. Há também a Matriz do Topo já iniciada.

- Todas são relíquias demasiado débeis para se deixarem por mais, à mercê do tempo ou de qualquer grupo de restauro...

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano pode e deve ser criticado para que se justifique a discussão, mas jamais com alternativas de sonhos, porque Todos sabemos que, dentro do possível, este é o Plano possível. É mais um desafio que este Governo terá de enfrentar e de vencer. Haja coordenação, fiscalização e cumprimento, pelo bem dos Açores.

Disse.

(Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!)

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, estamos a chegar à nossa hora regimental de forma que vamos interromper os nossos trabalhos para o almoço.

Recomeçaremos às 15.00 horas.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 13.00 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 15.00 horas)

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Plano de Médio Prazo 89/92 mantém o fundamental da estratégia económica e social definida

em Planos anteriores, tendo introduzido, porém, algumas alterações que não só não modificam os objectivos sócio-económicos atingíveis, como, pelo contrário, agravam as consequências negativas para as classes e camadas laboriosas.

Não dá resposta às verdadeiras questões que, hoje, se colocam com a integração europeia.

Não permite a modernização, num quadro de justiça social, dos principais sectores produtivos.

Abandona, claramente, a intenção de desenvolver, minimamente, o sector industrial.

Mantém a perspectiva, errada, de proceder a transferências desproporcionadas do sector público para parte do sector privado, investindo a Região em proveito de alguns dos investidores, não desenvolvendo porém uma política coerente de consolidação da capacidade de investimento de todo o sector privado, sector económico estrutural fundamental na Região. Abandona orientações correlacionadas com o aproveitamento de algumas capacidades produtivas regionais mantendo a opção leite, lacticínios, carne, mas pondo de parte a perspectiva de diversificação da produção agrícola, ponto importante para se combater eficazmente os custos de insularidade.

Não garante o desenvolvimento harmónico de toda a Região criando mesmo verdadeiras zonas periféricas no interior do Arquipélago.

Aponta um objectivo para a criação de emprego, que não se fundamenta em medidas económicas e que, assim, não garante o acesso real ao trabalho de milhares de trabalhadores, especialmente jovens.

Não encara a Região como uma área económica interligada, com parcelas complementares, e cada vez mais economicamente interdependentes umas das outras, mas sim como um somatório de ilhas, todas elas cada vez mais dependentes do exterior.

É mantido um "planeamento" vago, sem indicação concreta e objectiva dos efeitos de cada programa no período de vigência.

Subsistem classificações de despesas como investimento, em relação às quais é, pelo menos, legítimo duvidar-se dessa natureza.

Não foram respeitados, nem sequer levados a sério, os prazos para as audições dos parceiros sociais, o que demonstra desde logo a vontade de não realizar a discussão generalizada que a situação impõe.

A redução do número de programas, teve como efeito o agravamento do carácter vago de cada um deles, o que retira no actual Plano, ainda mais, a característica de documento de planificação.

No plano social, as políticas definidas, mantêm o mesmo carácter conservador, sem qualquer perspectiva humanista.

O Plano de Médio Prazo não garante alcançar os objectivos sociais do desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores, entendidos estes, na sua componente articulada com os objectivos de desenvolvimento económico respectivo.

Numa primeira abordagem deste "Plano de intenções" ressaltam imediatamente algumas contradições de importância vital que nos levam a duvidar da sua filosofia e do alcance dos objectivos, inerentes a essa filosofia, na área da coesão social da Europa Comunitária em que estamos inseridos.

Temos uma população estimada em 255 mil habitantes, dos quais 155 mil se encontram em idade considerada potencialmente activa (15 aos 64 anos). Destes apenas são dados como activos: 96 200, e efectivamente empregados (mesmo com vínculo precário) estarão, segundo o Plano, 400, aparecendo um índice de desemprego, em tendência de aumento, que ronda actualmente os 5%!

Uma outra evidência é que destes 91 400, apenas 23 500 são mulheres em idade considerada activa. Tal número apresenta-se no entanto com tendência de subida, tendo nos últimos anos aumentado muito a pressão sobre o mercado de trabalho regional do sector feminino, em idade activa, à procura do primeiro emprego, representando portanto uma pressão extra e oficialmente não esperada!

No âmbito da formação profissional e do primeiro emprego, o Plano constata que as deficiências são muito grandes e que a criação de novos postos de trabalho tem sido esmagadoramente feita na base do emprego com vínculo precário que nenhuma garantia dá; já que no âmbito da legislação do trabalho, o Plano admite nas entrelinhas o dado adquirido a aplicação do recém-promulgado pacote laboral.

Tudo aponta objectivamente para a degradação da situação dos trabalhadores; do aumento das dificuldades de emprego para os jovens e mulheres que procuram o primeiro emprego e, em consequência, para a continuação da tendência do aumento do desemprego, não sendo de esperar outra coisa de um Plano que, longe de ser inovador, confirma a estratégia do anterior.

Surpreendente se torna assim que, em termos de projecção até 1992, o Plano preveja a diminuição do desemprego para o nível dos 4% e, ainda, a sua estabilização nesse nível até ao ano 2000!

A confirmarem-se as perspectivas e as projecções da taxa de desemprego, o Plano, para ser cumprido, necessitará de fomentar a emigração de mão-de-obra activa para o estrangeiro. Em suma, o cumprimento do Plano implicará medidas no sentido de contrariar a eventual tendência para a diminuição da taxa de emigração. A não ser assim verificar-se-ia o aumento do desemprego.

Para o Partido Comunista Português é totalmente impossível integrar, no conceito de desenvolvimento, esta desumana política de recursos humanos, que o Plano de Médio Prazo, na prática, preconiza.

Quanto ao Orçamento para 89, ele opta por um largo aprofundamento de endividamento e está insuficientemente enquadrado com informação imposta legalmente.

Nós proporemos a criação do princípio do acréscimo salarial ao funcionalismo público, assim como medidas para a redução do número de trabalhadores com vínculo precário e artigos que garantam um total acompanhamento pela Assembleia Regional dos Açores da execução do Orçamento.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não percebi bem a sua primeira observação. Em relação à segunda observação queria apenas desfazer uma dúvida: queria saber qual é a população dos Açores porque não percebi o montante que referiu e se se estava a referir à população residente ou à população presente. Por conseguinte, qual é a população dos Açores e a que data se queria referir.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os dados que nós apresentámos são em função da população residente, e é exactamente aquela que se encontra na proposta do Plano de Médio Prazo.

Presidente: Suponho que este assunto está esclarecido.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vimos hoje dedicar algum do nosso tempo à apreciação das linhas gerais de actuação do Governo Regional nos próximos quatro anos, no que diz respeito à Segurança Social.

Começaria por salientar que este Plano, ao contrário dos Planos anteriores, não especifica quaisquer medidas de política no sector de serviços de Segurança Social.

Quanto às prestações pecuniárias, por exemplo, que em 1986 ultrapassaram os 12 milhões de contos, nada se diz. Se é verdade que os diversos tipos de prestações e montantes são iguais em todo o espaço nacional, é igualmente verdade que em matéria de organização e funcionamento dos serviços é à Região que compete decidir. Continuam a verificar-se demoras, quanto a nós exageradas, na atribuição das pensões, muito embora um dos objectivos do Plano para 1989

fosse a "conclusão do processo que visava racionalizar e acelerar o pagamento dos benefícios diferidos".

A microfilmagem é hoje unanimemente aceite como forma privilegiada de gerir os espaços reservados ao arquivo das organizações. Foi nesta perspectiva que, no anterior Plano a Médio Prazo e nos Planos Anuais que se lhe seguiram, se objectivou introduzir a microfilmagem nos serviços de prestações pecuniárias. Hoje este objectivo parece ter sido abandonado. A gestão dos espaços, de então para cá, piorou consideravelmente.

Continua a existir fuga às contribuições para a Segurança Social. O Estado mantém ao seu serviço um número considerável de trabalhadores a título precário sobre os quais tem obrigação de contribuir e não o faz. Fica aqui feito uma vez mais o aviso. Os serviços do Estado devem contribuir obrigatoriamente para a Segurança Social em relação aos empregados que se encontram ao seu serviço e que não devam ser inscritos na Caixa Geral de Aposentações. Os mais prejudicados são os trabalhadores que não vêem assim garantida a protecção social a que têm direito. Mais difícil se torna, assim, conseguir a tão desejada moralização do sistema.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A promoção do emprego, especialmente do emprego para jovens, é um dos objectivos deste Governo. Do total de desempregados na Região, 40% são candidatos ao primeiro emprego. Neste contexto não se percebe bem por que razão o Decreto-Lei nº 257/86, de 27 de Agosto, não se encontra em execução na Região, apesar da menção expressa da sua aplicabilidade. Tendo em vista a dinamização do mercado de emprego, este diploma prevê a dispensa temporária do pagamento de contribuições à Segurança Social por parte das entidades patronais que celebram contratos de trabalho por tempo indeterminado com trabalhadores em situação de 1º emprego e tenham idade compreendida entre os 16 e 30 anos.

Ainda com o intuito de contribuir para a criação de postos de trabalho, em especial dos jovens, o Fundo Social Europeu passou a partir de 1986 a financiar a criação de actividades independentes, destinadas a jovens com menos de 25 anos, à procura de emprego e a indivíduos desempregados há mais de um ano. Compete à Segurança Social apreciar as candidaturas e pagar estes subsídios. Já existe legislação nesse sentido desde Fevereiro de 1986. Que se saiba ainda ninguém usufruiu destes apoios.

A Lei nº 50/88 de 19 de Abril instituiu no âmbito do regime não contributivo de protecção social, uma prestação pecuniária designada Subsídio de Inserção dos Jovens na Vida Activa. Esta

prestação destina-se aos jovens candidatos ao 1º emprego que reúnem determinadas condições. Essas condições já se encontram regulamentadas. Cabe igualmente à Segurança Social o pagamento deste subsídio. Ninguém está a beneficiar desta prestação.

O subsídio de renda de casa, instituído pela Lei nº 46/85 de 20 de Setembro, também nunca teve aplicação prática entre nós.

O Decreto Legislativo Regional nº 18/84/A de 12 de Maio - Segurança Social dos Trabalhadores Rurais - determina no artigo 1º, alínea b), que são obrigatoriamente abrangidos por este regime, os produtores agrícolas, silvícolas ou pecuários que exerçam qualquer destas actividades como **profissão principal** ou para além das suas necessidades de auto-consumo, envolvendo, nomeadamente, a venda dos seus produtos.

Por outro lado, o artigo 3º do mesmo diploma determina que a obrigatoriedade de inscrição se mantém nos casos de vinculação simultânea a qualquer regime de inscrição obrigatória resultante do exercício cumulativo de outra actividade, ainda que da mesma natureza.

Com base numa interpretação rígida da lei, tem-se obrigado a descontar para este regime, muitas pessoas que exercem estas actividades, tendo em atenção as necessidades de auto-consumo mas que, eventualmente, têm de recorrer, ainda que com uma expressão insignificante, à venda de alguns dos seus excedentes. A título exemplificativo cito o seguinte:

Se no fim do ano um agricultor ainda tem 2 sacos de batatas para vender, e o faz, é considerado produtor agrícola e tem de descontar para a Segurança Social.

Outra situação muito frequente é a de pessoas que não exercem actividade agrícola ou pecuária como actividade principal.

Se um beneficiário do regime geral, que como se sabe abrange os trabalhadores por conta de outrem ligados ao comércio, indústria e serviços, tiver dois bezerros, cuidando deles fora do horário normal da sua profissão, logo é obrigado a contribuir.

Este caso é tanto mais injusto, quanto já existe legislação de âmbito nacional que isenta estas situações. Mesmo na Região os trabalhadores independentes em situação de cumulação de regime estão igualmente isentos de contribuir.

Esta matéria que acabo de referir sugere dever merecer uma actuação repensada dos responsáveis pela Segurança Social.

Pela nossa parte assumimos o compromisso de apresentar uma iniciativa legislativa que clarifique estas situações.

Estes são alguns exemplos, que recomendam uma maior atenção a este sector.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros

do Governo:

Existem nos Açores à volta de 39 000 pensionistas da Segurança Social, o que representa cerca de 39% da população activa. Para cada cinco pessoas em idade activa existem dois pensionistas.

Destes 39 000, aproximadamente 18 000 são pensionistas do Regime Geral, sendo as respectivas pensões (cerca de 3,5 milhões de contos) pagas pelo Centro Nacional de Pensões. Dos restantes, cerca de 16 000 são pensionistas do Regime Especial de Previdêndia dos Rurais e mais ou menos 4 500 pensionistas da Pensão Social. O montante mensal destas pensões é de respectivamente 10 700\$00 e 9 700\$00. São estas as chamadas pensões de reforma de base não contributiva, isto é, quem as recebe nunca descontou para a previdência. Estas pensões, é bom lembrar, deveriam ser suportadas pelo Orçamento do Estado, o que deve ser toda a nação e não apenas os contribuintes da Segurança Social a suportar as pensões de quem nunca contribuiu. A capitalização das pensões, ou seja, a aplicação das receitas para investimentos que no futuro suportarão o pagamento das pensões é um dos caminhos possíveis para se ultrapassar o baixo nível das reformas. É de acolher como positiva a constituição de um fundo de estabilização financeira da Segurança Social.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a Segurança Social não se esgota na atribuição de pensões, tem outras valências importantes. É o caso da Acção Social. Esta visa assegurar especial protecção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças, jovens, deficientes e idosos, bem como a outras pessoas em situação de carência económica ou social.

A Acção Social pode ser exercida directamente pelo Estado ou através da celebração de acordos com outros organismos ou entidades particulares não lucrativas que prossigam objectivos de acção social.

Tem sido esta última, a opção do Governo Regional.

Estamos de acordo que no campo da Acção Social se deve apoiar às associações particulares, se deve promover a construção de equipamentos para a Infância, Juventude e Idosos. Também o faremos quando formos governo.

Não temos nesta matéria uma perspectiva estatizante. As iniciativas particulares são sempre de estimular, mas quando a sociedade civil não for capaz de dar resposta, quando não houver interlocutores interessados em desenvolver a acção social, cabe ao Estado assumir essa responsabilidade. Compete ao Governo eliminar as assimetrias geográficas na implantação de serviços e equipamentos.

O Governo no seu programa propõe-se "construir em cada ilha uma estrutura de apoio a idosos".

Por falta de informação não resulta claro se o Governo vai mesmo construir ou se pretende antes apoiar a construção.

É nesta área dos idosos que existem maiores carências ao nível de equipamentos colectivos. As necessidades em termos de internamento não estão de modo algum satisfeitas. Casos há onde a lista de espera é enorme! Aqui, como noutros sectores, quando a procura é grande há sempre quem pretenda disso tirar partido.

Existem na nossa Região casos de Instituições Particulares de Solidariedade Social sem fins lucrativos, que são comparticipados mensalmente pela Segurança Social, que fazem depender a aceitação de determinado idoso, da doação dos bens deste à Instituição. Ou melhor. "Nós só o recebemos se nos fizer papel de todos os seus bens e tem de nos entregar a sua Pensão. Se fumar tem direito a dinheiro para o tabaco".

Nesta matéria nós defendemos que o Governo deve assumir uma posição de grande firmeza, intervindo de forma directa na definição dos critérios que devem presidir ao internamento dos idosos. Os serviços de Segurança Social, devem elaborar, à semelhança do que acontece noutras situações, relatórios circunstanciados que atestam quais as prioridades a considerar nos casos em que se torne indispensável o internamento.

Não entendemos que se devam massificar os internamentos. Os idosos devem ser conservados tanto quanto possível no seu ambiente familiar. O apoio domiciliário é importante. Mas, vivemos numa sociedade em mutação, Muitos dos nossos valores tradicionais estão a ser alterados. Existem por vezes razões de ordem económica, social e familiar que conduzem inevitavelmente à procura da solução indesejável: o internamento.

Devemos estar preparados. Fica aqui feito o alerta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Plano a Médio Prazo, nada nos traz de inovador ao nível da programação. Dar "seguimento à política de investimentos sociais anteriormente seguida" é a grande linha de força desta proposta no que respeita à Segurança Social.

O Plano para 1989, nesta área, não concretiza ao nível das acções o que este Governo pretende fazer. São definidos e quantificados os projectos mas as acções aparecem com referências genéricas do género:

- Apoio à criação de equipamentos em duas creches e dois jardins de infância. Onde ficam?

Deputado José Carlos Simas (PSD): Nos Açores!

O Orador: - Apoio técnico-financeiro para a criação de novos equipamentos em quatro lares de idosos. Quais são?

- Apoio técnico e financeiro a trinta e seis

Casas do Povo na construção de polivalentes.

Espero bem que entre estas trinta e seis realizações se encontrem os polivalentes das Quatro Ribeiras, que ia começar em 1985 (veja-se o Plano) e ainda não começou, ou o da Agualva que era para se iniciar em 1986 e ainda não se sabe quando é que isso acontecerá.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Lá chegaremos, Sr. Deputado!

O Orador: Como pode esta Assembleia, como podem os Deputados acompanhar a execução do Plano se este não é esclarecedor?

A propósito convém referir que este reparo foi feito ao Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social, aquando da sua auscultação na Comissão Permanente para os Assuntos Sociais. O Sr. Secretário esclareceu que não tinha responsabilidade naquele caso, porquanto todos os elementos tinham sido dirigidos ao DREPA. Adiantou ainda, ir fazer diligências no sentido de os dados pretendidos nos poderem ser facultados. É ou não verdade, Srs. Deputados?

Até ao momento não recebemos qualquer informação.

Continuaremos pacientemente a aguardar!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quais os critérios que estiveram na base das opções tomadas em matéria de apoios aos equipamentos colectivos?

Quais foram essas opções?

Que medidas foram tomadas para minimizar as assimetrias existentes na implantação das estruturas?

Para estas e outras questões que para nós são fundamentais não existe resposta. Ao Governo cumpria dá-la. Não o fez!

Disse.

(Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!)

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvaro Pacheco,

Deputado Alvaro Pacheco (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para nós motivo de congratulação falar nesta tribuna quando estão à discussão documentos muito importantes para a Região Autónoma dos Açores e a sua população.

A nossa visão é positiva e realista, tendo por base que a nossa Região enfrenta muitos estrangulamentos e a sua dispersão onera substancialmente os seus investimentos.

Por isso, vamos votar favoravelmente os documentos em análise, porque eles contemplam muitas aspirações do nosso povo.

Investindo principalmente nos sectores económicos e sociais, o PMP atenta também investimentos substanciais na área da Administração Local.

Trata-se realmente de um documento que abrange os sectores vitais da nossa Região, tendo em conta preparar a nossa entrada efectiva na CEE em 1992.

São, portanto, o PMP 89/92 e o Plano e Orçamento para 1989, peças fundamentais para a nossa Região e, na sua elaboração, consideram-se concretamente os projectos mais prioritários.

De realçar neste Plano o papel importante e precioso do actual Secretário Regional das Finanças e Planeamento, que conforme tem vindo a assumir nas suas várias intervenções públicas, é pessoa para levar o barco a bom porto, é o homem certo no lugar certo e, estamos convictos, que irá pugnar, do primeiro ao último dia da vigência destes Planos, pela concretização de todos os seus programas.

É de facto um homem de acção e saberá demonstrar como membro do Governo de combate, quão importante é passar das palavras às obras.

Sabemos que a concretização dos objectivos que se apresentam no PMP 89/92 não é uma tarefa fácil, mas acreditamos que, com a experiência de alguns membros do actual Governo, misturada com o dinamismo dos novos elementos e com a liderança eficaz e competente do Presidente do Governo Regional, os obstáculos serão ultrapassados e a nossa Região alcançará as metas que ora se propõe.

Por exercermos há longos anos a actividade profissional de comerciante, gostaríamos de destacar concretamente o Programa 38, cujos objectivos são:

- Promoção no exterior dos produtos regionais de marca;

- Dinamização da exportação de produtos regionais de qualidade;

- Contribuir para a segurança e qualidade dos abastecimentos;

- Fomento da modernização do sector, nomeadamente o comércio nas áreas rurais;

- Promoção e fomento da concorrência;

- Reordenamento dos armazéns grossistas, tendo em vista a eficácia das operações, a qualidade dos produtos, a redução do custo de armazenamento e um melhor ordenamento urbano.

Entendo que a economia açoriana impõe a definição de uma política comercial desbloqueadora no que diz respeito aos estrangulamentos e incentivadora no âmbito das estruturas e dos circuitos de comercialização.

É preciso continuar a estimular o comércio com o exterior e há que fomentar a concessão de incentivos financeiros para a melhoria do sistema comercial.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado

Rui Meireles.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PMP 89/92 constitui um documento base orientador da política económica e social na Região Autónoma dos Açores para os próximos quatro anos subordinado ao Programa do Governo e naturalmente orientador das políticas consagradas nos planos e orçamentos anuais.

Numa Região em que o Governo é o maior empregador por força duma administração pública pesada que lhe absorve cerca de 10 milhões contos/ano a preços actuais só em salários e detentor gestor de 7 empresas públicas que geram capitais de vulto, este Plano assume uma relevância ainda maior.

Ale encontramos, sob o ponto de vista formal, um arrumo das matérias que, embora seguindo parâmetros europeus, segundo a informação ontem aqui dada pelo Sr. Secretário Regional das Finanças e do Plano, nos parece de difícil manuseamento.

O diagnóstico da situação social, económica, educativa e cultural é feito numa linguagem humilde, realista e descritiva que evidencia uma tentativa de tratamento de todas as questões na base da seriedade que registamos e que contrasta com o anterior, muito mais generalista do que o actual.

Este tipo de linguagem permite-nos ouvir o Governo afirmar:

- que, nos Açores, o ritmo de crescimento demográfico é moderado;
- que subsiste o analfabetismo;
- que o acesso ao ensino superior é muito baixo;
- que o ensino técnico-profissional tem pouca implantação;
- que a formação profissional é limitada;
- que a produção carece de desenvolvimento tecnológico para enfrentar o desafio concorrencial com o Mercado Único, que se avizinha;
- que o mercado interno não atingiu ainda a desejável unidade;
- que há excesso de activos agrícolas com baixo nível de formação e idade avançada;
- que o desemprego só não atinge taxas elevadas por força da oferta da Administração Regional e da elevada taxa de emigração.

Esta situação que para alguns pode ser apodada de catastrófica ou terceiro-mundista resulta da leitura da proposta do PMP, dum leitura em diagonal do documento que nos leva a inferir do modo como têm sido executados os anteriores planos para, ao fim e ao cabo, chegarmos a esta triste situação.

Levanta-se-nos agora o problema da credibilidade deste Programa e do Governo que o vai execu-

tar, que é, aliás, autor dos anteriores.

Quanto aos grandes objectivos e estratégias de desenvolvimento propostos para este Plano e numa análise comparativa com o PMP 85/88 notamos que eles permanecem quase os mesmos, ditos por outras palavras e noutra arranjo lógico.

Há, no entanto, uma novidade neste Programa que o CDS deseja realçar por o mesmo se enquadrar, ao nível dos objectivos, dentro da política económica que o caracteriza - o apoio à iniciativa privada e o anunciado processo da privatização de algumas empresas públicas.

Sobre este ponto de vista, o CDS, posicionando-se entre o individualismo burguês e o colectivismo entendido este quer na sua forma ampla quer na mitigada, sempre lutou para que o sistema económico se libertasse da suserania e soberania estatais, a fim de permitir a liberdade do homem e a sua realização como pessoa, definida esta nos termos em que a conceberam os filósofos contemporâneos Jacques Maritain e Emanuele Mounier após a grande crise do capitalismo económico, político e cultural dos anos trinta, ao qual se pretendeu reagir por via dum movimento de personalização das relações no conjunto da sociedade.

Levantam-se-nos, no entanto, no sector das privatizações, algumas legítimas dúvidas quanto à sinceridade das intenções governativas, dado que, anunciando-se no PMP que o processo de privatizações dar-se-á naquelas empresas que evidenciem condições de viabilidade e solidez, tivesse o Governo anunciado a privatização precisamente da SATA que é, por razões compreensíveis, uma daquelas que mais prejuízos dá ao erário público regional.

Disse.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para analisarmos o PMP 89/92, na área da Educação e Cultura nos seus objectivos específicos e acções a desenvolver torna-se necessário fazer uma análise das condições em que nos encontramos, do que foi feito nos últimos anos, das propostas aprovadas no PMP 85/88 e da sua execução para verificarmos que, nos objectivos enunciados, pouco se nos apresenta de novo, as acções incluem uma maioria transitada do anterior PMP e nem uma única meta é estabelecida, repito, **nem uma única meta é estabelecida para os próximos 4 anos.**

É como se a Região olvidasse que em 92/93 estaremos na CEE, a escolaridade obrigatória será de 9 anos, haverá livre circulação de pessoas, etc..

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Iniciemos o nosso estudo pelo último Plano

de Médio Prazo 85/88 e, dentro deste, o último ano de que se conhecem resultados de execução: 1987.

Em 1987 a dotação inicial para a Educação era de 1 600 000 contos (um milhão e seiscentos mil contos) correspondentes a 8% das verbas totais. Ajustada a verba, ficou em 1 215 000 contos - 6,1% e foram dispendidos apenas 836 725 contos correspondentes a 52% da verba inicialmente prevista e a 69% da verba ajustada.

Na Cultura orçamentaram-se 250 000 contos dispenderam-se 162 768, ou seja 65%.

Analisando programa a programa ainda ficamos mais impressionados com as discrepâncias entre as verbas orçamentada, ajustada e executada:

Programa 1 - Instalações para o Ensino Primário e Pré-Escolar - 42% da verba inicial, 76% da ajustada;

Programa 2 - Instalações para os Ensinos Preparatório e Secundário - 68% da verba inicial, 83% da ajustada;

Programa 3 - Instalações para o Ensino Superior - 8% da verba inicial, 11% da ajustada;

Programa 4 - Conservação do Património Escolar e Residências de Estudantes - 65% da verba inicial e 81% da ajustada;

Programa 5 - Aquisição de Equipamento para Estabelecimentos de Ensino - 88% da verba inicial que não foi ajustada;

Programa 6 - Instalações e Actividades Desportivas - 30% da verba inicial e da verba ajustada;

Programa 7 - Defesa e Valorização do Património Cultural - 56% da verba inicial que não foi ajustada;

Programa 8 - Apoio à Comunicação Social - 71% da verba inicial que não foi ajustada.

Pelos números divulgados verificamos que dos 8% do orçamento apenas se conseguiu executar 5,9%, ou seja, a Secretaria Regional da Educação e Cultura em 1987 apenas conseguiu executar 54% do quanto programou, isto no que diz respeito a verbas.

Vejamos agora em que situação se encontra a Educação, a Cultura e o Desporto na Região Autónoma dos Açores, tendo em atenção os elementos constantes do "PMP 89-92", do "Relatório da Comissão dos Assuntos Sociais" sobre o mesmo, e da "Situação Sócioeconómico do Departamento de Estudos e Planeamento dos Açores de Novembro de 1988 com a designação DREPA 16/88 e alguns elementos fornecidos para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional 1988-93 para Portugal entregar no decorrer do presente mês em Bruxelas.

Educação Pré-Escolar

A implementação deste sector tem-se verificado de uma forma atenuada, levando a que apenas 48% das crianças com 5 anos estejam abrangidas. Há concelhos nos Açores onde ela ainda não foi implantada. É de salientar que das 9 123 crianças

que a frequentam, 6 096 se desconhece que qualidade de corpo docente as acompanha e que tipo de estabelecimentos as acolhem.

Ensino Primário - 1º Ciclo do Ensino Básico

Este é o ciclo escolar que apresenta uma clara diminuição da frequência devida à natalidade e emigração, sendo contudo um dos que têm menor índice de sucesso escolar. Em média são necessários 5,3 anos para se concluírem os 4, cerca de metade (52% a 58% dos alunos não passam o 2º ano da primeira fase - antiga segunda classe). Sendo este o único grau de ensino em que todos os docentes são portadores de habilitação própria é incompreensível que mais de metade dos alunos que frequentam o 2º ano sejam repetentes uma e mais vezes. A taxa de repetência em 85/86 foi de 32,4%, no ano seguinte passou para 33,1%. Não continuaram os estudos 8,8% dos alunos que terminaram o primário naquele ano, não cumprindo assim a escolaridade obrigatória de 6 anos.

Ensino Preparatório

- 2º Ciclo do Ensino Básico

Tendo tendência a estabilizar o número dos alunos, contudo, o corpo docente é altamente deficitário de professores portadores da habilitação própria, posto que, em 87/88, 39,49% de quem leccionava não a possuía.

No último biénio a percentagem de aprovações diminuiu nos dois anos do ensino directo, melhorou a nível da telescola e diminuiu no curso intensivo.

O sucesso escolar varia entre 39,1% e 87,9%, sendo a taxa de prosseguimento de estudos de 78%. Concelhos sem rede pública: Povoação, Madalena e Lajes das Flores.

Ensino Unificado - 3º Ciclo do Ensino Básico

Em todas as ilhas tem vindo a aumentar o número de alunos matriculados, sendo este sector aquele em que é necessário fazer um dos maiores investimentos quanto a estruturas a fim de se dar resposta à escolaridade obrigatória de 9 anos de 1992/93.

No Ensino Unificado, no biénio que temos vindo a referir, a percentagem de aprovações passou de 64,8% para 63,2%, continuando o decréscimo que já vinha de anos anteriores; 25% dos alunos que frequentavam os 7º, 8º e 9º anos, no último biénio, eram repetentes. A taxa de prosseguimento de estudos é elevada, 93/1%. No entanto é interessante que se faça a seguinte constatação: em 1986/87 estavam matriculados no primeiro ano da primeira fase (antiga primeira classe) 6 632 alunos e matricularam-se pela primeira vez no 10º ano 1 139 alunos e em 87/88 estes números eram respectivamente de 5 909 e 1 181. Se fosse possível fazer a extrapolação

dir-se-ia que apenas entre 17,2% e 19,8% dos alunos que entram para a primária ingressam no Ensino Secundário.

Ensino Secundário - 10º, 11º e 12º anos

Enquanto a relação alunos/sala de aula tem vindo a aumentar, a relação alunos/turma tem diminuído. Em 85/86 cerca de 40% dos alunos eram repetentes, enquanto no ano seguinte este valor decresceu para 32%. O insucesso escolar é enorme no 12º ano - entre 68 e 69%. Em 86/87 frequentavam o 12º ano 915 alunos, tendo o sucesso sido de 31,8%, terão passado apenas cerca de 280 alunos. A ser assim, e fazendo de novo a extrapolação, dir-se-ia que apenas 4% das crianças dos Açores fazem do 10 ao 12º ano sem repetência.

Também aqui se verifica um elevado número de docentes sem habilitação própria - cerca de 350 professores.

Ensino Superior

O ensino médio está no seu último ano de existência nos Açores. De acusar apenas, e uma vez mais, o Governo Regional pela criação tardia do CIFOP. Fomos a última Região ou Zona do País a fazê-lo. Os Açorianos vão pagar esta factura cujo único culpado é o Governo Regional e o PSD que o suporta politicamente.

Enquanto o Governo Regional não conseguiu executar as obras indispensáveis na Universidade dos Açores, esta sofria carências a todos os níveis: pessoal docente, instalações, verbas. Existem Departamentos instalados em pré-fabricados há vários anos sem quaisquer condições de trabalho, quer no plano da investigação, quer na preparação das actividades lectivas ou até no io aos alunos.

Ensino Recorrente de Adultos - Analfabetismo

A Região Autónoma dos Açores é uma das que tem maior índice de analfabetismo em Portugal, tendo sido indicado no Plano de Desenvolvimento Regional elaborado pela Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional que a taxa nacional seria de 15%, a nossa 17% em 1988, por estimativa, na página 35.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado). De quanto é que era há 10 anos?

O Orador: De 22,2% no censo de 81.

PMP 98/92 - Medidas enunciadas

- expansão progressiva da educação pré-escolar
- sem planeamento e metas - garantia de escolaridade generalizada - sem medidas e metas de cumprimento de escolaridade obrigatória de 6 anos e passagem aos 9 anos.

com incentivos ao acesso ao ensino superior, e assegurar à Universidade os meios - como se

irá garantir o direito constitucional de igualdade no acesso e no sucesso escolar?

- adequação do sistema educativo à realidade sócioeconómica regional - como? Com regionalização de programas e currículos? Com que docentes no âmbito do técnico e técnico-profissional?

- dotação do sistema com os recursos humanos - como, se o CIFOP só este ano começou a funcionar? Como, se uma grande parte dos alunos da Universidade dos Açores são e voltam para o Continente? Como, se não existe legislação regional que permita o completamento de habilitações, de forma e em condições favoráveis? Como, se a SREC/DRAE se permitem, por "circular", anular a execução de diplomas aprovados nesta Assembleia (situação do pessoal não docente das escolas)? Como pode vir o Director Regional da Administração Escolar fazer uma conferência de imprensa a informar que não aplica um Decreto Legislativo Regional aprovado neste Parlamento, por entender que o mesmo tem deficiências, quando a Comissão dos Assuntos Sociais desta Assembleia, para a elaboração do seu parecer, ouviu o Secretário Regional da Educação e Cultura e o Director Regional da Administração Escolar, autores primeiros da proposta? Como, através do PMP 89/92, se vai efectuar a dotação do sistema do ensino, em termos quantitativos e qualitativos, dos necessários recursos humanos, se a nova equipa da SREC se recusa a aplicar a legislação que a anterior produziu? Como vão fazer com os concursos que terminam a validade no próximo mês? Obrigarão os trabalhadores a fazer novo concurso não tendo a Administração aberto os quadros como lhe competia?

- apoio ao sistema de acção social escolar e difusão e promoção da prática desportiva - que novas acções e propostas nos faz a SREC de forma a que os Açorianos se possam sentir empenhados no desenvolvimento da sua educação e cultura com vista a uma realização pessoal e colectiva consequente?

O que se pretende neste PMP para a Educação?

Na proposta que estamos a debater apenas, e somente, boas intenções.

- na educação Pré-Escolar abranger 80% das crianças com 5 anos, 60% de 4 anos e 40% de 3 anos?

- no primário - baixar a taxa de repetência de 33% para 5% e garantir o prosseguimento de estudos a 100% das crianças que o completam?

- no Preparatório - elevar o sucesso escolar para 90 a 95% e garantir o prosseguimento dos estudos de forma a passar-se à escolaridade obrigatória de 9 anos sem sobressaltos? No Unificado, elevar o sucesso e assegurar-se em 92/93 o acesso ao 7º ano a todos os Jovens?

- no Secundário - elevar o sucesso de modo a reduzir a percentagem dos repetentes a 20%?

- no Superior - garantir condições humanas e materiais que permitam aumentar o sucesso de 64,7% para 75% e elevar a oferta provável de 11% para os 20% do grupo etário próprio?

- no ensino recorrente de adultos - implementar acções que reduzam substancialmente a taxa do analfabetismo para os 10%?

- no Ensino Especial - ampliar a capacidade humana de modo a aumentar em 30% o número de crianças e jovens abrangidos?

- no Ensino Profissional - efectuar o seu relançamento para que sejam abrangidos em 92/93 o triplo dos jovens?

- no Desporto - garantir a construção de instalações desportivas em todas as escolas já existentes?

- na Cultura - garantir o apoio a todas as actividades das instituições culturais, recreativas e individuais?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que daríamos o nosso apoio a um PMP que contivesse estes objectivos e com estas metas ou valores semelhantes.

Naturalmente que não poderemos dar o nosso voto a um Plano que não tem uma única meta, onde nada é quantificado, onde o titular da pasta não se compromete com um único ponto de chegada, onde as verbas são agrupadas em seis grandes programas mas nem uma única entidade sabe se está lá contemplada.

Mas, repito, para mim, pessoalmente, o que mais me impressiona é o facto de o Secretário Regional da Educação e Cultura não assumir um único compromisso com os Açorianos! Pelo menos um, para que daqui a quatro anos V. Exa. e os Açorianos possais dizer "Cumpriu" ou "Não cumpriu"!

Tenho de reconhecer que, se calhar, V. Exa nem foi ouvido nem achado para a redacção final do PMP na medida em que compete ao DREPA, mas afinal onde se vê a tal prioridade à Educação? A que áreas da Educação? V. Exa é o responsável político máximo do sector na Região Autónoma dos Açores! Onde vai investir na Educação Pré-Escolar em 1989 se apenas tem verbas para o Primário e nas Ilhas de S. Miguel, Terceira, Pico e Faial?

De facto, em 1989 para Educação, Cultura e Desporto estão previstos quatro milhões de contos, mas destes apenas passarão pela sua mão dois milhões e 50 mil!

Como V. Exa Sr. Secretário compreende, assim não será possível: "universalizar a escolaridade obrigatória de 6 anos", "visar o alargamento da escolaridade obrigatória", "baixar as taxas elevadas de analfabetismo", "aumentar as taxas de escolarização dos estratos etários, 3-5 e 19-24 anos", "contratar professores habilitados".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros

do Governo:

Gostaria de terminar fazendo um voto de esperança de que no próximo PMP não se escreva uma frase como a que passo a transcrever porque uma e outra situação fora ultrapassada (PMP 89/92 pag. 38).

"Subsistem dificuldades no recrutamento de pessoal docente devidamente habilitado e não está ainda suficientemente generalizada a ideia de que a instrução constitui a principal via para a promoção e valorização do indivíduo".

Disse. Muito obrigado.

(Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!)

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (António Azevedo Rosa): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não vou responder completamente às informações que apresentou. Vou apenas fazer uma ou outra referência e depois, seguidamente, se farão mais.

Falou há bocado e agora mais uma vez a propósito do CIFOP.

De facto o CIFOP apareceu tarde. Houve problemas, não sei bem quais, mas também não quero dar notícia daquilo que se passou: eu respondo pelo presente!

O que me importa em relação ao CIFOP é que de facto o CIFOP trabalhe e se veja a qualidade do trabalho que lá se desenvolve e que ele se alargue por todo o espaço que está previsto para que ele funcione. Ele há-de abandonar e há-de ter edificações dignas e não viver na Terra Chã naquela situação em que se encontra - isto a falar nas casas. Portanto, há hipóteses de, no Pico da Urze, se encontrar o lugar bom para uma edificação condigna do CIFOP.

Por outro lado, muito brevemente ele chegará à Horta numa modalidade diferente porque vai enfrentar o problema das "ciências do mar".

Em relação ao analfabetismo, é outro aspecto de que fala frequentemente e suponho que tem razão. O analfabetismo é grande (ainda hoje o é) e até acontece que muitas vezes o analfabetismo ultrapassa o facto de não saber ler nem escrever.

Em 1988, no Norte, havia 13,1% de analfabetos; no Centro 18,2%; na Lisboa/Tejo 10,4%; no Alentejo 28,9%; no Algarve 22,4%; nos Açores 17%; na Madeira 24,5%.

Deputado Francisco Sousa (PS): A média nacional!

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Isso é em Lisboa! Em Lisboa é tudo melhor, Sr. Deputado, mas eu não moro em Lisboa mas sim aqui!

O Orador: É a divisão!

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): 10,4% é em Lisboa!

Deputado Francisco Sousa (PS): Mas qual é a média nacional?

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD e do Governo)

O Orador: Desculpem, é só para abreviar.

Presidente: Srs. Deputados, peço que tenham calma. O Sr. Secretário está a dar informações.

O Orador: De facto em Lisboa é que a percentagem é de 10,4%!

Claro que o analfabetismo é também um problema a combater, a começar pelo analfabetismo jovem, se acaso ele existe (porque existe de facto), e é importante combatê-lo.

Em relação ao analfabetismo de pessoas já muito adultas, esse tentar-se-á rodear, mas aquele por que se deve começar e por que se vai começar é pelo analfabetismo em gente jovem, organizando formas, as mais diversas, de combatê-lo.

Por outro lado, o Sr. Deputado Francisco Sousa fala muitas vezes (e acho que bem!) do insucesso escolar. É um problema! Eu preferia a palavra sucesso escolar do que insucesso escolar.

Esse insucesso escolar suponho que está radicado em várias coisas, a começar até pela própria qualidade do trabalho escolar, pela qualidade dos programas, por aquilo que a escola oferece, pela situação familiar em que as pessoas se encontram e pela própria situação de saúde em que um indivíduo se encontra.

Associado a este sucesso ou insucesso escolar tá também o problema do aluno se deslocar, muitas vezes, a grandes distâncias. Suponho que a Secretaria não deve pensar principalmente no problema da resolução dos transportes dos alunos em direcção à escola: deve pensar, sim, é no transporte da escola até junto dos alunos. Então, nessa altura, é que a coisa esteja talvez um pouco melhor.

Em termos de localidades para edificações pré-escolar, depois continuo. Mas já agora também só lhe queria lembrar (porque conhece) que está previsto o gasto de 2 milhões e 255 mil contos para casas destinadas a essa mesma actividade escolar - pré-escolar e primária - nestes 4 anos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional: ...
É para pedidos de esclarecimento.

De facto tenho aqui o livrinho e os dados são os mesmos não fui buscar nenhum dado novo e é o que eu referi antes que a média nacional

é de 15% enquanto que no mesmo documento se põe 17% para os Açores. Fechou!

Em relação ao Sr. Secretário gostaria de dizer o seguinte: eu li atentamente todos os documentos que foi possível chegarem-me às mãos sobre o PMP, o Plano 89, o Orçamento e os Anexos e, repito, nestes documentos todos não é traçada uma única meta em termos de educação.

Eu sei que vamos construir escolas no valor de 10 milhões de contos, mas pergunto concretamente:

- Que objectivos concretos, claros, temos na educação para daqui a 92/93?

O Sr. Secretário Regional das Finanças tem-no na sua frente, estão lá traçados no PRODEP os objectivos nacionais, mas em relação aos Açores - e o PRODEP, já estamos esclarecidos sobre a questão, aplica-se aos Açores - no PMP, no que diz respeito à educação, não há uma única meta que se tenha programado. Dizem-se e fazem-se boas intenções, correctas, em termos de princípios, como V. Ex.ª acabou de dizer, subscrevo completamente a sua intervenção, aí estamos absolutamente de acordo, mas as perguntas que lhe faço são as seguintes:

- O Sr. Secretário Regional que objectivos concretos tem para a analfabetização? É 15, é 17%? Mas daqui a 4 anos o que é que vai acontecer nesta matéria? Em que ponto é que vamos estar? Onde é que queremos estar?

No âmbito da fuga à escolaridade obrigatória, no ensino primário são 8,8%.

- Daqui a 4 anos o que é que queremos fazer? Onde é que vamos estar?

Escolaridade obrigatória de 9 anos em 92/93.

- Estaremos em condições de garantir aos Açorianos esse facto? Hoje não há condições. Mas, vamos conseguir? Há alguma meta no Plano que nos diga: "vamos atingir estes valores"?

Foram estas as perguntas e é a estas questões que eu - volto a repetir - gostaria que o Sr. Secretário respondesse.

Nos termos dos princípios não temos dúvidas, até porque sofremos do mesmo bicho: é sermos professores! - e aí estamos de acordo. Agora, politicamente temos que dar respostas, e foi estas que eu não vi - pelo que lhe peço desculpa - mas gostaria de ver.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O debate de um Plano de Médio Prazo serve exactamente é para esclarecer as pessoas e para sairmos daqui com ideias claras.

O que o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura disse, e o que o Sr. Deputado Francisco Sousa disse que "estava encerrado e pronto", não está encerrado e pronto: estamos aqui é

para discutir as ideias democraticamente e debatê-las! Não está encerrado e pronto!

Quanto aos números, devo-lhe dizer o seguinte: uma pessoa que coma três galinhas e outra que coma uma, a média são duas. Está a perceber?

Deputado Francisco Sousa (PS): Estou a perceber perfeitamente!

O Orador: O que acontece é que Portugal é "Lisboa e vale do Tejo" e em "Lisboa e vale do Tejo" a taxa de analfabetismo é que é igual a 10,4%!

Infelizmente 17% é muito, mas o que eu lhe disse há pouco, e de uma forma muito clara, é que 17% é menos que 22,6% - e não tenho responsabilidade nenhuma pelos Executivos anteriores mas as coisas têm que ser chamadas pelo seu nome.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (António Azevedo Rosa): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para dizer mais duas palavras muito rapidamente.

Eu suponho que o Sr. Deputado Francisco Sousa talvez esteja a exagerar a meta de que fala. Suponho que as coisas não se estabelecem, mesmo num caso destes, em termos de metas a atingir. Pode haver, de facto, mais ou menos subjacente uma intenção: a meta vai-se definir pelo caminho que depois se vai percorrer, porque há-de haver um certo caminho que nos leve a um determinado ponto. Estar eu a estabelecer uma meta a atingir sem saber na verdade que caminhos vou percorrer, é melhor aperceber-me do percurso que vou fazer e, depois, enunciar a meta a atingir.

Deputado Francisco Sousa (PS): Não concordo!

O Orador: Desculpe, é uma questão de linguagem! Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Agora ainda fiquei mais baralhado.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Pudera, anda sempre baralhado!

O Orador: Eu é que ando baralhado?!...

Em relação a Portugal está escrito o que é que se pretende, em termos de educação, até 92/93.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Oxalá que fosse!

O Orador: Está escrito, e alguém vai ter que responder se fez ou se não fez!

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Que se fez o quê?

O Orador: Se cumpriu ou não cumpriu o que se escreveu no papel!

A pergunta que eu faço é a seguinte:

- Que metas, que números, que objectivos tem?

Eu admito perfeitamente o que o Sr. Secretário diz, ou seja, que a meta vai-se definir pelo caminho. Mas se a meta é para se definir pelo caminho, então não estamos a fazer um planeamento!

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Vamos caminhando!

O Orador: Vamos caminhando? Então quer dizer que esta semana faz-se uma coisa e para a semana faz-se outra?!

(Risos do PS)

O Orador: Aqui está escrito algo deste género, que passo a ler: "Criação de cerca de 550 Centros Escolares;

Assegurar a conservação da totalidade do parque escolar;

Reduzir a taxa de insucesso escolar de 40% para níveis próximos das médias europeias;

Preparar 800 orientadores profissionais (1 orientador por 500 alunos) do 8º, 9º, 10º, 11º e 12º anos;

Promover acções de formação, por ano e por professor, no número de duas".

São estes os objectivos que aqui estão. Mas não vejo - e é por isso que eu volto a repetir e gostaria que o Sr. Secretário me respondesse ou alguém em nome do Governo - na área da Educação, um objectivo num dos sectores de ensino. Foi isso que eu pedi e é isso que continuo a pedir: uma meta clara para eu saber o que é que estou aqui a aprovar!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (António Azevedo Rosa): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Peço mais uma vez desculpa, mas eu suponho que há uma diferença entre uma meta e um objectivo: aquilo que o Sr. Deputado Francisco Sousa acabou de ler é a definição dos objectivos a atingir.

Suponho que, a partir daí, facilmente pode resultar uma palavra que possa designar a meta porque, no fim de contas, está aí enunciado tudo aquilo que se pretende atingir. Eu tenho a impressão que está aí enunciado aquilo que se pretende fazer!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou fazer apenas uma coisa, que é ler o Decreto Legislativo Regional 12/85/A no seu artigo 3º, ponto 2:

"O Plano Regional estabelecerá as grandes opções sobre o desenvolvimento regional; definirá

os objectivos e metas a atingir; assegurará a compatibilidade dos vários domínios do planeamento nas suas componentes económicas, sociais e físicas e preverá ainda o aproveitamento e afectação dos recursos necessários à sua concretização".

Repito: o Plano definirá os **objectivos e metas** a atingir.

Deputado Manuel Serpa (PS): Volantes!

O Orador: A maioria de certeza que aprovou isto!

Presidente: Srs. Deputados, suponho que este assunto está esclarecido, embora ainda tenhamos muitas ocasiões de voltar a falar nisto.

Srs. Deputados, vamos voltar novamente às inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Aguiar.

Deputado Henrique Aguiar (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

Na análise ao Plano de Médio Prazo agora apresentado a esta Assembleia para discussão e aprovação não podemos deixar de o articular com o Programa do Governo aprovado em Dezembro último, nem isolá-lo do enquadramento político-cultural-social e económico da Região e do País.

Enquadramento que deverá ainda ter em conta a política económica e social da Comunidade Europeia e os interesses dos Açorianos residentes no exterior, nomeadamente no Continente americano.

Todos estes aspectos foram devidamente atendidos no Plano, como é óbvio, e procuraremos tê-los em conta nesta curta intervenção, que tem como objectivo salientar alguns aspectos que no momento nos merecem alguns comentários feitos no sentido de melhor os esclarecer.

Recordando o Programa do Governo quando se refere a "aumentar a Riqueza e o Emprego" diz-se na página 16, o seguinte:

"Um sistema económico baseado na iniciativa privada, a recusa da utopia do Estado como motor do progresso económico e social e a necessidade de completar a eficiência dos mecanismos de mercado com uma política de correcção das assimetrias e desigualdades, prudente e eficaz, são as bases da estratégia de desenvolvimento que o Governo propõe para os Açores".

Como consequência, aponta o Plano de Médio Prazo para a importância do sector privado na economia e indica a necessidade de se aumentar o investimento privado como meio de alterar a economia da Região no sentido da criação de mais e melhores postos de trabalho e de aumentar significativamente o Produto Bruto Regional.

É assim que o Plano de Médio Prazo um instrumento importante para a orientação do sector privado, embora não seja, como todos sabemos, o único factor com incidência na vida económica regional.

De facto, temos consciência que outros factores incidem negativamente na iniciativa privada e que alguns ultrapassam a capacidade legal dos órgãos de Governo próprio da Região, como os limites ao crédito e o preço do dinheiro; a política de impostos e ainda outros de efeito psicológico como "o pecado do lucro", consequência da demagogia inconsciente dos anos do PREC.

Mesmo assim estamos optimistas, pois consideramos que não só o Plano é mobilizador como acreditamos que serão alteradas condicionantes negativas por imperativo da economia nacional, e pela vontade firme do Governo Regional em concretizar o seu Programa e o seu Plano que, por exemplo, refere na página 19 "A criação de um sistema fiscal regional adequado, simples e justo será um importante impulso no desenvolvimento económico dos Açores".

Outra preocupação do Plano, que é de realçar, está relacionada com os transportes, que, como todos sentimos, são um factor decisivo para o desenvolvimento, dada a localização geográfica da Região em relação aos continentes e à sua dispersão por nove ilhas a que se vêm juntar outras dificuldades na circulação de produtos de ilha para ilha, como por exemplo, a estiva e o seguro que originam um sobressalto considerável.

Pensamos que nunca é demais lembrar, que o mar que circunda as ilhas tem de funcionar cada vez mais como estrada que as liga e cada vez menos como barreira que as separa, de forma a melhorar a mobilidade intra-regional dos factores produtivos e das mercadorias, aumentando assim, tanto quanto possível, a já pequena dimensão do mercado interno.

No Plano de Médio Prazo e na sequência de uma "opção de fundo" já feita no Programa do Governo, ocupa o turismo um lugar destacado, e nele se refere a existência e importância do "turismo étnico" que contribui significativamente para as receitas totais desta actividade.

Constituído pelos açorianos e seus descendentes que oriundos, principalmente, do Continente Americano visitam as suas ilhas, em romagem de saudade, e que representam, de certa forma, uma contrapartida à emigração. Emigração que hoje, tem na sua génese, também um forte factor "étnico", através de um polo familiar importante e de várias gerações já fixadas.

Este tipo de turismo que é muito sensível ao custo de vida, representa muito mais do que o peso económico que possa ter, pois é indispensável para o desenvolvimento global como factor de fortalecimento da identidade do Povo Açoriano. Deve, assim, ser acarinhado e facilitado!

E a propósito recordo mais uma vez o Programa do Governo que refere, na página 43:

"Consciente de que as Comunidades Açorianas

são o maior apoio humano, vindo do exterior, com que o processo autonómico pode contar, o Governo propõe uma política de cooperação virada para a intensificação e aperfeiçoamento do intercâmbio cultural, comercial e informativo, certo de que o permanente relacionamento com essas comunidades espalhadas pelo Mundo é já e sê-lo-á cada vez mais no futuro, factor de enriquecimento mútuo, contributo positivo para a defesa dos interesses das mesmas, da Região e até nacionais, reforço da identidade açoriana e prestígio das instituições autonómicas e da Região".

Sendo o Turismo um dos sectores prioritários e de grande esperança para o desenvolvimento regional e estando contemplado, de forma directa e indirecta, em vários programas do Plano, julgamos ser pertinente realizar programas com sentido pedagógico dirigidos à população da Região. Na sua realização poderiam colaborar várias Instituições e serviços, e na sua difusão a Televisão, bem como outros meios de comunicação.

Programas que para além de sensibilizarem a população para o fenómeno turístico iriam procurando corrigir alguns hábitos e procedimentos que sendo nocivos à saúde pública e à preservação do ambiente, podem ter reflexos negativos no interesse turístico.

Através de acções desta natureza poder-se-ia mobilizar as pessoas para se empenharem na valorização estética das nossas cidades, vilas e aldeias, contribuindo de forma positiva para o sucesso do turismo de qualidade que desejamos para os Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Termino manifestando o meu apreço pelo trabalho efectuado na elaboração dos documentos apresentados pelo Governo e a certeza de que eles constituem os instrumentos necessários para a mobilização dos Açorianos na participação do presente e na construção do futuro.

Tenho dito.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos.

Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos (Manuel Arruda): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos responde ao desejo da juventude de ser um espaço institucionalizado para a concretização de uma política global e integrada de juventude. Esta política deverá ter como objectivo prioritário, sem intervencionismos dirigistas ou paternalistas, facultar à juventude os meios que facilitem o desenvolvimento da sua personalidade e a sua integração plena na vida activa.

A sociedade, no seu todo, se, apela para a

criação de um futuro melhor. Este futuro que será vivenciado pela juventude de hoje, terá de ser construído pelos principais protagonistas de uma política global de juventude - os próprios jovens.

É através da participação que a juventude pode condicionar o futuro.

A Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos, acreditando na juventude dos Açores, na sua maneira inovadora, criativa, esperançosa de ver o mundo, quer, com ela, e com todo o seu potencial criativo e dinâmico, construir o Amanhã, que é o espaço onde ela vai viver. Daí que uma sociedade democrática - como a nossa - deve reconhecer a cada um a possibilidade de contribuir e influir no destino de todos.

Foi com este espírito que foi elaborado o Plano de Médio Prazo 89/92 na área que diz respeito a esta Secretaria Regional.

Respondendo aos anseios da juventude, de querer assumir o estatuto reivindicativo de poder participar activamente na construção da sociedade em que vive, a Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos através da Direcção Regional da Juventude define nos seus objectivos o apoio aos Associativismo Juvenil e incita os jovens para o seu espírito de iniciativa, abertura e adaptabilidade à mudança.

Ao jovem deve ser lançado o desafio para programar e executar os seus próprios projectos. A participação significa que o jovem tem direito de julgar e decidir sobre questões que dizem respeito à sua vida; participação significa, também, que a pessoa tem consciência da possibilidade que lhe é dada no acesso aos meios necessários para obter proveito (informação, formação, orientação, etc.) bem como o sentimento de que a sua contribuição é reconhecida, em participar no processo de tomada de decisão. A participação dos jovens deve ter em atenção duas situações bem distintas: por um lado, a participação juvenil nas organizações juvenis, por outro lado, a sua participação na sociedade e o acesso aos respectivos centros de decisão, quer através de estruturas associativas organizadas, quer através de grupos informais.

Para um melhor acompanhamento e coordenação das Associações Juvenis, elaborar-se-á um Registo Regional de Associações Juvenis.

Para um conhecimento credível da situação da juventude, que não pode ser intuitivo, a política global da juventude partirá de um estudo da situação da juventude do Arquipélago dos Açores, que é homogénea em relação ao vigor, ao seu grupo etário, mas simultaneamente heterogénea em relação às suas necessidades. O mar que separa os jovens desta Região terá que ser também o mar que os une.

A Secretaria Regional da Juventude e Recursos

Humanos tem igualmente como objectivo criar mecanismos de estímulo e apoio à capacidade de iniciativa e ao espírito empreendedor dos jovens empresários.

Numa política que obedece aos princípios que norteiam uma política global de juventude, a Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos neste momento negocia um protocolo com diversas Secretarias Regionais e Instituições Bancárias para a comparticipação de um Programa de Apoio ao Jovem Empresário.

Esta Secretaria considera que o acesso à actividade empresarial não pode estar condicionado apenas à existência de património, havendo, por isso, que criar condições para que esse acesso seja garantido a todos os jovens que revelem espírito de iniciativa, através de projectos e ideias inovadoras de qualidade.

O apoio será dado aos projectos que visem diversos sectores de actividade, nomeadamente, Agricultura, Pescas, Turismo, Indústria Transformadora, Serviços, designadamente actividades culturais, prestação de serviços, promoção e marketing, etc..

O Programa de Apoio ao Jovem Empresário surge porque a Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos acredita que os jovens açorianos pela sua dinâmica e voluntarismo estão à altura de desafiar o desemprego, através de uma política realista de criação de novos empregos e de um novo tecido empresarial.

A situação bem específica dos jovens relativamente ao problema da habitação, que é por todos nós sobejamente conhecida, impõe um conjunto de medidas de política habitacional que perspectiva contributos significativos de resolução das necessidades habitacionais da juventude.

O problema da Habitação é particularmente agravado para a grande parte dos jovens que procuram constituir família ou, simplesmente viver autonomamente em relação aos seus familiares. Consciente desta situação a Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos negociará intersectorialmente na busca das melhores soluções a fim de alcançar os seguintes objectivos:

- Tornar a habitação, em termos de encargos, mais acessível aos jovens;
- Enquadrar as medidas de política habitacional para os jovens no conjunto dos objectivos da política habitacional;
- Apoiar em termos supletivos os jovens casais.

No âmbito do Turismo, a Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos apoiará as iniciativas de grupos juvenis, de forma a que o turismo esteja ao alcance de todos os jovens. Para isso é necessário a criação de infraestruturas e, julgamos, a ser a melhor solução, a construção de uma rede de Pousadas de Juventude nas diversas ilhas da Região. O Plano de Médio Prazo contempla

a construção de 6 Pousadas de Juventude.

É, igualmente, intenção promover um programa "Juventude para a Europa" com objectivos de criar intercâmbio de jovens na Comunidade Europeia; estabelecer laços de cooperação entre grupos de jovens de diferentes Estados-Membros; trocar ideias e descobrir interesses comuns aos jovens de outros Estados-Membros e tomar consciência de uma identidade europeia.

A coordenação deste programa será assegurada por um grupo de acompanhamento constituído por representantes dos serviços da juventude.

É este o conjunto de iniciativas que esta Secretaria pretende levar a cabo nos próximos 4 anos no âmbito da Juventude e que encontra a respectiva componente financeira no Plano de Médio Prazo em discussão nesta Assembleia.

O desenvolvimento de uma política laboral aberta e moderna, moldada no quadro da Europa democrática deve ter por base uma estrutura simplificada, eficaz e motivadora. Conseguindo este desiderato no âmbito da nova Lei Orgânica da Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos, lançaram-se já as sementes pujantes do diálogo e da corresponsabilização que as recentes reuniões do Conselho Regional de Concertação Social, constituindo um polo aglutinador de vontades, são, por isso mesmo, forte augúrio de uma política social e económica englobante e democraticamente participada.

Mas outras vertentes de problemática laboral se situam no espectro das nossas preocupações, das quais ressalto fundamentalmente duas. Por um lado, o incremento da contratação colectiva de base regional com a conseqüente erradicação, na medida do razoável, das zonas não abrangidas por convenções colectivas de trabalho. E neste quadro faço um alerta e um desafio aos sindicatos, empresas e associações patronais para que recriem e fortaleçam os seus espaços de diálogo nesta matéria, na certeza de que o Governo não deixará de actuar administrativamente nas situações em que a inépcia ou as manobras dilatórias se apresentem como instrumentos bloqueadores da concertação.

Há, por outro lado, que fazer um grande esforço no âmbito da complexa problemática da higiene e segurança no trabalho. Vem-se assistindo a um recrudescimento da sinistralidade laboral que, sem ser assustador, é, contudo, de molde a suscitar preocupações. Uma correcta gestão dos recursos humanos passa também, inapelavelmente, pela diminuição dos acidentes de trabalho e doenças profissionais, o mesmo é dizer, pelo fortalecimento das condições de comodidade, salubridade e segurança a que não será alheia a formação profissional e a criação e organização de estruturas de segurança nas empresas. Consciente de que nenhuma sociedade poderá

evoluir sem que os recursos humanos da mesma se valorizem e se preparem devidamente para um processo de mudança, a Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos colocará nos próximos 4 anos particular atenção no domínio da formação profissional.

Nas áreas já existentes no Centro de Formação Profissional dos Açores (em número de 17) far-se-á uma revisão dos currículos por forma a actualizar os mesmos da decorrência das inovações tecnológicas entretanto surgidas, por outro lado abrir-se-ão novas áreas formativas designadamente: marcenaria, mecânica-auto, bate-chapas, desenho de construção civil e ainda uma secção polivalente do ramo alimentar para diversas especialidades, nomeadamente cortadores de carnes verdes, doçaria, panificação e pastelaria.

Tendo em conta que a formação profissional não deve ser da exclusiva responsabilidade do Governo, a Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos apoiará todas as iniciativas que pretendam fazer formação para os seus trabalhadores em áreas não ministradas no Centro de Formação Profissional, e assegurará ainda a comparticipação pública em muitos dos projectos que os diversos promotores entendam submeter à candidatura de apoios do Fundo Social Europeu.

De resto, em matéria de Fundo Social Europeu a Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos continuará a sua política de procura permanente de comparticipação das políticas sectoriais e, de futuro, conforme a nova filosofia comunitária, em estreita ligação com os demais Fundos Estruturais da Comunidade Económica Europeia.

Os Centros de Emprego desempenham, cada vez mais, um papel importante no tecido empresarial, quer nos contactos com as entidades empregadoras, quer com os trabalhadores, quer ainda e fundamentalmente com os candidatos a emprego. Daí que no presente Plano de Médio Prazo apareça, pela primeira vez, uma dotação financeira destinada à modernização e melhoria da qualidade do serviço prestado pelos Centros de Emprego da Região de modo a poderem responder cabalmente às exigências dos utentes bem como se adaptarem à nova configuração determinada pelo Mercado Único a partir de 1992 e que começa já a ser preparado. Refira-se que a Região tem vindo a acompanhar integralmente os trabalhos preliminares com vista às mudanças que terão necessariamente de ocorrer nos Centros de Emprego no âmbito do Programa SEDOC (Sistema Europeu de Difusão de Ofertas de Emprego em Compensação).

Ainda no que se refere ao emprego a Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos continuará a fomentar o surgimento das Iniciativas Locais de Emprego, e no seguimento do esforço que a então Secretaria Regional do Trabalho vinha desenvolven-

do.

As Iniciativas Locais de Emprego surgem como uma nova filosofia de encarar o mercado de emprego e encerram em si duas grandes virtudes - a criação de empregos a quem a elas aderir e o desenvolvimento da comunidade onde elas se situarem.

Actualmente já estão em funcionamento 11 ILEs em 3 ilhas da Região, absorvendo 51 postos de trabalho com um investimento realizado da ordem dos 43 mil contos, encontrando-se em tramitação mais 9 com a consequente criação de mais 24 postos de trabalho.

Igualmente, o Programa Emprego/Formação será reforçado financeiramente porquanto continua a ser crescente o seu impacto junto dos agentes económicos e dos jovens candidatos ao primeiro emprego que dele beneficiam. Em 1988, 86% dos jovens admitidos nas empresas ao abrigo deste Programa passaram ao regime de contrato sem prazo.

O Sector Cooperativo cada vez mais se vai alargando nesta Região Autónoma, atendendo a que o associativismo é um factor importante de absorção de emprego. Ir-se-á prosseguir no esclarecimento, apoio jurídico e sensibilização dos cooperantes e dar um maior ênfase na formação de dirigentes e apoio técnico na organização e estruturação das cooperativas existentes ou a construir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O PMP ora em discussão nesta Câmara, irá possibilitar realizar uma política global e integrada de juventude em que o jovem será o principal protagonista, e uma valorização dos recursos humanos, em termos globais, privilegiando as áreas em que a Região é mais carenciada.

(Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem)

(Aplausos do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinto.

Deputado Carlos Pinto (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano de Médio Prazo, que esta Assembleia se encontra a discutir deveria estar intrinsecamente ligado ao desafio Europeu.

O Partido Socialista é de opinião que o projecto de integração europeia carece de relançamento na Região Autónoma dos Açores, para que se processem as reformas estruturais, articuladas com o desenvolvimento, quer da sociedade, quer da economia nacional.

Dentro desta ordem de ideias, o Programa da Saúde Materno-Infantil deveria ter um alcance maior. É um dado adquirido que a taxa de mortalidade infantil na Região continua a apresentar valores elevados, em termos nacionais, embora a sua tendência seja para uma diminuição progressiva. O último valor referenciado da mortalidade

infantil na Região é o de 1987, com 16,1%.

Importa acentuar que este valor só sofrerá uma diminuição sensível quando o apoio à mulher grávida e ao recém-nascido der um salto qualitativo. Digo isto porque não podemos desprezar o valor elevado da mortalidade perinatal, que em 1986 foi de 24,13%. A mortalidade perinatal corresponde ao número de fetos mortos, com idade compreendida entre as 28 semanas de gestação e o sétimo dia de vida. No momento actual, é esta taxa elevada que repercute na elevada mortalidade infantil açoriana.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só com um investimento criterioso em obstetrícia e neonatologia, quer em equipamentos, quer na formação dos agentes de saúde, será possível ter uma taxa de mortalidade infantil a aproximar-se da europeia.

Penso que se devem constituir bons serviços de neonatologia nos Hospitais de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta. Por outro lado, a mulher grávida deverá ser sensibilizada para que o parto se efectue nos hospitais centrais, para que o recém-nascido tenha todo o apoio necessário. Os custos deste investimento não podem estar desassociados do aumento da qualidade de vida dos Açorianos. Por outro lado, as verbas que têm sido dispendidas, quer em material, quer em formação profissional, para os múltiplos hospitais da Região, com critérios pouco racionais, poderiam ser canalizados para os três Centros Hospitalares da Região. A resistência que as potenciais parturientes poderão colocar, podem ser ultrapassadas pelo esclarecimento que os médicos de família poderão efectuar, através do atendimento personalizado, como também pela informação pública através dos meios audiovisuais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Outro sector a necessitar um tratamento mais cuidado é a diminuta produtividade dos hospitais da Região. Não vou debruçar-me sobre o mau funcionamento das consultas, da não ida dos especialistas aos hospitais concelhios, das salas de espera desumanas e atendimento pouco acolhedor, não compatíveis com uma Região que se quer associar ao desafio europeu.

A diminuta produtividade dos hospitais tem de ser motivo de preocupação de qualquer responsável. Sabemos que, no país, há hospitais com bons índices de gestão. O sector público tem de aceitar o desafio, procurando melhorar a produtividade dos recursos, que lhe são postos à disposição. Os dias de internamento hospitalar, relativamente à utilização das camas, só cerca de 50% são correctamente utilizados. Uma gestão criteriosa possibilitaria uma utilização dobrada

dos serviços hospitalares, com correspondente aumento da produtividade. É difícil pôr um hospital a funcionar durante todo o dia. Foram permitidos numerosos vícios, que presentemente fazem parte da rotina diária. Compete à Secretaria tutelar tomar as medidas mais convenientes para satisfazer as necessidades da saúde da população açoriana.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à política de medicamentos, esta continua a ser um sorvedouro de verbas consideráveis, quer no meio hospitalar, quer no meio privado. Penso que seria imperioso a existência de um formulário regional de medicamentos, pelo menos para o meio hospitalar, porque o último formulário nacional de medicamentos data de 1982. Pessoalmente, tenho conhecimento de verbas avultadas dispendidas na renovação de cargas hospitalares de medicamentos, nomeadamente de vitaminas, de antibióticos, só porque assim se procedia antes, sem haver um rigor científico e uma gestão racional.

Outro aspecto que o Plano não faz qualquer referência, é ao apoio aos toxicodependentes. A Região carece de um planeamento sobre a intervenção ao jovem drogado, investindo em estruturas humanas e físicas de modo a colmatar esta lacuna.

Não posso deixar de fazer uma referência às construções hospitalares, pois numerosos projectos referenciados no PMP 85/88 não foram concretizados. Contamos que no presente PMP, quer o Hospital de Ponta Delgada, quer os Centros de Saúde de Vila do Porto, S. Roque do Pico e Povoação, sejam construídos. Penso que o Centro de Saúde da Lagoa deveria compreender, também, uma unidade de internamento, porque se encontra num concelho de cerca de 15 000 pessoas: há que começar a ganhar maior consistência de que um hospital central terá de prestar cuidados cada vez mais diferenciados e com menor tempo de internamento possível.

A construção de Centros de Saúde da Região tem demorado mais tempo que o programado. Se por um lado foi mau, por outro lado vai permitir que se repense a distribuição do espaço destinado aos serviços de saúde materna e saúde infantil. Com as novas obrigações do médico de família, deixa de haver necessidade de um atendimento compartimentado do utente. Ganha-se novos espaços, que poderão ser utilizados em outras funções relevantes nos futuros Centros de Saúde. Há que dar maior ênfase ao apoio da 3ª Idade, pois a população açoriana tem envelhecido, não só devido ao aumento da esperança de vida, como também motivado pela emigração dos jovens. São necessários bons serviços de reabilitação, que possam permitir dar vida aos anos. Sem um bom serviço de reabilitação, sem uma intervenção

multidisciplinar, não haverá estruturas suficientes para o atendimento geriátrico.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O conceito de saúde não é estático. Tem evoluído. Embora estejamos numa zona ultraperiférica, não podemos ficar indiferentes ao advento das novas tecnologias. Para a Região, as novas tecnologias permitirão a promoção da saúde e a aproximação à realidade Europeia. Contudo, é importante haver boa organização, planeamento rigoroso, maior especialização dos meios humanos e intercâmbio com a comunidade.

Para os socialistas, uma política de saúde não poderá deixar de ser social, solidária, justa e igual para todos.

Na Região, tem faltado uma política que crie incentivos à plena motivação dos agentes de saúde. Não desejaríamos voltar a ver uma situação de ruptura semelhante à da Ilha das Flores. Entretanto, o responsável da Secretaria tutelar afirmou, publicamente, que iriam ser criados incentivos para os técnicos de saúde, medida que tem o apoio do Partido Socialista.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como Deputado, eleito pelo círculo de Santa Maria, não posso deixar de fazer certas referências à ilha com perspectivas mais sombrias no que concerne ao seu desenvolvimento. É um dado adquirido, para toda a sociedade mariense, que a sua actividade económica tinha como ponto básico o aeroporto. Entretanto, por opção do Governo que V. Ex^a preside, foi definida outra política aérea que não contentava Santa Maria. Contudo, os marienses sentem a necessidade de serem parte integrante do desafio ao desenvolvimento açoriano. Temos dúvidas nas virtualidades da Zona Franca. Gostaríamos de sonhar que poderia ser uma boa opção. Até ao momento presente, nenhum dado objectivo permite demover o pessimismo mariense. Pessoalmente, penso que o desafio europeu a longo prazo será mais venturoso para a Ilha de Santa Maria, permitindo à sua população uma integração em corpo inteiro na Comunidade Europeia.

Até que seja definido um plano integrado para o desenvolvimento de Santa Maria, solicitamos as seguintes medidas para o quadriénio de 89/92:

- Saneamento básico e electrificação de toda a ilha.

- Prosseguimento dos apoios à ovinocultura, subsidiando a construção de edifícios e cercas, colocação de água e luz, apoio sanitário e escoamento de produtos.

- Acarinhando tentativas de interesse turístico, nomeadamente unidades hoteleiras, formação profissional, actividades recreativas e artesanato.

- Fomentar a educação pré-escolar a partir

dos três anos de idade.

- Definir a política de bolsas de estudo, evitando que o prosseguimento de estudos não seja obstado por razões monetárias.

- Apoiar a fixação de professores do ensino pré-escolar, primário, preparatório e secundário, através de apoio à habitação, bonificações no tempo de serviço e subsídio de fixação.

- Repensar em novos polos de actividade, que possam ser complementares ao desenvolvimento integrado da Região, como, por exemplo, fomento de novas indústrias, nomeadamente piscicultura; construção de uma escola profissional; construção de um centro de desenvolvimento desportivo, quer amador, quer de alta competição, etc..

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A integração na Comunidade Europeia exige um esforço de todos nós.

O desafio europeu só será possível se aproveitarmos os recursos existentes, se nos organizarmos e tivermos capacidade de inovação.

Tenho dito.

(Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!)

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Simas.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era para um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado que acabou de intervir.

O Sr. Deputado disse que a taxa de mortalidade infantil nos Açores era extremamente elevada.

Gostaria de lhe perguntar se a percentagem em 1976 era a mesma que em 1986, na Região Autónoma dos Açores.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinto.

Deputado Carlos Pinto (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É um facto que desde 1976 para 1986 houve uma evolução: ninguém contesta que a mortalidade infantil baixou na Região! O que lhe posso dizer é que, se não se tomarem medidas em neonatologia, não é possível baixar a taxa de mortalidade infantil na Região mais do que aquela que aqui está.

Contudo, em neonatologia são precisos investimentos elevados e, para que isso seja possível, tem que se pensar em criar - é essa a minha opinião - três centros.

Deputado José Carlos Simas (PSD): De quanto era a taxa, Sr. Deputado?

O Orador: Não sei qual é!

(Risos do PSD)

O Orador: Aliás, esse valor não tem interesse

nenhum neste momento. Para o cerne deste debate ele não tem importância. É um facto que eram valores elevados, não só nos Açores, mas também no Continente.

Todavia, tenho que referir que, após o 25 de Abril e desde que os médicos foram colocados por todo o País, a taxa de mortalidade infantil baixou. Essa taxa de mortalidade infantil só foi possível através de uma maior intervenção a nível da comunidade, através da extensão a toda a população dos cuidados de saúde, que permitiu que esses valores fossem diminuindo progressivamente em todo o País.

Simplesmente, posso-lhe afirmar que, neste momento, se não se tomarem medidas para a diminuição da mortalidade perinatal, essa mortalidade infantil não baixará mais do que a taxa referida, ou seja, de 16,1%.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Simas.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas para referir que a taxa de mortalidade infantil nos Açores em 1976 era de 46,4%, em 1986 era de 20,2% e em 1987 (que são os últimos dados estatísticos) era de 16,1%, o que quer dizer que baixou com muito mais rapidez, e não pelo facto da extensão dos médicos vindos do Continente para cá, mas por razões muito mais profundas...

Deputado Ricardo Barros (PS): Por obra e graça do Espírito Santo!

O Orador: ...nos estabelecimentos hospitalares, etc., etc..

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinto.

Deputado Carlos Pinto (PS): Sr. Presidente, Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de saber quais são as razões que V. Ex^a pensa que fizeram baixar, de facto, a mortalidade infantil.

Penso, porém, que os responsáveis da Secretaria tutelar (presente e anterior) podem perfeitamente elucidar que foi devido essencialmente à extensão dos cuidados médicos a todo o País, não só no Continente mas a todas as ilhas dos Açores, que a taxa de mortalidade infantil baixou.

Hoje, por exemplo, já não se ouve falar de mortes por diarreias, por gastroenterite, ou por pneumonias. Isso só foi possível porque os cuidados de saúde foram extensivos a toda a população.

Presidente: Srs. Deputados, voltando às nossas inscrições, tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Cumprir à Assembleia Regional dos Açores, o seu dever estatutário de discussão e análise

do PMP 89/92, apresentado pelo Executivo Açoriano, a fim de que, aprovado esse documento, se possa, efectivamente, iniciar na Região uma nova fase de realizações sócio-económicas e culturais, capazes de nos motivarem a procurar sempre e com mais vigor e entusiasmo o bem estar dos Açorianos.

Da análise dos documentos e dos conhecimentos que todos temos da realidade que nos rodeia, sobressaem objectivos e apontam-se metas, que merecem ser referidas dado o impacto que elas terão na economia açoriana, diria mais, na nossa sobrevivência como povo, com direitos à diferença e sem complexos de, quando necessário, manifestarmos a nossa discordância face ao poder central, tenha ele a cor que tiver.

É que, os que aqui vivem, sentem-se com o mesmo direito a um nível de vida idêntico aos portugueses do Continente, caso contrário, a solidariedade entre todos os portugueses seria bem o sinal de que, afinal, a palavra não tem para todos a mesma interpretação.

O problema de fundo é o da integridade e da soberania do Estado; a grande aposta do presente, a responsabilidade que recai sobre nós, é questionarmo-nos se, só pelo patriotismo e sacrifícios de séculos, vale a pena sacrificar esta geração (a nossa) e aquela que se nos segue.

Não vivemos de ilusões, compreendemos a pequenez da nossa Região, mas não nos esquecemos também da dimensão humana que representamos no Mundo, e temos a noção de que não poderemos sempre confinar o pensamento e a liberdade de acção, das gerações que nos hão-de seguir, à dimensão das ilhas.

Vivemos um espaço temporal, crucial para o nosso futuro: ou temos capacidade para mobilizar recursos e fazer a verdadeira mudança sócio-cultural e económica, ou corremos o sério risco de desertificar cada vez mais a Região em que vivemos.

Mas por enquanto o tempo é de esperança.

Este ano seremos palco de tão importantes visitas e realizações, que decerto, de uma vez por todas, nos compreenderão e aceitarão as nossas justas reivindicações, tão insignificantes comparadas com o todo nacional se se tiver em conta o que significa viver em ilhas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Das metas apontadas no PMP 89/92 uma existe que merece ser referida e analisada (embora sem a ousadia de tocar todos os vértices do problema) dada a importância do sector para a Região.

As pescas são efectivamente uma área tão importante e complexa que merecem um tratamento político especial, tendo em conta toda a complexidade de interesses que se movem à volta do sector,

quer a nível nacional, quer comunitário.

Ninguém duvidará que as pescas representam um dos vectores mais importantes e delicados da economia regional, melhor, da Autonomia Regional, aliás, consagradas no Estauto Político-Administrativo da Região como sendo "matéria de interesse específico para a Região".

A participação do sector das pescas no Produto Interno Bruto Regional tem apresentado, ao longo dos anos, uma tendência crescente como nos indica o VAB das pescas que era em 1983 de 1,7% e em 1985 já representava 2,9%.

No tocante ao emprego, o sector representava, em 1987, 4,3% do total. O volume e o valor das capturas tem também conhecido aumentos significativos ao longo dos anos. No PMP agora em análise o seu programa referente às pescas, dotado com 17 milhões e 450 mil contos tem, em relação ao anterior PMP, um aumento a preços correntes da ordem dos 400%. É de facto um reforço espectacular.

O PMP 89/92 aponta acções que merecem referência especial pelo impacto que as mesmas terão no desenvolvimento do sector, nomeadamente na área da formação profissional e da investigação, onde se destaca a construção de um navio de investigação e novas instalações para o Polo Universitário da Horta.

Outra vertente do sector apresenta-nos, como obras a merecerem realce, a construção do porto de pesca de S. Miguel e os Entrepostos de Frio de Santa Maria e S. Jorge, a preparação do porto da Praia da Vitória para várias acções no sector da pesca e a construção anual de duas embarcações do tipo industrial para atribuição a outros tantos pescadores da Região.

Os melhoramentos de portos de pesca e novos edifícios para a Lota em todas as ilhas são acções que definem, também, uma dinâmica concreta para a evolução do sector.

As novidades no programa das pescas têm ênfase especial (aliás, como todo o PMP) na acção da iniciativa privada, privilegiando-se a concessão de subsídios a fundo perdido nas áreas da transformação e comercialização, e concedendo apoios financeiros a outras espécies de operações de comercialização, às organizações de produtores e apoiando-se também financeiramente operações de marketing das conservas de atum, nomeadamente em Itália, tendo em vista a busca de uma agressividade sempre renovada, tendo por base a qualidade e a manutenção e aumento de quotas de mercado, no confronto com idênticos produtos provenientes de outros países.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para mim, a nossa verdadeira escola de pesca tem de ser o assumir, desde os "bancos da escola", depois no unificado e secundário, uma área concreta

de formação para as pescas, motivando e perspectivando a juventude para o sector.

Ninguém duvidará que as pescas nos Açores, com a Autonomia Regional, deram um "passo de gigante".

É indiscutível esta realidade!

É este passo de gigante, não é meramente de estruturas físicas ou de modernas embarcações.

É, acima de tudo, um contributo vital na promoção do indivíduo e na defesa e valorização da classe, digamos, na mudança das características sociológicas mais marcantes do pescador.

Os nossos pescadores já não são hoje "homens sem aspirações e com ambições limitadas", nem recuando um pouco mais nos tempos, um indivíduo "desleixado na educação dos filhos", descuidando a higiene, ou que "utilizem termos grosseiros quando contrariados".

A aposta correcta feita no sector, faz esta classe tão importante como qualquer outra. Hoje o nosso pescador moderno, na sua maioria, é felizmente aquele que já frequentou os liceus, que se senta à mesa do restaurante, que os filhos têm os mesmos direitos e oportunidades que todos os outros.

Deixo o trabalho de pesquisa e análise à transformação desta classe, para quem de direito, ou seja os sociólogos, os psicólogos e os historiadores, mas quando algum dia se fizer a história dos Açores decerto que as medidas agora tomadas, em relação ao sector, serão pilares firmes e seguros na transformação e na humanização do homem do mar, cumprindo-se, assim, um acto de justiça social para com uma classe tantos anos deixada à deriva com o manifesto desinteresse dos poderes de então em relação à mesma.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É lógico que não temos a pretensão de analisar a temática das pescas sobre o seu aspecto técnico-científico. Sobre essa matéria existem trabalhos importantes realizados no âmbito do Departamento de Oceanografia e Pescas e outros, e a realização anual da Semana das Pescas assume aspectos relevantes no referente ao debate e confronto de ideias dentro do triângulo (profissional, comercial e científico) e alerta-nos, a todos, para a sensibilidade do problema em todas as suas nuances, essencialmente na ocupação efectiva da ZEE, controlo e gestão de stocks, problemas de industrialização e comercialização.

A nossa atenção, melhor, o nosso estado de alerta, deve estar orientado para as medidas políticas que são tomadas para o sector, nomeadamente com origem em Lisboa e Bruxelas, não esquecendo, como é óbvio, que a política a prosseguir na Região se tem de adaptar à evolução das directrizes comunitárias para o sector.

Não se ignora que os nossos mares são repasto

apetecido, quer por Lisboa, que pela Comunidade.

Mas tal facto, só nos deve servir de motivação para a luta política que for necessário travar para a defesa dos nossos pontos de vista no sector.

Não termos a possibilidade de orientar e executar a nossa política de pesca e, conseqüentemente, algumas medidas para a sua correcta execução e protecção das espécies e orientação quanto a artes de pesca, seria risco demasiado elevado capaz de, num futuro muito próximo, hipotecar todo este persistente e arrojado trabalho que se tem desenvolvido.

As pescas, e conseqüentemente a indústria transformadora daí derivante, nomeadamente na área de laboração do atum, são hoje vectores chave do progresso sócio-económico regional, criando nas ilhas onde esta actividade se desenvolve, muitas centenas de postos de trabalho, essencialmente no sector feminino, e contribuindo decisivamente para elevar o nível e a qualidade de vida de inúmeras famílias açorianas.

Não seria utópico pensar (balizando o esforço da pesca dentro de parâmetros técnico-científicos) haver a possibilidade de, a médio prazo, a iniciativa privada, com as ajudas que a comunidade e a Região apontam para o sector, a **iniciativa privada, repito**, investir na recuperação ou construção das novas unidades transformadoras, nomeadamente nas ilhas onde as mesmas ainda não existem, ou seja, Terceira, Graciosa, Flores e Santa Maria.

Pelo que atrás referimos, e por outros factores de progresso económico que as pescas motivam, quer a montante, quer a jusante, **há que movimentar todos os intervenientes políticos na procura da defesa e salvaguarda, acima de tudo, de Decretos Leis ou Decretos Legislativos Regionais que já têm anos de prática e que têm facultado à Região a possibilidade de fazer este esforço de desenvolvimento ímpar no País, e altamente cotado na Comunidade e Países Terceiros.**

A Região tem já um trabalho aturado e profícuo de fazer compreender aos nossos pescadores, principalmente aos menos jovens, acções e regulamentos que são necessários introduzir no sector em virtude de normas e acordos comunitários.

Confrontados com estrangulamentos de diversa ordem, os Açores não podem, sob pena de perderem a sua própria identidade, deixar de preservar com determinação e vigor as suas potencialidades, nas quais as pescas, e dada a extensão e riqueza da sua Zona Económica Exclusiva, ocupam lugar de destaque.

Espera-se, noutro âmbito de acção, que a **fiscalização da nossa zona tenha, por parte das entidades competentes a nível nacional, um entendimento correcto e seja praticada regularmente e com eficácia.**

Saibamos todos, com coragem, entender toda a complexidade que envolve o sector.

Ganha a Região e o País.

Ganhamos todos nós, que aqui pretendemos continuar, conscientes de que viver em ilhas tem custos que só a persistência em ficar e lutar pode compensar.

Disse.

(Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!)

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado):

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A Comunicação Social é causa e efeito de todo o processo de desenvolvimento. Seja ele social ou cultural.

É causa, enquanto impela o cidadão para a participação dinâmica no decurso da transformação qualitativa.

A sinergia dos diferentes agentes da mutação resulta, em parte, dos impulsos da actividade crítica; esta entendida como a análise verídica de facto, perspectivando, paralelamente, um contributo para a minimização de assimetrias, para o redimensionamento de realidades, a potenciação de capacidades endógenas.

É efeito porque emite, nos seus aspectos formais e de conteúdo, indicadores do próprio desenvolvimento. Da qualificação profissional às tecnologias utilizadas. Da penetração no mercado consumidor à sua evolução peculiar temporal.

Estas propriedades, comuns a qualquer espaço, são sobrevalorizadas pela realidade arquipelágica dos Açores.

A ultraperifericidade impõe-nos distanciamentos. Baliza-nos com dois continentes, exigindo um doseamento permanente da infiltração de padrões europeus e americanos.

A solidez da caracterização cultural desta zona, em que se entrecruzam influências diversas, passa também pela actividade informativa.

Nos Açores a consecução de todas estas tarefas, nomeadamente por banda do sector privado da Comunicação Social, não pode dissociar-se do contributo da acção governativa.

Estamos atentos às nossas realidades. Aos entraves ditados pela dimensão. As dificuldades acrescidas, infundidas pela nossa dispersão interna.

Traçamos, por isso, uma política realista para o quadriénio 89/92. Consentâneas com os objectivos da Comunicação Social açoriana, visualizando mesmo as alterações do cenário a introduzir por essa nova referência temporal, que é o 1992.

A política de Comunicação Social, de resto como qualquer política sectorial do Governo dos Açores, tem como primeiro referencial a componente humana.

A valorização profissional apresenta-se, assim, como tarefa prioritária no quadro da actuação governativa neste sector.

Tal como noutros sectores, também em matéria de Comunicação Social o mercado interno caracteriza-se pela falta de unidade.

Aqui, reside o entrave à pujança económica-financeira da Comunicação Social privada dos Açores.

Sete jornais diários e uma dezena de não-diários correspondem apenas a 60 exemplares vendidos por cada mil habitantes.

Os quadros de pessoal são reduzidos, quando existem. Responsabiliza-se a colaboração pela sobrevivência dos títulos.

Esta faixa, precária ou afectivamente vinculada, sobretudo à imprensa, requer grande atenção.

Por isso alargamos a abrangência das acções de valorização profissional que passam a contemplar os colaboradores permanentes da imprensa e rádios privadas.

Não apenas os que directamente lidam com o processo informativo, mas todos os intervenientes no fenómeno. Ou seja, também aqueles que indirectamente, e de forma criativa, complementam o processo informativo: repórteres fotográficos, locutores, paginadores e operadores de radiodifusão.

A este recurso humano valorizado acrescenta-se a introdução das novas tecnologias na elaboração da informação.

A reconversão tecnológica pode, efectivamente, ser a chave do desenvolvimento do sector. Baixa os custos de produção, fomenta o ingresso de quadros jovens, possibilita produtos mais atractivos.

É chegada a hora da informatização da Comunicação Social açoriana.

Vamos comparticipar a aquisição de equipamentos informáticos para as redacções e conceder empréstimos reembolsáveis para a reconversão dos parques gráficos.

Na atribuição deste subsídio e concessão de empréstimos teremos em conta a relação entre o montante de capital a investir e o número de publicações abrangidas, a percentagem de autofinanciamento, a maior antiguidade ininterrupta de publicação e a tiragem média.

Valorização profissional e novas tecnologias não equacionam, por si só, a crise endógena da nossa informação. Daí a manutenção de apoios de natureza directa, como o subsídio de papel, porte pago, comunicações telefónicas, consumo de energia e serviços de agências noticiosas.

Informar nos Açores é prestar um serviço

público. Há que assumir alguns encargos que lhe são inerentes.

O cenário de operações de rádio e televisão apresenta disposições diferentes. Teoricamente diferentes.

A Comunicação Social de suporte electrónico, movendo-se num mercado de dimensão regional, tem proporcionado aos açorianos o contacto com a realidade física das ilhas e o seu metabolismo social.

Verifica-se porém a ausência de sensibilidade dos Conselhos de Administração da RDP e RTP para a efectivação de investimentos regulares correspondentes às reais necessidades de apetrechamento técnico da Região.

Confrontado com a importância destes órgãos na atenuação do isolamento informativo e cultural, na perspectiva de complementaridade de outros projectos tendentes à melhoria das condições de vida, vamos financiar integralmente os trabalhos de consolidação das coberturas televisiva e radiofónica.

Todas as zonas escuras já identificadas e ou detectadas após a instalação definitiva de equipamentos e respectiva medição de sinais, serão contempladas.

Esta é a nossa proposta de actuação para quatro anos: dimensionar a Comunicação Social à realidade açoriana.

Vale a pena o desafio.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça para pedidos de esclarecimento, suponho eu.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social:

Ouvi atentamente a sua intervenção e suscitou-me, do seu conteúdo, um interesse particular na formulação da seguinte questão:

- Prevê, no campo de actuação da sua esfera, subsídios para portes de correio, telefone, papel, energia, formação profissional, etc., etc., quer a nível dos profissionais, quer a nível dos instrumentos de funcionamento dos diversos Órgãos de Comunicação Social escritos, ouvidos, etc.?

Muito recentemente começaram a ser licenciadas as chamadas "rádios livres".

Não assisti aos momentos iniciais da sua intervenção, não sei se nesses momentos terá feito alguma referência, de qualquer modo deixo-lhe a questão:

- No âmbito do sector da sua responsabilidade prevê o Governo prestar algum ou alguns destes subsídios, que em espectro tão lato foram aqui apresentados por V. Ex.ª às "rádios livres"? 23/06/81

E coloco a questão porquanto eu penso que elas são inquestionavelmente de acarinhar porque serão órgãos de veiculação e de comunicação interna, chamemos-lhe assim, em relação a cada uma das ilhas de que neste momento já são detentoras e que poderão, inquestionavelmente, contribuir, em grande escala e em sentido positivo, para a promoção cultural das próprias ilhas ou espaço de ilha a que elas sejam abrangentes.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Subscrevo, na íntegra, a parte final da intervenção do Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Efectivamente os apoios estão previstos e são referidos. Frisei aqui que nós, com a vigência deste Plano de Médio Prazo, alargamos a abrangência das acções de valorização profissional, que contemplarão os profissionais no sentido estrito da palavra, mas, de uma forma muito mais global, todos os trabalhadores da Comunicação Social privada - e invoquei nomeadamente das rádios privadas.

Portanto, esta é uma forma de nós contribuirmos, de maneira muito directa, no apoio a estas rádios locais que agora foram licenciadas.

Penso que também posso tirar esta ilação da sua intervenção: eventualmente está a referir-se a apoios de ordem financeira.

Devo dizer que existem já apoios de ordem financeira às rádios privadas da Região - as de frequência regional em onda média, caso do "Rádio Clube de Angra" e "Clube Asas do Atlântico" - apoios financeiros que resultam do Decreto Legislativo Regional 25/86/A.

Ora, se em tempos, aqui nesta Câmara, foi reclamada a paternidade deste decreto legislativo regional a propósito de um subsídio que o Governo vinha a praticar, penso que estão também em boas condições para virem a legislar alguma matéria relativamente às rádios locais agora licenciadas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É apenas para perguntar ao Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social se é do seu conhecimento (porque chegou ao nosso conhecimento) que houve a suspensão do noticiário gratuito que era feito para as Comunidades de Emigrantes, ou seja, o envio das notícias era gratuito e parece que foi suspenso o subsídio atribuído para que fosse possível fazer esse envio.

Não sei se confirma ou não esta realidade e se da sua parte, ou da parte do Governo, há

alguma intenção de suprir esta lacuna, que nós consideramos bastante grave.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça também para pedidos de esclarecimento e, depois, o Sr. Subsecretário responderá conjuntamente.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria complementar o meu pedido de esclarecimento com um pequeno esclarecimento - chamemos-lhe assim.

No âmbito da minha primeira interpelação ou pergunta a V. Ex^a, não estava, nem de perto nem de longe, exclusivamente o apoio de âmbito financeiro.

Eu defendo que os apoios deverão ser essencialmente de âmbito de formação profissional, que é o que as rádios livres mais vão lutar em primeira instância, mas também é lógico que rádios que estão a nascer, enfim, pela boa vontade de meia dúzia de residentes em determinada ilha que se constituíram societariamente em cooperativa, ou em qualquer outra espécie de sociedade, como V. Ex^a deve saber - e eu ouvi e registei os apoios de índole telefónica - mas as ditas rádios possivelmente necessitarão de um telex, por exemplo, e, neste momento, todo o investimento está a ser feito a expensas exclusivas dos cooperantes.

Por conseguinte, a minha maior preocupação não é, em primeira instância, um apoio "stricto sensu" de carácter económico-financeiro (que será económico e não será tanto financeiro), mas mais de âmbito profissional, de âmbito pontual, nomeadamente telefones, telexes, formação profissional - e preferencialmente formação profissional - porque essas rádios penso que, com exclusão de uma na Ilha Terceira e de alguma em S. Miguel que terão um carácter de dimensão muito mais lato, nas chamadas pequenas ilhas elas vão funcionar essencialmente, para não dizer predominantemente, com a boa vontade dos seus cooperantes.

Registarei o anúncio público que V. Ex^a fez perante a Câmara, e, com certeza, que não ignora que eu tenho perfeito conhecimento dos mecanismos que já existem e que foram criados e dos quais sou co-autor, em termos de participação, quer à Rádio Lajes, quer ao Rádio Clube de Angra, do decreto legislativo que foi, de facto, aprovado nesta Câmara, por unanimidade, e sob proposta do Partido Socialista, e, atempadamente, se qualquer representação parlamentar desta Casa achar por bem torná-lo extensivo a outras rádios, cá estaremos, com a legitimidade que temos, para o fazer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura que também a tinha pedido para pedidos de esclarecimento.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O pedido de esclarecimento ao Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social era no seguinte sentido:

A população das Flores tem a convicção de que a Radiotelevisão Portuguesa nunca teve qualquer empenho na cobertura televisiva daquela ilha - como era da sua obrigação - na medida em que, volvidos todos estes anos, se não era a intervenção regional nesta matéria nunca mais se se disporia de televisão a cobrir as ilhas do Grupo Ocidental.

Seja como for, e iniciado que foi o processo e uma vez que o sinal ficou disponível nas Flores, continua a população tendo a consciência de que a televisão continua a não ter empenho em cobrir, de uma forma definitiva e completa, toda a Ilha das Flores.

Certamente que a Região, estando a pagar esta cobertura televisiva, terá o Sr. Subsecretário informações relativamente ao esforço que estará ou não estará fazendo a Radiotelevisão no sentido de completar a cobertura televisiva das Flores, que neste momento é apenas parcial e ainda em termos provisórios naquilo que tem de parcial.

É uma preocupação que existe, de maneira que gostaria que fornecesse alguma informação de que porventura disponha sobre o esforço que está a ser feito no sentido de que este problema seja solucionado de forma definitiva e, caso possua informação sobre isso, também qual o tempo em que isso ocorrerá.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional para prestar os esclarecimentos pedidos.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou começar por responder à última questão do Sr. Deputado Renato Moura.

Efectivamente o Grupo Ocidental do arquipélago foi coberto, quer em matéria da televisão, quer da rádio, por um esforço bastante significativo do Governo Regional - como, de resto, já esta manhã foi aqui referido.

Neste momento a Ilha das Flores está a usufruir de um sinal provisório de televisão. Sinal provisório pela seguinte razão: não porque os equipamentos não estejam lá; estão, não estão é todos; os emissores já estão instalados, faltando apenas a instalação das antenas que vão permitir difundir esse sinal com maior potência e maior qualidade.

A televisão, em conjugação com o Governo, estão empenhados em que esta situação se resolva o mais rapidamente possível. A situação continua pendente porque os equipamentos, nomeadamente estas antenas, importadas da Alemanha, ainda não puderam chegar às Flores. São atrasos que se

têm verificado na importação; são equipamentos que não são produzidos em cadeia nem em massa; obedecem normalmente a pedidos isolados, e, como tal, ainda não foi possível chegarem às Flores.

Que fique aqui bem sublinhado que a situação em que se encontra a Ilha das Flores, e também a do Corvo, não resulta de nenhuma falta de empenho, quer da RTP, quer do Governo.

Só a partir do momento em que estas antenas forem definitivamente instaladas é que a RTP poderá fazer a medição do sinal de televisão e, depois, inventariar as zonas que efectivamente ficarão escuras. A partir daí, estaremos aptos a definir e a projectar as acções de microcobertura para essa zona do arquipélago.

Relativamente à questão levantada pelo Sr. Deputado Carlos Mendonça, apraz-me aqui registar a sua sensibilidade e a sua preocupação em matéria de formação profissional na Comunicação Social.

Eu não gosto muito de utilizar o termo "formação profissional", prefiro utilizar "valorização profissional", porque formação, pode ser uma questão semântica, mas formação, na minha perspectiva, implica começar do princípio.

Nós, na Região, não temos uma estrutura, ao nível do ensino, capacitada para a leccionação de cursos médios, e até superiores, em matéria de Comunicação Social e, mais do que isso, a malha de Órgãos de Comunicação Social existentes na Região não tem capacidade para absorver todo o contingente de novos formandos que daí adviessem. Daí eu utilizar o termo "valorização profissional" porque isto aponta, sobretudo, para acções que valorizem os indivíduos que, neste momento, estão a trabalhar em matéria de Comunicação Social.

Volto a repetir que os trabalhadores, nomeadamente os locutores e os operadores da Radiodifusão das rádios locais, estão abrangidos por estas acções de "valorização profissional" que nós vamos fazer: acções de "valorização profissional" que terão sobretudo um conteúdo individual porque, dada a discrepância que há no "background" dos homens que trabalham na informação, seria muito difícil avançarmos com acções de formação colectiva dada esta disparidade. Portanto, estas acções de valorização serão, sobretudo, individuais.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Manuel Serpa, devo dizer que o Sr. Deputado está mal informado porque nem a primeira nem a segunda questão correspondem à verdade. Nunca a informação destinada aos Órgãos de Comunicação Social das nossas Comunidades não residentes foi gratuita: há uma taxa, diremos simbólica, que é paga por esses Órgãos de Comunicação Social e a restante parte é assumida pelo Governo Regional directamente com a agência de notícias da Região que fornece este serviço.

O que nós verificamos é que, efectivamente, muitos destes Órgãos de Comunicação Social das Comunidades não têm cumprido os seus pagamentos para com a referida agência de notícias que, passe a publicidade, é a "Açorpress". Se a "Açorpress", por iniciativa própria, entendeu suspender esse serviço porque não lhe está a ser pago, escapa à acção do Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, suponho que este assunto está esclarecido e, assim sendo, vamos fazer um intervalo de 20 minutos.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 17.40 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 18.00 horas)

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rogério Serpa.

Deputado Rogério Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É a primeira vez, e sem a experiência duma grande parte dos meus colegas aqui presentes, que me vejo confrontado com a tarefa, sempre difícil, embora primordial, como mandatário do Povo do meu círculo eleitoral, de analisar o Plano e Orçamento.

Se o assunto é árduo para os mais experimentados, para mim, que sou novo nestas andanças, mais difícil ele se torna, no entanto tentarei, tendo em atenção os meus eleitores, dizer o que se me oferecer de mais relevante nesta matéria, na medida da minha capacidade.

Começarei por esquematizar o assunto, dando prioridade aos sectores que, por sua natureza, têm de mais interesse.

Indiscutivelmente para uma terra que apresenta as carências da nossa agro-pecuária, a pesca, a educação, a saúde e segurança social, serão assuntos prioritários.

No campo da agricultura, pecuária e silvicultura não podemos deixar de nos regozijar com o facto deste Plano para 89 contemplar a Ilha das Flores, com a quantia de 149 450 contos dos quais 56 000 se destinam a apoiar a construção de uma unidade industrial no sector dos lacticínios. No entanto, por imperativo de consciência, não iremos calar o nosso receio no que diz respeito à aplicação real e urgente desta verba em benefício do nosso povo. É que, tendo analisado os Planos anteriores a partir de 85, verifiquei que, com mais largas ou modestas dotações, muitas dessas verbas não tiveram, por culpa naturalmente dos responsáveis, qualquer aplicação prática. Vou dar, em único exemplo bem recente, o do Plano 1987, cuja dotação inicial só foi despendido nas Flores menos de 32%.

Como esta unidade industrial é uma obra de primacial importância, neste momento, em nome dos lavradores da minha terra, eu não podia deixar de exigir a mais rápida e eficiente execução do Plano neste sector.

Como já aqui tomei a liberdade de afirmar, possuindo os Açores a maior Zona Económica Exclusiva de pesca e que dessa zona 1/3 pertence às Flores e Corvo, o assunto pescas não pode deixar de ser considerado por esta Câmara como de grande relevância.

Porém, constatamos com espanto que a Ilha das Flores neste sector foi dotada já em 1985 de 10 100 contos, despendido 2 264 800 escudos (22%); em 1986 dotada de 10 000 contos, despendido 5 678 400 escudos (56%); em 1987 dotada de 11 000 contos, despendido 10 066 400 escudos (91,5%); em 1988 dotada em 17 800 contos.

Neste Plano de 1989 podem ler-se referências concretas a infraestruturas portuárias na área das pescas em todas as ilhas, excepto Santa Maria, Corvo e Flores.

No dia 20 de Janeiro de 89, lancei deste lugar ao Governo, um repto no sentido da conclusão e remodelação possível das obras há anos encetadas no porto da Fajã Grande, o único da costa Oeste da ilha, chamando também a atenção para o porto de pesca de Ponta Delgada, terra de grandes marinheiros.

Como Deputado do Partido Socialista pela Ilha das Flores, lamento que, mais uma vez, os interesses da nossa terra fossem esquecidos neste capítulo, no que diz respeito aos portos de pesca. Aproveito a ocasião para notar que a dotação do Plano de 89 é praticamente a mesma que aparece nos Planos anteriores a partir de 85, no referente às pescas na Ilha das Flores, com excepção do ano passado que foi dotada com mais 7 800 contos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez se prova com factos que, nós, Florenses, continuamos a ser esquecidos por este Governo, no que diz respeito a este sector.

Seria de aproveitar a presença na Ilha das Flores, tal qual como aqui tive ocasião de afirmar noutra intervenção, da firma construtora a quem compete fazer o porto da Ilha das Flores, a entrega dos trabalhos a realizar nos pequenos portos de pesca da nossa terra, pois se perdermos esta oportunidade será muito mais difícil lá chegarmos, a não ser com vagas promessas em que o Povo já não acredita.

No campo da Educação, o Plano para 89 prevê a ampliação e remodelação da Escola Preparatória de Santa Cruz, cujo projecto de vários anos a esta parte vem sendo enuciado nos anteriores Planos, variando apenas na terminologia, visto que, por vezes, se promete "construção", outras

se fala apenas de "ampliação", isto pura e simplesmente como se depreende das delongas do Governo, com fins propagandísticos. Perguntamos pois ao Governo neste momento se desta vez a coisa é a brincar ou se é mesmo a sério.

No campo da Saúde, verificamos que a verba mais baixa para este ano em toda a Região é a que compete à Ilha das Flores, com uns escassos 6 mil contos.

Quando no Plano se alude ao apoio à fixação de pessoal de saúde, dotação de freguesias de infraestruturas para a prestação de cuidados de saúde, nenhuma referência aparece neste capítulo à Ilha das Flores. Daqui se conclui que a Resolução 477/87 ao aludir à habitação para médicos no nº 2 da mesma, teve apenas uma finalidade propagandística, palavras e nada mais.

Quanto à Segurança Social, pelo que diz respeito à Ilha das Flores, o Plano para 89 enferma dos habituais esquecimentos. A ilha é dotada apenas com 4 mil contos para apoio aos idosos. É com uma verba destas que o Governo espera arrancar com a construção da tão desejada casa de 3ª Idade na Ilha das Flores? Fica-nos mais uma vez a ideia de que o Governo neste capítulo está pura e simplesmente a mangar connosco.

Quanto à dotação para 89, respeitante à construção de edifícios polivalentes, somos contemplados com apenas 10 000 contos. É com verba tão limitada que este Governo pretende arrancar com a construção dos edifícios polivalentes das Casas do Povo de Ponta Delgada e Fajã Grande, já mencionados na Resolução 477/88, e cuja necessidade é cada vez mais premente?

Não queria suspender este enunciado sem aludir à dotação de 10 000 contos para o Restauro do Imóvel de maior valor histórico e artístico da minha terra: o Convento de S. Boaventura.

Esta dotação tem aparecido nos Planos anteriores com quantias sensivelmente idênticas. Simplesmente, o início das obras tem sido protelado, ano após ano, de tal forma que, neste momento, o edifício não oferece segurança para o abrigo das valiosas colecções etnográficas, que até agora ali se foram juntando, devido aos cuidados do prestimoso cidadão Sr. João Vieira Gomes, o qual, à cautela, recolheu já os objectos mais sujeitos a deterioração para caixotes que procurou guardar em sítio mais seguro. Será que a obra arranca mesmo?

Por todas estas razões:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao dar apoio ao Plano, tornar-me-ia indigno do Partido que nesta Casa represento e cometeria uma traição inqualificável àqueles que tiveram a coragem e a honestidade de me fazerem seu mandatário nesta Câmara.

Tenho dito.

(Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva.

Deputado Francisco José Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falar de Agricultura, Pecuária e Silvicultura é aliciante, não só porque se trata de "ganhar a vida", mas também porque contribui para o crescimento de "animais", desenvolvimento de plantas e criação de explorações agrícolas dimensionadas e rentáveis (por vezes são necessárias duas ou mais gerações). Não se é agricultor à força, é necessário ter sensibilidade e gosto.

Mas o motivo porque aqui estamos é bem diferente: é reflectir sobre o Plano de Médio Prazo e algumas implicações que daí advêm para a agricultura e, por conseguinte, para os agricultores.

Se me permitem, vamos recuar no tempo. No PMP 81/84, à agricultura cabiam cerca de dois milhões e meio de contos. No PMP 84/88 cabiam cerca de cinco milhões de contos e em 88/92 cabem cerca de trinta e três milhões de contos. Sem dúvida um aumento substancial ou, melhor dizendo, espectacular.

Sem dúvida que neste Plano se procura dar as "ferramentas" mínimas para a agricultura dar um salto em frente, que se deseja não só quantitativo, mas especialmente qualitativo.

Estamos perante uma agricultura que, na sua grande maioria, é de **subsistência** e tem que exhibir características **empresariais** num futuro próximo, demasiado próximo.

Os cerca de trinta e três milhões de contos podem parecer uma grande verba: não é e nem é tudo!

Há neste Plano muitas coisas que são caras aos agricultores porque são de primordial importância para o seu desenvolvimento. Não vamos falar nem de caminhos, nem de electricidade, nem de água para as explorações: vamos falar, sim, de formação profissional, emparcelamento rural, reestruturação fundiária, suporte directo das despesas realizadas pelas organizações de produtores e instituição do seguro de colheitas.

Sem formação profissional, dificilmente se aproveitará convenientemente todos os meios agora postos ao serviço da agricultura.

Sem reestruturação fundiária não haverá explorações dimensionadas e capazes de darem resposta aos investimentos.

Sem as organizações de produtores a funcionar, quer em cooperativas, quer em associações e com capacidade financeira para contratarem assessores, quadros e gestores e sem um seguro de colheita que dê ao agricultor segurança e agressi-

vidade, nada feito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na verdade este Plano contempla um largo leque de projectos e acções que são a coluna vertebral de uma **nova agricultura** açoriana. Mas é necessário ir mais além.

Em complemento dos investimentos públicos, os agricultores sabem que têm de os complementar fazendo os seus próprios investimentos.

O que os agricultores não podem é esperar um ano ou mais por um projecto porque, sendo assim, este quando chega já não é necessário.

Os "bancos" (alguns) estão como o "gatinho", que tem sempre o testo bem aprovisionado, até dá para brincar com os ratinhos que, neste caso, são os agricultores.

Pelo que foi dito, é necessário deixar "abrir" as Caixas de Crédito Agrícolas nas ilhas onde não as há e os agricultores o desejem, porque são essas Caixas as vocacionadas para ajudar a agricultura.

Para que este grande investimento na agricultura tenha resultados positivos, é necessário ainda sintonizar os diversos sectores da vida regional, em especial da governação, para que tudo isto corra pelo melhor.

Sabemos que as transformações na agricultura levam o seu tempo, mas desejamos que tudo prossiga pelo bem, mais que não seja, por três razões:

1º É a única maneira de uma grande parte da população açoriana ter acesso a produtos de qualidade e a preços acessíveis (o que é justo);

2º É a única maneira de dignificar uma grande parcela de homens, mulheres e crianças desta Região, ajudando até a uma boa redução no insucesso escolar;

3º É, por fim, a única maneira de dar esperança a uma boa margem da juventude açoriana, que bem merece os sacrifícios momentâneos dos mais velhos.

Estamos, portanto, de acordo com este Plano, e julgamos que uma grande maioria dos agricultores também o estará.

Não é o óptimo, mas é uma grande melhoria, uma boa melhoria, em relação ao passado.

Tenho dito.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Lopes para pedidos de esclarecimento.

Deputado José Gabriel Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria congratular-me pela intervenção do Sr. Deputado Francisco José Silva. Ele, como agricultor, reconhece os problemas da área, mas queria perguntar-lhe muito concretamente

se, na sua óptica, acha que este Plano é o suficiente para guindar a agricultura açoriana para o salto e para o desafio europeu que se avizinha.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva.

Deputado Francisco José Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Isto levar-nos-ia a uma longa conversa, mas eu remeto o meu amigo José Gabriel para a última parte do que aqui disse: "Não é o óptimo, mas é uma grande melhoria, uma boa melhoria, em relação ao passado".

Julgo que o José Gabriel também estará de acordo que tudo o que aqui está é muito diferente do que foi antes - talvez por si, talvez por mim e talvez para alguns incrédulos que, com vergonha, acabaram por vir com a gente.

Obrigado.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (António Menezes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Cabe-me agora a vez de vir apresentar os Planos de Investimento a Médio Prazo e para 1989 para os sectores da Saúde e Segurança Social.

Procurarei fazer uma intervenção objectiva e principalmente dirigida para a exposição dos programas e principais projectos que constituem o Plano de Investimento do sector à minha responsabilidade, sem prejuízo da necessária fundamentação e exposição das medidas de política que serão desenvolvidas durante a vigência do Plano para 1989.

Não irei por isso expôr a doutrina e os princípios do Governo para os sectores da Saúde e da Segurança Social que fundamentam as opções apresentadas por este documento agora em discussão, visto que isso foi feito pormenorizadamente aquando da discussão do Programa do Governo há cerca de três meses e não me parecia necessário nem útil repeti-los agora. A discussão do Plano não pode ser feita sem deixar de ter presente o que foi aprovado e dito pelos responsáveis do Governo aquando da discussão do Programa do Governo.

A Proposta de Plano que agora é apresentada a esta Assembleia para o período 89/92 para os sectores da Saúde e Segurança Social apresenta um montante que representa o dobro do dispendido no último mandato.

Mesmo tendo em conta a inflação que aliás foi decrescendo rapidamente durante esse período, este valor de 11 milhões e 500 mil contos representa um grande aumento das verbas para estes dois sectores em relação ao dispendido no último mandato.

A preocupação deste Governo com as áreas

económicas e dentro destas com o Turismo, a Agricultura e as Pescas, não significa de maneira nenhuma que o Governo Regional tenha deixado de ter preocupações nos sectores sociais e que entenda que particularmente no sector da Saúde e na Segurança Social as grandes questões estejam resolvidas.

Antes pelo contrário, o Governo considera que muito está feito mas muito está ainda por fazer e daí que tenha destinado a este sector tão significativo montante, visto que está consciente que só é possível o desenvolvimento económico dos Açores se os açorianos tiverem padrões de saúde e de problemas de natureza social aceitáveis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Plano da Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social é constituído por sete grandes programas, sendo quatro da área da saúde/construção de unidades de saúde com cinco milhões seiscentos e noventa e cinco mil contos,

- beneficiação e equipamento de unidades de saúde - dois milhões seiscentos e vinte seis mil contos

- apoio à fixação de pessoal - sessenta mil contos

- investigação, formação e informatização - duzentos e doze mil contos.

E três da área da Segurança Social:

- apoio a instituições de solidariedade social - um milhão oitocentos e quarenta e seis mil contos

- apoio à comunidade - novecentos e trinta e sete mil contos

- instalações e equipamento de serviços de segurança social - cento e vinte e quatro mil contos.

Das muitas dezenas de projectos e acções (100 na Saúde e 114 na Segurança Social) que compõem a programação já estabelecida e que seria muito fastidioso estar aqui a enumerar irei referir aquelas que pelo seu impacto ou verbas envolvidas entendo que devem ser destacadas.

No programa "Construção de unidades de saúde" que corresponde a 57% do investimento no sector da Saúde, para além da construção completa dos Centros de Saúde de Vila do Porto e de S. Roque do Pico e da construção dos Centros de Saúde da Lagoa, Povoação, Praia da Vitória e Centro de Oncologia dos Açores que se concluirão já no próximo mandato, a grande obra deste programa é sem dúvida o Hospital de Ponta Delgada.

É uma obra que, como outras, será um marco para o futuro desta nova autonomia democrática, por si só, é a obra mais dispendiosa que o Governo até agora executou. A sua construção que vamos iniciar só terminará na próxima legislatura.

Uma obra desta natureza e envergadura não se concretiza dum momento para o outro, estende-se por vários Governos. A necessidade do novo hospital começou a ser discutida no 2º Governo, o 3º decidiu a sua construção e abriu o concurso, caberá ao 4º adjudicar a obra e executá-la na sua maior parte e ao 5º a sua inauguração e pô-la a funcionar.

Até à sua entrada em funções é imperioso proceder a melhoramentos nas actuais instalações do Hospital de Ponta Delgada que terão de ser as indispensáveis e sempre com a perspectiva de que dentro de poucos anos teremos a nova unidade. Para isso está a ser elaborado um plano de instalações de emergência que, com a transferência de serviços e algumas obras, se irão resolver os problemas mais gravosos que neste momento se verificam.

No âmbito do programa "Beneficiação e equipamento de unidades de saúde" iremos proceder à imperiosa e indispensável ampliação do Hospital de Angra do Heroísmo com a construção de novos blocos e serviços de apoio sem os quais aquele hospital não terá a capacidade de resposta que a população dele exige.

Concluir-se-ão, a ampliação do Centro de Saúde da Ribeira Grande que está em boa execução e, as profundas obras de remodelação e beneficiação do Centro de Saúde de Vila Franca.

Dar-se-á início às obras da 2ª fase das Termas das Furnas e proceder-se-á a importantes obras de beneficiação nas Termas do Carapacho.

Dispensar-se-á mais de um milhão e oitocentos mil contos em equipamentos necessários para os Hospitais e Centros de Saúde.

Ter-se-á uma política realista em termos de equipamentos. Iremos comprar o equipamento necessário mas teremos em conta a nossa realidade, dimensão e nível de cuidados que deverão ser prestados na Região. Para isso pediremos a colaboração dos principais responsáveis pelas unidades de saúde.

Vamos evitar a todo o custo situações terceiro-mundistas em que há equipamento demasiadamente sofisticado que ninguém sabe trabalhar com ele ou em que existem equipamentos extremamente caros que são muito pouco utilizados e rentabilizados.

Pelo programa "Investigação, formação e informatização" iremos continuar com os programas de formação estabelecidos e lançaremos outros, continuaremos a apoiar a realização nos Açores de jornadas, colóquios e congressos de profissionais ligados à saúde. Acharmos essas iniciativas muito importantes porque permitem valorizar os nossos profissionais e, por outro lado, permitem dar a conhecer a nossa Região a quem nos visita.

Vamos continuar a execução do plano ou informática para a saúde, dinamizando e estimulando a sua rápida introdução nos serviços e que terá como efeitos a racionalização, modernização e melhoria de qualidade de resposta dos Serviços de Saúde.

No sector da Segurança Social, aproveito a oportunidade para tecer alguns comentários e prestar alguns comentários ao Sr. Deputado Fernando Fonte que teceu fortes críticas ao Plano do Governo Regional para este sector, o que só poderá significar que pretende afirmar-se dentro do seu Grupo Parlamentar como uma alternativa credível ao membro do "Governo sombra" do PS para a área da Segurança Social.

(Risos do PS)

O Orador: Mas gostaria de explicar ao Sr. Deputado Fernando Fonte que efectivamente fez alguma confusão nalgumas afirmações que fez. O Sr. Deputado confundiu questões de Plano com questões de Orçamento e, nomeadamente em relação às questões da Segurança Social, as verbas da Segurança Social não foram apresentadas aqui nem tinham que ser, porque as verbas da Segurança Social, como sabe, são aprovadas pela Assembleia da República e as verbas distribuídas e destinadas aos Açores são depois acertadas entre o Governo Regional e o Governo da República.

Há também uma confusão quando afirma que projectos que anteriormente vinham sendo considerados, como, por exemplo, o da microfilmagem, que pelo facto de não constar, com realce, neste Plano que não vai ser implementado.

Devo esclarecer que a microfilmagem, como em muitas outras coisas e como a informática,

há anos atrás uma questão muito importante, que merecia a dignidade de projecto num Plano, mas, hoje em dia, a questão da microfilmagem é uma questão que não tem dignidade para ter destaque num Plano; é uma questão de reorganização; uma questão de modernização interna, e os Serviços de Segurança Social vão, em breve, iniciar e desencadear este processo.

Devo-lhe dizer também - e penso que esta é que é a crítica de fundo na intervenção do Sr. Deputado Fernando Fonte que diz que "não há neste Plano nenhuma medida de política inovatória em relação aos Planos anteriores" - que efectivamente assim é: este Plano, na essência, acolhe as mesmas medidas e os mesmos objectivos de Planos anteriores (e ainda bem que assim é!) porque as pessoas responsáveis pelo sector mudaram, mas a linha política do Governo nesta área é a mesma, e se as anteriores medidas eram boas, nada justificava que agora fossem alteradas.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Muito bem!

O Orador: Gostaria também de lhe explicar que um dos nossos grandes objectivos é a luta contra a fuga às contribuições para a Segurança Social. Mas também devo informá-lo - aliás, já o afirmei nesta Sala - de que a percentagem de fugas às contribuições da Segurança Social nos Açores é muito mais baixa do que a que existe a nível nacional: são 16% nos Açores e 34% a nível nacional.

Nas questões relacionadas com o emprego, em que referiu Segurança Social "lato sensu", o meu colega do Emprego e Formação Profissional é o membro do Governo mais indicado para responder a estas questões.

No entanto, o Sr. Deputado Fernando Fonte, e com a grande sensibilidade política que todos lhe reconhecemos, apercebeu-se, na sua estada na Horta, de que há efectivamente algum mau estar, alguma agitação, principalmente nas Ilhas do Faial e Pico (e bem movimentada pela Associação Agrícola da Ilha do Faial!), de que há problemas com a implementação de um diploma que estabelece a obrigatoriedade das contribuições para o regime geral da Segurança Social por parte dos produtores agrícolas.

Há efectivamente aqui que distinguir duas situações:

Está fora de questão que quem trabalha na agricultura, bem como os produtores agrícolas têm que contribuir para a Segurança Social.

Em 84 esta Assembleia, por proposta do Governo Regional, legislou de forma pioneira a inclusão dos trabalhadores no regime geral de Segurança Social, com todos os benefícios que daí advêm para os trabalhadores neste sector, e, na verdade, houve algumas fugas ao cumprimento das obrigações por parte de quem trabalhava neste sector e, neste momento, há legislação nacional, que foi aplicada à Região, em que se estabelecem mecanismos favoráveis para as pessoas regularizarem as suas dívidas.

Na aplicação das leis - e as leis, por mais cuidadas que sejam, não são perfeitas e há sempre situações de limite, situações extremas, situações cinzentas - a aplicação cega, pura e simples, deste diploma vai, ou poderá provocar ou provocará, digo mesmo, situações de injustiça em franjas de trabalhadores e de produtores nesta área.

Está fora de questão a contribuição dos agricultores nesta área. No entanto, há um conjunto de pessoas que têm, como o Sr. Deputado disse, dois bezerros; que vendem meia dúzia de cachos de banana de vez em quando; que são (alguns deles) já pensionistas e que têm como um reforço do seu rendimento a produção de algum produto nesta área, que efectivamente, por uma aplicação muito rígida deste diploma, serão obrigados também a cumprir as suas obrigações.

Esta questão está a ser considerada pelos Serviços de Segurança Social, pelos Centros de Prestações Pecuniárias, pelo Governo Regional e já foram dadas instruções aos serviços para fazerem a distinção dos vários casos. O que acontece é que este assunto está a ser aproveitado e agitado, intencionalmente, por quem é produtor, tem condições e deve pagar, e que avança para a opinião pública com estes casos limites, extremos, para demonstrar o absurdo da lei com o objectivo de ficar isento de cumprir as suas obrigações. Ora, isso é que nós não iremos tolerar!

No sector da Segurança Social para além de um programa que se refere às instalações e equipamentos para os Serviços de Segurança Social com uma verba muito pequena em relação ao total das verbas para o sub-sector (124 mil para 2 907 mil contos), os dois grandes programas deste sector - Apoio a instituições de solidariedade social e apoio à comunidade - inserem-se na componente Acção Social de Segurança Social.

Entre outras coisas a Acção Social visa contribuir para o desenvolvimento social das comunidades, privilegiando a abordagem global das necessidades sociais na base da coordenação entre os vários serviços públicos da actuação integrada com múltiplas entidades privadas e religiosas e da participação das populações.

A Acção Social tem também como objectivo o desenvolvimento das potencialidades individuais e colectivas através da participação e promoção dos indivíduos e famílias na sociedade no quadro da prática comunitária de Acção Social.

Por fim, a Acção Social, através de uma actuação específica que visa o aprofundamento da solidariedade social, apoia técnica e financeiramente as instituições particulares de solidariedade social nas actividades organizadas nos domínios da infância e juventude, idosos e deficientes.

Durante estes últimos anos, foi desenvolvido um esforço muito grande de investimento em equipamento colectivo para esta área.

Na Região existem 39 creches e jardins de infância, com uma capacidade de 2 100 crianças, 17 lares para crianças e jovens privados do meio familiar normal com a capacidade de 746 crianças e jovens.

Por outro lado, existem 16 estruturas para internamento de idosos com capacidade para 756 pessoas mais 14 centros de convívio com a capacidade de 560 pessoas e 10 serviços de apoio domiciliário que abrangem 283 pessoas.

Apesar desta melhoria é necessário continuar este esforço. Assim pelo programa de apoio à instituição de solidariedade social, iremos apoiar a construção de 10 creches e ou jardins de infância em S. Miguel, 6 na Terceira, 3 no

Pico, 1 no Faial, 1 na Graciosa e outro nas Flores, que aumentará a capacidade em mais 600 lugares - 300 até 3 anos, 230 até 6 anos, 70 acima dos 6 anos.

Nos novos equipamentos para idosos iremos apoiar 4 novas estruturas em S. Miguel, 1 em Santa Maria, 1 na Graciosa, 1 em S. Jorge, 1 na Terceira, 1 no Faial, 1 nas Flores e 2 no Pico. Parte destes projectos terão a sua conclusão no próximo mandato. Até 92 a capacidade de acolhimento de idosos aumentará em cerca de 500 lugares.

No projecto "Melhoramentos em equipamentos existentes" iremos apoiar significativamente as seguintes instituições:

- Lar da Arquinha - Ponta Delgada
- Lar Feminino Jacinto Ferreira Cabide - Ribeira Grande
- Lar Feminino Casa do Trabalho - Nordeste
- Lar de Idosos Augusto César Ferreira Cabide - Ribeira Grande
- Reconstrução do Lar Feminino Nossa Senhora do Livramento, 2ª fase - Angra do Heroísmo
- Lar Santa Maria Gorétti - Instituto Bom Pastor - Angra do Heroísmo
- Reconstrução Recolhimento São Gonçalo, 2ª fase - Angra do Heroísmo
- Jardim de Infância da Casa de Infância de Santo António - Horta
- Lar Idosos João Inácio de Sousa - Velas.

Para além destas acções serão também apoiadas em menor escala muitas outras instituições em várias ilhas dos Açores.

No programa de apoio à comunidade será apoiado técnica e financeiramente um número significativo de Casas do Povo em todas as ilhas dos Açores sobre a localização de terrenos e edifícios a adquirir ou a construir e sobre as diferentes fases dos respectivos projectos e iremos concluir completamente 30 polivalentes.

Este programa tem um outro projecto que visa o estudo e equipamento para populações marginais e que visa um estudo interdisciplinar das situações de grande marginalidade que ocorrem nas comunidades e promova acções de acolhimento temporário das pessoas enquanto se melhoram os equipamentos existentes.

No que diz respeito aos casos de pobreza e carência social existentes em algumas áreas de S. Miguel, a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social contemplou neste Plano a Médio Prazo todas as acções previstas no plano integrado de apoio comunitário, distribuído pelos Planos Anuais. Deu-se especial atenção, como já atrás dissemos, aos equipamentos colectivos para a infância, juventude e idosos e deu-se atenção a outros tipos de resposta social, tendo em conta a rentabilização dos recursos existentes na comunidade (Casas do Povo e outros espaços

de animação comunitária).

Quanto à intervenção comunitária, têm sido desenvolvidas acções interdisciplinares procurando-se a actuação integrada dos vários serviços: Saúde, Segurança Social, Educação, Emprego, Autarquias e outras entidades locais, na promoção social das áreas mais carenciadas na linha do que foi referido no PIAC. Nesta perspectiva, o objectivo da intervenção vai no sentido de criar os recursos necessários à superação das carências sociais, visando a promoção social na base, sempre de participação das populações na solução dos seus próprios problemas.

É nesta linha que está a ser desenvolvido o projecto "Ruptura de um Ciclo", em Rabo de Peixe, que é objecto de apoio comunitário e que tem dado muitos bons resultados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se a Assembleia Regional aprovar este nosso Plano como estamos certos que o fará, caber-me-á a obrigação de o executar. Naturalmente poderá o Plano a Médio Prazo sofrer algumas inflexões ao longo dos seus 4 anos de execução, o Plano é um instrumento de governação e gestão e como tal não deverá ser rígido e inflexível, deverá sofrer as alterações que vierem a ser consideradas indispensáveis. As alterações que vier a sofrer serão, como não poderiam deixar de o ser, explicadas e fundamentadas perante esta Câmara para aprovação.

Se me perguntarem se estou completamente satisfeito com as verbas que me estão atribuídas apesar do significativo aumento em relação ao último Plano, direi que não, como o dirá certamente qualquer membro do Governo naturalmente insatisfeito com os meios ao seu dispôr. Gostaria ter mais meios financeiros para resolvermos nos sectores da Saúde e Segurança Social um maior número de questões e mais depressa. Mas tenho consciência dos recursos disponíveis da Região, da capacidade de execução da nossa administração e de que não me é exigido que resolva os problemas todos em 4 anos.

Terei cumprido a minha missão se conseguir cumprir este programa e melhorar significativamente a situação na Saúde e na Segurança Social nos Açores, nos próximos 4 anos, como outros o fizeram antes de mim e outros o farão certamente depois de mim.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Muito bem!

O Orador: Tenho a certeza de que não me faltará o apoio e as contribuições necessárias de quem trabalha nos sectores da Saúde e Segurança Social nos Açores para levar a cabo este Plano em prol da melhoria das condições de vida dos açorianos.

Disse.

(Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!)

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Serei muito breve, o nosso tempo é já muito escasso, mas queria só retribuir o "piropo" que o Sr. Secretário me dirigiu e dizer-lhe que, nele sim, reconheço algum esforço de afirmação nas áreas para que o "empurraram". Desejo-lhe sinceramente boa sorte nessas áreas!

Há, no entanto, uma questão que me parece que não ficou bem esclarecida relativamente às prestações pecuniárias. Eu não fiz nenhuma confusão, Sr. Secretário, entre Plano e Orçamento! Acontece que eu, na minha intervenção, faço referência ao facto deste Plano, nos objectivos que traça de medidas de política, não fazer nenhuma referência ao sector de serviços da Segurança Social. E dou o exemplo: nos regimes, na segurança social, nas prestações pecuniárias, não se diz absolutamente nada.

É isso que aqui está escrito, foi isso que eu referi, não fiz qualquer confusão com Orçamento e Planos!

Efectivamente, como tive oportunidade de esclarecer, neste sector o Sr. Secretário Regional não teve o cuidado de, antecipadamente, nos dizer nada.

Muito obrigado.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social:

A sua intervenção suscitou-se alguma perplexidade, nomeadamente no que refere ao Programa 8.3 - em termos do seu montante global ao Programa 8 - e mais concretamente em referência à Ilha Graciosa. E suscitou-se alguma perplexidade porque V. Ex^a disse, ali da tribuna, que na Ilha Graciosa iam ser feitas obras "vultuosas" (é o termo) nas Termas do Carapacho.

Bem precisam, é uma realidade! Eu já tive oportunidade de alertar o Governo Regional - e no caso vertente a Secretaria estava sob a tutela do Sr. Dr. Costa Neves - para um facto interessante: é que o Governo fez eco, em determinado momento, que o termalismo era de facto uma questão fundamental para o desenvolvimento, nomeadamente turístico, da Região.

Na altura foi parangona de grandes jornais o termalismo na Ferraria, em S. Miguel, nas Furnas, no Varadouro, mas nada se disse em relação ao Carapacho. Agora, em termos de exposição tribunal - se é que se possa chamar - V. Ex^a diz que vão ser feitas obras "vultuosas".

Em primeiro lugar, pergunto se V. Ex^a, depois do início do exercício do seu mandato, já visitou

as Termas do Carapacho e se está informado, por observação directa ou indirecta, de qual o estado de degradação em que elas se encontram.

Em segundo lugar, pergunto se essas obras "vultuosas" se podem conceber no montante de 29 500 contos que estão inseridos no Plano de Médio Prazo, acrescentando ainda que esse montante de 29 500 contos se destina às obras ditas "vultuosas" por V. Exª e às obras de reparação (que bem necessita!) o Hospital Concelhio de Santa Cruz da Graciosa.

Penso que não é difícil afirmar; não é difícil planear; mas é necessário perspectivar e examinar antes para que se não cometam alguns atropelos desta natureza, e o que V. Exª fez é de facto um atropelo à realidade e à necessidade. - e isso tem que ser dito!

Por outro lado, em relação às obras de apoio, não de fixação, a pessoal - nomeadamente em relação à Graciosa é a questão de instalação para as Irmãs de Caridade que lá prestam meritório, a todos os títulos, serviço - eu entrei para a Assembleia Regional dos Açores em 1980; já em 1980 o Governo Regional do PSD escrevia nos seus documentos "obras no Hospital e nas casas para as Religiosas"; estamos no início de 1989 e as obras para as Religiosas não tiveram nem uma pedra nem a movimentação de um grama de terra.

- Será que podemos continuar a acreditar nas promessas - para não lhe chamar outro termo - que o Governo faz, concretamente quanto às obras do Hospital - e o Sr. Deputado Ramos Aguiar é bem conhecedor do estado caótico e actual até porque é o responsável daquela unidade de saúde em termos administrativos - obras essas que ainda não começaram mas que estão previstas há mais de 8 ou 9 anos; às "vultuosas" obras do Carapacho na Graciosa com a verba de 29 500 contos, obras essas "vultuosas" e necessárias mas que não podem ser executadas na vigência deste Plano de Médio Prazo?

Sejamos realistas! Sejamos verdadeiros!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinto.

Deputado Carlos Pinto (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No quadriénio 85/88 estava prevista a construção do edificio destinado a Centro de Saúde em Ponta Delgada. O presente Plano de Médio Prazo é omissivo nessa construção.

Gostaria que o Sr. Secretário Regional fizesse uma referência a este aspecto.

Na sua intervenção o Sr. Secretário Regional não fez qualquer referência ao apoio aos toxicodependentes. Penso que é uma preocupação da sociedade açoriana o apoio a este grupo de indivíduos.

- Tem a Secretaria algum grupo multidisciplinar

a estudar este assunto?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Ramos.

Deputado Victor Ramos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria que o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social esclarecesse a que tipo de obras se refere quando diz que se irá dar início às obras da 2ª fase das Termas das Furnas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Serpa.

Deputado Rogério Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Lar de Idosos da Ilha das Flores vai ter uma capacidade para 15 utentes.

Queria que o Sr. Secretário me esclarecesse se houve estudo ou que base levou a que tal se verificasse só para 15 utentes.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa também para pedidos de esclarecimento.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para uma brevíssima pergunta ao Sr. Secretário.

Se bem percebi, o Sr. Secretário referiu-se a 3 creches para a Ilha do Pico. Gostaria de saber em que locais se vão construir essas creches.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): É só guerra!...

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para prestar os esclarecimentos que lhe foram pedidos.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (António Menezes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Queria responder às questões aqui levantadas pelos Srs. Deputados.

Em relação ao Sr. Deputado Fernando Fonte, como sabe também, as questões relacionadas com as prestações e com as pensões são questões definidas em termos políticos: há uma política nacional, a capacidade de intervenção e de actuação do Governo nesta área é muito pouca senão nenhuma. Por consequência, é perfeitamente escusado e repetitivo estar a apresentar, como medidas de política na discussão de um Plano Regional, medidas que não são da nossa competência nem são equacionadas por nós.

Por outro lado, o Sr. Deputado Fernando Fonte também levantou e fez aqui considerações de política e daquilo que entende que deve ser a Segurança Social que também ultrapassam largamente a capacidade da Região e do Governo Regional em equacionar e resolver essas questões, como constituição de fundos de estabilização financeira para a Segurança Social, como questões de saber

quem é que deve contribuir para as pensões sociais e afirmava que não era justo que aqueles que trabalham, e que sempre descontaram, descontassem para pagar as pensões sociais. Enfim, isso são questões que até em termos de princípios poderei estar de acordo com o Sr. Deputado. Simplesmente, o Sr. Deputado quis, digamos, demonstrar (e muito bem, porque sabe da matéria!) as suas opiniões pessoais sobre esta questão, esquecendo que isso ultrapassa a capacidade de decisão política do Governo Regional.

Quanto ao Sr. Deputado Carlos Mendonça, no seu estilo habitual e hoje particularmente nervoso...

Deputado Carlos Mendonça (PS): Olhe que não! Está enganado!

O Orador: ...levantou determinadas questões (apesar de estar muito perto do microfone, não apreendeu completamente aquilo que eu disse: eu não disse que se vão fazer "obras muito vultuosas", mas que se vão fazer "melhoramentos significativos"!

Deputado Carlos Mendonça (PS): É uma questão semântica!

O Orador: Os registos hão-de dizer! É completamente diferente! Não é semântica, é uma questão de fundo! Semântica não é desculpa para tudo, Sr. Deputado!...

Ora, 22 500 contos é uma verba já muito razoável para melhoramentos significativos. É evidente que é insuficiente para investimentos "vultuosos", como o Sr. Deputado disse, e o que nós vamos fazer nas Termas do Carapacho é melhoramentos: vamos mudar canalizações, vamos pintar, vamos mudar eventualmente loiças, vamos melhorar aquilo.

Efectivamente está equacionado e acordado com o Secretário Regional do Turismo e Ambiente e o estudo do aproveitamento das termas na sua dupla componente de saúde e eventual aproveitamento turístico. E neste caso - e nós não esgotamos a nossa programação - em nenhuma outra discussão de Planos Anuais onde se vai concretizar concretamente estas medidas, poderão ser equacionadas medidas nesta área.

Em relação ao problema do Hospital, é evidente que eu não pediria a um deputado do Partido Socialista para ser tão crente nas propostas do Governo como os deputados do Partido Social Democrata. Isso é óbvio!

Deputado Carlos Mendonça (PS): Não sou céptico!

O Orador: Mas no nosso Plano estão previstas - e o Sr. Deputado nem sequer, com precisão, e procura ser sempre bastante precioso nas suas afirmações, equacionou bem a questão - mas estão previstas e quantificadas verbas muito concretas para a resolução do problema e da ampliação do Hospital de Santa Cruz da Graciosa.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Perguntei

quando é que começavam...

O Orador: São concretamente 35 mil contos, dos quais 25 mil contos vão ser dispendidos este ano.

Em relação ao Sr. Deputado de Santa Maria, como também já foi afirmado numa resposta que dei ao Sr. Deputado Bairos, o Centro de Saúde de Vila do Porto - e como afirmei na minha intervenção - vai ser concluído durante este mandato: está em fase de concurso internacional e pensamos que a sua construção efectiva, ou seja, o início das obras será para muito breve.

Relativamente aos toxicodependentes poderei informá-lo que já foi constituído um grupo que está a elaborar o "Plano de Saúde dos Açores", onde estão a ser levantados os grandes problemas que se põem na área da saúde, e essa Comissão irá detectar estas questões e se o problema da toxicodependência for considerado - e já começa a ser, até certo ponto, em algumas ilhas preocupante - uma das questões essenciais, será atacado com as medidas que forem consideradas necessárias.

Em relação ao Sr. Deputado das Flores devo-lhe dizer que o Lar de Idosos foi previsto e dimensionado segundo estudos que foram desenvolvidos pela Acção Social e mediante padrões e esquemas que existem.

Como também disse na minha intervenção, o esforço que foi feito até agora foi muito grande, não responde às necessidades, e nós temos equacionados projectos para resolver problemas na área da infância, juventude e também nos idosos.

Depois de concluído este Plano, ainda mesmo assim não estarão resolvidos todos os problemas. É preciso que tenhamos isto claro!

No entanto, não vamos criar grandes estruturas de idosos porque entendemos que não devemos fazer nem criar armazéns para despejar lá os nossos velhos. Eles têm que ser tratados em casa: as famílias primeiro são responsáveis e depois a comunidade!

(Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!)

Deputado Rogério Serpa (PS): O Sr. Secretário não conhece a realidade das Flores!

O Orador: Quanto à questão da ampliação das Furnas, está prevista e orçamentada no Plano a 2ª fase da ampliação das Termas das Furnas. Simplesmente, o projecto e as ideias que inicialmente tinham sido equacionadas para esta 2ª fase pressupunham determinado tipo de condicionamentos, nomeadamente em relação à existência de unidades hoteleiras ou a intenções de investimento hoteleiro nas Furnas, e, por consequência, a capacidade de resposta desta ampliação tinha também supletivamente uma função de atingir aqueles objectivos.

As situações estão-se a alterar rapidamente, a 2ª fase vai ser feita mas vai ter que ser pensada, repensada com o Turismo, com o Ambiente, de forma a que não se criem estruturas desnecessárias ou se criem estruturas que vão competir e concorrer com a iniciativa privada que nós todos queremos desenvolver e fomentar, designadamente no Turismo.

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

Presidente: Desculpem, eu vou dar a palavra ao Sr. Deputado Renato Moura e depois o Sr. Deputado Manuel Serpa poderá fazer as perguntas que entender.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma vez que regressou novamente a calma, gostaria de recordar ao Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social duas questões que lhe tinha colocado de manhã e que ele manifestamente na circunstância não teve oportunidade de responder na medida em que o tempo do Governo terminou aí mesmo, de maneira que gostaria de as ver tratadas.

Aproveitaria a circunstância de agora se ter falado do Lar de Idosos para, desde já, manifestar - e muito rapidamente - uma opinião que me parece essencial: é que a dimensão de um Lar de Idosos, numa terra em que ainda não existe Lar de Idosos, não é a questão essencial. A questão essencial é efectivamente que o Lar de Idosos se comece para ver qual é o grau de procura que ele tem por parte da população das Flores para então, posteriormente, se analisar da necessidade ou não de crescê-lo porque, neste momento, nós não sabemos qual é a capacidade de resposta. Julgo que a capacidade inicial prevista é a suficiente e o que é preciso é que ele se inicie.

Relativamente a esta questão Lar de Idosos, relativamente também às Casas do Povo de Ponta Delgada e da Fajã Grande que estão contempladas na já célebre Resolução 477/87, e quanto à Delegação do Centro de Prestações Pecuniárias da Segurança Social que albergará simultaneamente a Casa do Povo de Santa Cruz das Flores, relativamente a todo este conjunto de questões gostaria que o Sr. Secretário Regional prestasse alguns esclarecimentos e também relativamente à questão de verbas, na medida em que julgo importante esclarecer a Câmara sobre se vai haver disponibilidade para, arrancando estas obras na medida em que está decidido que arranquem, se depois não faltarem recursos financeiros que permitam efectivamente avançar com elas.

Julgo que esse aspecto é um aspecto essencial que também conviria esclarecer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Ramos.

Deputado Victor Ramos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A questão que eu levantei prende-se com as declarações do Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, aquando da apresentação do Plano de Urbanização das Furnas, em que disse que tinha sido uma opção do Governo "não avançar com a 2ª fase das obras das Termas das Furnas".

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Simas.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para protestar contra a calúnia que o Sr. Deputado Victor Ramos acabou de levantar aqui!

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

Presidente: Srs. Deputados, peço que mantenham a calma.

O Orador: Eu estive também presente e ouvi, como o Sr. Deputado Victor Ramos ouviu...

Deputado Luís Filipe Cabral (PS): Então é mentiroso!

O Orador: ...o que acabou de mencionar o Sr. Secretário que acabou de falar, ou seja, que o projecto em causa poderia eventualmente ser reformulado. E foi isso que disse o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, e não o que o Sr. Deputado acabou de dizer, que é completamente ao contrário!

Ora, o Sr. Deputado que lá estava, e que é uma pessoa séria e que sabe perfeitamente que não deve faltar à verdade, deve testemunhar aqui que efectivamente o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas o que disse, em termos de perspectiva, é que era provável que se tivesse que reformular a 2ª fase. Apenas isso!

Deputado Luís Filipe Cabral (PS): Não foi nada disso!

Presidente: O Sr. Deputado Victor Ramos tem a palavra sempre que quiser, mas pedia-lhe que respeitasse as regras parlamentares para não haver entusiasmos em demasia.

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Ramos.

Deputado Victor Ramos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que disse textualmente o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas foi que tinha sido uma opção política do Governo - e pode confirmá-lo o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento - face a grandes insistências de não avançar com a 2ª fase.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Não é verdade!

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

Presidente: Desculpem, o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento pede a palavra, suponho que para esclarecer este assunto.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quando estiver presente o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas ele decerto esclarecerá isso devidamente.

No entanto, o que eu entendi da intervenção do Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas foi que esse projecto, mesmo que fosse para abandonar, abandonava-se tal qual ele estava formulado.

Ora, isso não quer dizer que aquelas obras e aquela 2ª fase não possam vir a ser feitas.

O que é certo é que, tal qual ele estava idealizado, não vai para a frente. E não vai para a frente tal qual ele estava idealizado porque concretamente aquele projecto não se adequa às condições actuais do Vale das Furnas: aquele projecto vai ter que ser repensado. Foi isso o que se disse! Não quer dizer que não haja uma 2ª fase! Agora, o que nós entendemos foi que, relativamente à iniciativa privada, aquele projecto está totalmente descabido.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social para prestar os esclarecimentos pedidos.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (António Menezes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar para pedir desculpa aos Srs. Deputados que me questionaram agora - primeiro ao Sr. Deputado Serpa porque efectivamente esqueci de responder às suas questões.

E concretamente respondendo à sua questão devo dizer que os Jardins de Infância e os Lares de Jovens que vão ser feitos na Ilha do Pico são os seguintes:

- Jardim de Infância da Santa casa da Misericórdia das Lajes do Pico;
- Jardim de Infância da Madalena - temos uma verba para iniciar o processo de reformulação e temos, digamos, uma verba que será concretizada em anos seguintes a partir de 1990;
- Lar de Jovens de S. Roque do Pico - temos também uma verba que irá ser considerada no projecto e outra que irá ser considerada nos anos subsequentes até 1992.

Respondendo ao Sr. Deputado Renato Moura, ao qual não tive tempo de responder, devo concretamente dizer, como aliás já disse na minha intervenção, que o Lar de Idosos de Santa Cruz das Flores vai avançar e a verba que está prevista para os 4 anos é de 114 mil contos.

Em termos de polivalentes para a Ilha das Flores, vão arrancar a Casa do Povo de Ponta Delgada, a Casa do Povo das Lajes, a Delegação do Centro de Prestações Pecuniárias da Segurança Social vai também avançar e irá funcionar na Casa do Povo de Santa Cruz, e temos considerado também a Casa do Povo da Fajã Grande. No entanto, em termos de questões orçamentais e por questões de prioridade, em termos de todas as casas do Povo a fazer na Ilha das Flores esta está menos dotada em termos financeiros e, à medida que se concretize na prática este Plano de Médio Prazo, iremos ver as possibilidades financeiras para reforçar as verbas que temos para este polivalente da Fajã Grande.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, voltando às nossas inscrições, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Foi ontem referido pelo Sr. Secretário Regional das Finanças, no momento de apresentação a esta Câmara dos documentos em debate, que a etapa das infraestruturas estava perto do seu terminus e que agora haveria que caminhar para o ciclo do desenvolvimento regional.

Por natureza, as infraestruturas nunca atingirão o seu fim. O homem é um ser insatisfeito e exige sempre mais.

O que julgamos ser imperioso é, fundamentalmente, existir um critério rigoroso de escolha e de prioridades na decisão das mesmas. Se grosso modo no plano infraestrutural este Governo, no decurso deste mandato, tem de continuar, mas criteriosamente, a sua actividade de "maior empreiteiro regional", no plano do desenvolvimento integrado da Região há que iniciar uma caminhada, esta sim cujo fim se há-de projetar no tempo e que, assim o desejamos e esperamos, outros e outros terão de dar continuidade.

O desenvolvimento regional é uma meta que todos nós desejamos. Atingir tal objectivo não é tarefa do imediato. Contudo, no decurso de quase 13 anos de Governo próprio, outra fosse a força motriz imprimida e sem margem para dúvidas que diferentes seriam hoje as condições de vida daqueles que, por bem, persistem em viver nestas ilhas.

Apostar no Turismo, nas Pescas e na Agricultura como matrizes para o desenvolvimento regional é, inquestionavelmente, uma decisão acertada. Contudo, o problema deste Governo não é a escolha do objecto da aposta. De resto, podemos dizer que está já cansado de apostas. O problema deste cansado e estafado Governo é o modus faciendi como vai desenvolver os elementos apostados.

Em síntese: como, quando e onde se actua a montante e a jusante das mesmas.

Continuando ainda naquilo que na realidade consideramos ser o aspecto primordial, melhor dizendo, a razão de ser da autonomia constitucional e estatutária desta Região, ou seja, a melhoria de condições de vida deste povo, apostamos no aprofundamento e desenvolvimento dos sectores sociais. Contudo, se esse mesmo desenvolvimento se quer e deseja harmonioso e integrado de todas as ilhas, há que não descurar uma profícua actuação noutros sectores que não são inquestionavelmente de esquecer. Antes, pelo contrário, deverão ser tomados em conta, de forma a que o desenvolvimento da sua actuação contribua para o normal desenvolvimento de todas as parcelas da Região. Estava portanto, pensando - e queria referir - o âmbito de actuação da Secretaria Regional da Administração Pública.

Muitas vezes há a tentação de se pensar que os serviços dependentes desta Secretaria são serviços de natureza estática; são serviços de natureza estritamente burocrática; são serviços que só interessam aos manga-de-alpaca. Não! Não defendo, nem de perto nem de longe, este princípio! Os serviços da Secretaria Regional da Administração Pública têm que ser serviços dinâmicos; têm que ser serviços postos ao serviço - passe a tautologia - do povo que se destinam servir.

Decorreram já três Planos de Médio Prazo discutidos nesta Casa. No decurso destes anos de vigência dos mesmos Planos, por razões diversas procurei abordar e equacionar a actuação dos serviços do departamento da então Secretaria Regional da Administração Pública, hoje Administração Interna, e digo com a maior honestidade que, decorrido todo esse tempo, sinto hoje alguma dificuldade em discernir, em desenvolver, em desarticular, melhor dizendo, o funcionamento dos mesmos, face à actuação de similitude, face à sobreposição dos planos intencionais que, ano após ano, quadriénio após quadriénio, se verificam nos serviços dependentes dessa Secretaria.

Olhamos para o Plano de Médio Prazo de 1989/1992, reelhamos o Plano de Médio Prazo anterior, tentamos ver os Planos Anuais dos anos que foram decorridos e vemos que, de facto, intenções são as mesmas, concretização dessas intenções por vezes nem se realizam, e o que constatamos, afinal, é que alterações poucas se verificam.

Se atentarmos minimamente para os três programas - e quando estou a referir o programa da Administração Pública Regional queria deixar dito que estou a referir-lo stricto sensu, ou seja, nos seus vectores dos programas 39 a 41 e não abordarei os aspectos do importantíssimo

sector da cooperação da Administração Regional com a Administração Local e também dum importantíssimo sector que é a Protecção Civil porque outros camaradas da minha bancada o farão - e, por conseguinte, para que fique bem esclarecido que estou tão só a equacionar o problema da Administração Regional stricto sensu, vejo três programas (39 a 41) dos quais salta, à primeira vista, um princípio que é fundamental mas, insisto, que tem sido altamente, sistematicamente mencionado nos diversos documentos desta natureza, que é a "desburocratização e a simplificação dos procedimentos administrativos".

Não vou roubar mais tempo a ler o resto da nota preambular destes três programas, mas pergunto, com alguma veemência:

- Porquê todas as vezes se insistir nisso?

- Porquê não se atingiu já, no decurso deste tempo, a necessária e imperiosa desburocratização e simplificação? Espero que alguma coisa me seja respondida nesta matéria.

Por outro lado, é interessante verificar-se que da dotação orçamental no Programa 40, ou seja, o valor de 349 mil contos para "Apoio social aos funcionários regionais", inquestionavelmente necessário, esse apoio se situa tão só - aliás, tive oportunidade de fazer referência a isso quando na Comissão se discutiu com o Sr. Secretário Regional da tutela este aspecto - às Ilhas Terceira e S. Miguel.

Sei que a maior densidade dos funcionários regionais se situa de facto nessa ilha, mas, nomeadamente Pico, nomeadamente Faial - já não falo no Corvo, nem na Graciosa, nem nas outras - não terão carência de apoio aos seus funcionários regionais?

É de facto uma expressão real de uma visão não globalizante da Região, de uma visão parcelar que, a todos os níveis, se vê o Governo, em termos programáticos, defender mas, em termos de aplicação prática, não o faz.

Teria inquestionavelmente algumas questões mais importantes para acrescentar. Nomeadamente tive oportunidade de colocar uma questão ao Sr. Secretário Regional da Administração Interna quanto ao funcionamento dos Serviços de Inspeção Administrativa - aguardo a sua intervenção porque ele já fez a promessa de que esclareceria - também registei que V. Ex.ª referiu que não sentia necessidade de, no Plano, expressar, especificar, desenvolver, esclarecer, no fundo, esta Câmara das diversas acções dos diversos serviços - o que, aliás, tem sido uma tônica dominante das intervenções que têm aqui sido proferidas, nomeadamente de toda a oposição, que o Plano de Médio Prazo, mais concretamente, não especifica, demonstra muito sumariamente bem - eu pergunto:

- Com demonstrações sumárias, com demonstrações sintéticas que não passam de meros planos intencionais, como é que nós estamos minimamente avalizados a dar o seu aval? Eu, concretamente, em termos específicos desta área, jamais lhe poderia dar o meu aval!

Muito obrigado.

(Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!)

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna.

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Carlos Mendonça, e para estar numa situação em que ele normalmente está - de perplexidade - eu deveria dizer, seguindo o seu exemplo, que estou perplexo pela sua exigência de novidade em relação a alguns aspectos.

Penso que ao olhar o Plano nos programas que referiu, temos que ter em consideração, em primeiro lugar, aquelas acções que resultam da natural evolução da nossa Administração e que vão exigindo uma actuação diferenciada: se neste momento estamos interessados em fazer um ficheiro central de pessoal, amanhã, quando o ficheiro central estiver feito, é preciso mantê-lo actualizado, mas deixa de se justificar referi-lo no Plano. Há, portanto, um conjunto de acções que são temporais.

Há, depois, um conjunto de preocupações que têm que ser intemporais e, dentro dessas, está efectivamente a desburocratização e a modernização da Administração. No momento em que deixarmos de ter, sempre como grande guia, como grande ocupação a desburocratização; no momento que deixarmos de ter, como grande guia, a simplificação e a modernização da Administração, estaremos, com certeza, a cometer um erro porque há sempre que desburocratizar, porque há sempre que simplificar, porque há sempre que modernizar.

O pedir-me que esse projecto seja cumprido nestes 4 anos, ou esperar que ele seja cumprido nos próximos 20 ou 30 anos, indica uma posição de passividade que eu penso que nós não devemos ter: há coisas que nos devem orientar sempre!

E em tom de brincadeira, diria ao Sr. Deputado se o Sr. vê como necessário, porque já existem há 20 séculos, mudar, por exemplo, os "10 mandamentos".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Risos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Sr. Presi-

dente do Governo Regional dos Açores, Srs. Deputados Regionais, Srs. Secretários e Subsecretários:

Ao abrigo das disposições legais aplicáveis, encontramos, os representantes legítimos do povo açoriano, a discutir o PMP 89/92, e o Plano e Orçamento para 1989.

Documentos, estes, basilares para a política económica e social a levar a cabo nas diferentes ilhas do Arquipélago, tornando realidade, uma vez mais, as virtudes do processo autonómico.

Cabe, desde há 12 anos, ao Partido Social Democrata esta espinhosa missão mas, como partido de carácter humanista, acaba por ser uma missão agradável e gratificante e vem demonstrar que o PSD/Açores, com a sua experiência, é conhecedor profundo da realidade económica e social existente, tendo paulatinamente levado as diferentes ilhas dos Açores a um desenvolvimento rápido, credível e seguro porque assenta principalmente nos recursos financeiros disponíveis, tendo como resultado imediato o não endividamento público indiscriminado, o que transmite um clima de segurança às gerações vindouras.

O PMP apresentado a esta Câmara parte de uma articulação com o Programa do Governo PSD aprovado por esta Assembleia há bem pouco tempo.

É de salientar a nova filosofia em que o mesmo assenta, principalmente na grande aposta da modernização do aparelho produtivo regional e conseqüente aumento da oferta de emprego, o que é fácil verificar visto o sector absorver 64,4% do total das verbas do PMP.

Assiste-se também a uma maior clarificação de poderes e acções que irão permitir uma resposta rápida em áreas consideradas "cinzentas", o que por vezes trazia dificuldades no bom andamento de questões importantes para o nosso desenvolvimento, uma vez que as responsabilidades não estavam definidas no que diz respeito a financiamento/execução. O Governo, cumprindo o prometido, aposta e lança um sério desafio às entidades privadas regionais, pondo à disposição das mesmas verbas consideráveis, tornando possível a sua reestruturação e modernização para o embate que irá advir da nossa plena adesão ao Mercado Comum.

A tarefa dos próximos quatro anos para aplicação integral do PMP, será árdua e irá depender da capacidade de resposta do Governo que o elaborou, mas será motivadora e o desafio não o atemorizará, visto ser este um "Governo de combate" e, em cujas hostes, conta com um povo trabalhador e que não se intimida com os desafios que lhe são apresentados no dia a dia do seu desenvolvimento social, económico e cultural.

Sr. Presidente da Assembleia Regional, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Deputados Regionais, Srs. Secretários e Subsecretários:

Conhecedor do meu estatuto de Deputado Regional, peço desculpa aos Srs. Deputados mas farei a seguir algumas considerações apenas sobre o meu pequeno mundo, que é a Ilha de Santa Maria.

É gratificante ver que o PMP 89/92 dá resposta clara aos assuntos que mais me preocupavam para o bem estar da população mariense e que as verbas afectas são avultadas, cerca de 6 milhões de contos, o que irá contribuir para um desenvolvimento rápido, visto acreditar que os empresários marienses vão aceitar o desafio apresentado pelo órgão de Governo próprio da Região.

Passo a analisar os programas que julgo mais relevantes e que com a sua concretização vão contribuir para o desenvolvimento mariense e que julgo irem ao encontro das preocupações levantadas pelo Sr. Deputado do PS Carlos Pinto.

P5 - A Defesa do Património cultural e arquitectónico teve durante alguns anos pouca monta nas acções dos Planos Anuais, aparte uma ou outra medida de apoio directo. No Plano em discussão são muitas as acções a desenvolver neste campo, achando apenas as verbas muito exíguas para uma concretização real na recuperação do património mariense.

P17 - A habitação constitui uma preocupação em todas as ilhas dos Açores, principalmente para as camadas mais desfavorecidas da população, assim como para os casais jovens.

O Plano contém uma grande aposta neste sector, mas existe um problema preocupante que se prende com os plafonds de crédito das instituições vocacionadas para a habitação, o que virá dificultar grandemente as intenções do Governo em tão importante sector.

Não tenho conhecimento profundo da realidade das outras ilhas, mas em Santa Maria existem pessoas que adquiriram a sua moradia e se candidatarão aos apoios da habitação degradada ou noutros casos à auto-construção mas esbarraram com o entrave existente na Caixa Geral de Depósitos, que, ou por falta de plafonds, ou pela demora de análise ao processo - existem situações que se arrastam há dois anos - o que é suficiente para que os apoios criados não venham a ser utilizados para o fim em vista.

Há que fazer entender ao Ministério das Finanças a situação e arranjar soluções que respondam cabalmente aos que necessitam de uma habitação condigna.

P26 - Os incentivos ao investimento e a remodelação da indústria são uma medida primordial para despertar todos os empresários dos Açores.

No caso específico de Santa Maria, tem o Governo que responsabilizar o Zofram para uma resposta real ao desenvolvimento da Zona Franca no que concerne ao marketing e divulgação dos incentivos criados para instalação de empresas

em Santa Maria, para que se venham a criar os postos de trabalho tão necessários à juventude mariense, única forma de refrear a desertificação humana que se assiste na ilha neste momento, resultado da abertura de facilidades de emigração para o Canadá, o que preocupa os responsáveis da ilha, uma vez que nos levam o nosso bem mais precioso - a nossa juventude - por isto o tempo urge ou corremos o risco de a Zona Franca falhar nos objectivos para que foi criada, no que respeita à ilha de Santa Maria.

P31 - Com a verba inscrita neste programa, Santa Maria ficará totalmente electrificada, esperando-se, da parte da EDA-EP, a celeridade necessária para que os projectos sejam rapidamente elaborados de forma a que o ano de 1990 seja o ano em que a energia possa fazer parte do dia a dia de todos os marienses.

P32 - Em qualquer região ou ilha, a rede viária é extremamente importante para o bom desenvolvimento, para mais uma região que aposta forte no sector do turismo.

A verba inscrita no Plano vem, de facto, de encontro a uma necessidade que se fazia sentir em Santa Maria, uma vez que as vias regionais existentes se encontravam bastante degradadas. Conto com a vontade do Governo em resolver o assunto rapidamente, elaborando o projecto global necessário para que se comece a execução da obra sem mais delongas.

P42 - As autarquias são uma peça fundamental na política de desenvolvimento dos Açores, porque conhecem as necessidades das suas populações, embora a sua actuação seja complexa e difícil pelas inúmeras áreas que abrangem.

O Plano reconhece esta complexidade e dá-lhes o real valor, ao fazer da cooperação uma peça fundamental para o apoio financeiro e técnico às autarquias para que elas possam levar às populações o bem estar e a qualidade de vida desejada por todo o ser humano.

Com as acções inscritas neste Plano no campo do abastecimento de água às populações, Santa Maria fecha mais um capítulo na história do seu desenvolvimento, levando este bem a todos os lugares da ilha.

A abertura de novas áreas à cooperação - rede viária, esgotos e tratamento de lixos - abre um vasto campo de actuação dos Municípios, uma vez que todos eles enfrentam grandes dificuldades nestas áreas, tanto por falta de capacidade técnica, como por falta de capacidade financeira.

Estou convencido que irão responder e levar a cabo mais esta tarefa, proporcionando o bem estar de todos os açorianos.

Outros programas existem neste Plano e que levarão a cabo a construção de estruturas primordiais para o desenvolvimento e bem estar da

população mariense, tais como o Centro de Saúde de Vila do Porto, unidade que virá permitir, no futuro, uma melhor qualidade de cuidados primários de saúde, assim como uma maior racionalização e optimização dos recursos ao dispôr dos técnicos de saúde e ainda a sua valorização pessoal, pondo ao seu dispor uma unidade com boas condições de trabalho.

Rede de frio:

É reconhecido que não somos uma Região rica em muitas áreas. Há outras que o são inegavelmente e, quando devidamente aproveitadas e desenvolvidas, constituem polos de desenvolvimento e criação de consideráveis fontes de riqueza e postos de trabalho.

Neste caso está o sector das pescas, que já constitui uma área em franco desenvolvimento que ocupa uma boa percentagem da população activa da Região, elevando-se em termos reais de ano para ano.

A construção de rede de frio em Santa Maria vem de encontro a este desenvolvimento, criando bases para que a pesca possa vir a ser encarada na ilha como uma profissão altamente compensadora, despertando o interesse dos nossos jovens, na sua formação futura neste campo, de modo a se candidatarem aos incentivos de aquisição de barcos, contribuindo para uma maior riqueza da Região Açores.

Turismo:

Este sector é, neste momento, um dos mais importantes para o desenvolvimento económico de Santa Maria, uma vez que pode contribuir para o aumento de duas áreas primordiais: a criação de postos de trabalho e o aumento do mercado interno.

Sendo o turismo uma indústria muito exigente em termos de recursos humanos, abre-se um valioso campo de valorização dos jovens de Santa Maria.

A produção e colocação de produtos, sejam da agricultura ou do comércio, para se desenvolverem necessitam de mercado, realidade esta que, neste momento, Santa Maria não dispõe, visto o índice de população ser muito baixo. O fenómeno turístico responde positivamente a esta necessidade.

O desenvolvimento deste sector irá depender, em primeiro lugar, da visão da iniciativa privada mariense, cabendo ao Governo a aplicação dos decretos legislativos existentes.

Para 1989 estão contempladas verbas, que julgo suficientes, para responder aos projectos entrados na Secretaria Regional do Turismo e Ambiente.

Esperamos os investidores que a análise aos projectos seja rápida e que se evite a burocracia que tantas vezes desmotiva as pessoas a concretizarem os seus investimentos.

Desejo que rapidamente seja criado o "Quadro definidor de zonas de desenvolvimento turístico prioritário" e que as infraestruturas de apoio à actividade turística venham a responder às necessidades da ilha, no que respeita a courts de tenis, piscinas naturais, miradouros e parques de estacionamento, como forma de termos um produto turístico que sirva aqueles que nos visitam.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Desde sempre e embora com algumas "nuances", de Governo Regional para Governo Regional a política de saúde na Região tem sido eminentemente **tecnocrática e economicista:**

Tecnocrática, porque justifica a grande parte do investimento orçamental nos programas de construções, beneficiações e ampliações, ainda que necessárias, as quais não poderão constituir "modelo" de uma actuação consentânea com a melhoria do estado de saúde dos açorianos, mas tão só "modelo" de melhor actuação face à doença; e, ainda, por recair sobre o número de técnicos de saúde, médicos, enfermeiros e para-médicos, o factor único da melhoria dos Indicadores de Saúde para a Região que, no entanto, o próprio Governo reconhece como inferiores às médias nacionais.

É economicista por só considerar os "gastos" em termos económicos e não contabilizar o que poderá significar em termos de futuro - o aumento da esperança de vida, a diminuição da taxa de mortalidade, nomeadamente a infantil, não tendo ainda em linha de conta o maior número de pessoas curadas.

Dever-se-ia considerar que a saúde é, para além de um bem individual, um bem social, e estes indicadores deveriam ser tomados em consideração quando se fazem "as contas".

Na proposta de Plano de Médio Prazo 1989/92, a páginas 40, lê-se:

"Naturalmente os recursos financeiros envolvidos são muito elevados, absorvendo o sector da saúde em despesas de investimento e de funcionamento cerca de 20% do Orçamento da Região".

Estes 20% reduzem-se, em termos de investimento, a percentagens muito menores e que se têm revelado insuficientes para as próprias "obras" propostas pelo Governo Regional, como se poderá comprovar da análise comparada do PMP 85/88 com o PMP 89/92.

Podemos e devemos acrescentar ainda, que à excepção do esquema de evacuação de doentes

e de deslocamento inter-ilhas e ilhas-Continente, praticamente a política de saúde na Região não tem **características nem regionais nem autonómicas.**

Os modelos de gestão das estruturas de saúde são idênticas aos do Continente, a própria estruturação dos serviços é uma cópia das estruturas continentais, a não complementaridade dos hospitais e as comparticipações medicamentosas são iguais, após curta guerra por causa dos anticoncepcionais e que o Governo perdeu.

Enfim, a regionalização nem permitiu quaisquer **inovações**, visando maior operacionalidade do sistema, nem a sua aproximação às populações.

Poder-se-ia no entanto argumentar que tais características eram quase que obrigatórias, face ao estado em que se encontrava o sector da saúde legado pelo regime fascista, agora o que já não é admissível é que o PMP 89/92, para além de manter as mesmas características, ainda as reforce.

Assim, e numa análise algo sucinta, até porque nesta área o próprio PMP tem algumas dotações em rubricas de que pouco ou nada discrimina, reforçam-se as características atrás apontadas.

A tecnocrática porque mantém o peso fundamental do investimento na área das construções e na melhoria dos indicadores do número de técnicos, tendo só em atenção o número e não se, nas diferentes especialidades, existem os técnicos de que a Região realmente necessita, continuando a esquecer totalmente e contrariando até o seu próprio programa, onde, a páginas 98, se podia ler e citamos "Vamos educar o utente a bem usar a saúde, através de campanhas de sensibilização, que constarão de um programa sobre A NOSSA SAUDE; Vamos dar apoio e fomento a formas de participação activa dos utentes e da comunidade em geral com o objectivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo Serviço Regional de Saúde" (fim de citação).

Um vector fundamental na definição duma estratégia de saúde é a participação do doente.

Esta política de saúde não é autonómica, nem é regionalista, porque não há nenhuma ideia nova que signifique de facto qualquer diferença em relação ao esquema de saúde do Governo Central, não atendendo às especificidades da Região.

O aumento de 6500 para 212 mil contos na área de investigação, formação e informatização é não desagregável e destina-se, em grande parte, aos profissionais do sector, não se contemplando quaisquer acções de formação e informação dos utentes.

Outro aspecto que salientamos é a repetição de objectivos do Plano anterior, como, por exemplo, os Centros de Saúde de Vila do Porto e de S. Roque do Pico, e a não especificação ou a pouca clara especificação de algumas dotações,

etc..

E, por omissão, gostaríamos ainda de saber em que rubrica se encontra a verba destinada à reparação e remodelação do edifício do futuro Centro de Saúde da Horta, verba não contemplada ou pelo menos não discriminada, tanto no PMP anterior como no actual?!!!

Perante este quadro, não pode o Partido Comunista Português deixar, de, desde já, manifestar a sua discordância com o PMP no sector da saúde.

Mas porque a nossa concepção sobre a saúde é diferente e não se limita a pseudo-planificar mas, fundamentalmente, a um entendimento global da saúde com o bem-estar "físico-psíquico-familiar e social do indivíduo e do meio", não poderíamos deixar de adiantar algumas ideias e propostas não contempladas no PMP.

Nomeadamente duas questões fundamentais gostaríamos de referir: a Carta Sanitária Regional e a participação da população na promoção da sua saúde.

Sobre a carta sanitária só é feita referência no Plano de 1989, sendo apresentada como corolário de toda a actividade desenvolvida ao longo de um ano, o mesmo é dizer que esta não será feita, e sem ela continuarão por definir as necessidades e as prioridades para o melhoramento do estado de saúde da Região.

Quanto à participação da população, que mereceu referência no PMP 85/88 e no Programa do Governo, como já foi referido, no actual Plano o que de facto interessa, ao Governo Regional, é manter as populações afastadas das questões, ou seja, manter as populações afastadas da sua própria participação na melhoria da sua qualidade de vida.

É um dado adquirido actualmente, e por diferentes sensibilidades ideológicas e políticas, que existe um tecto para além do qual, por maior que seja o investimento e por melhor aplicado que seja, não se consegue melhorar os índices de saúde, se nesta não houver um real conhecimento, empenho e participação, por parte das populações.

Concluindo, a melhoria dos índices apresentados é perfeitamente possível com as medidas que foram tomadas até ao actual Plano. Mas a melhoria a partir daqui ir-se-á revelar muito mais lenta se não se tiver em linha de conta os factores atrás referidos.

É absolutamente necessário determinar com exactidão a quantidade e qualidade da rede de esgotos, do saneamento básico, da alimentação, de forma a determinar que influência têm estes factores nalguma patologia predominante na Região (diabetes, asma, reumatismo, cárie dentária, etc.), e em que medida estes factores influenciarão a melhoria da saúde.

Decorrente disto só uma ampla informação à população e a participação desta na melhoria destes factores, poderá permitir que estas melhorias tenham reais reflexos na Saúde.

Não é prevista nenhuma acção a nível do planeamento familiar, quando a Região apresenta a mais alta taxa de natalidade do País, a qual é necessário manter, embora corrigindo as "misérrimas" sociais e familiares actualmente existentes, de modo a contrariar, por um lado, a emigração e, por outro, o progressivo envelhecimento das populações.

A nível de um sector considerado de "ponta" - as pescas - não apresenta o Governo um esquema de assistência aos pescadores no mar, que permita o tratamento nas suas diferentes fases, desde a assistência no barco, até uma eventual evacua-

bre a alcoolização e o tabagismo, não existe nem se vislumbra qualquer tipo de combate, pelo Governo, a estas questões, que tenha em linha de conta as características regionais.

Também não se presta qualquer atenção à assistência na doença aos idosos. Todos sabemos os problemas que, por vezes, existem no internamento de doentes idosos com a sua patologia própria, que não são bem aceites no hospital porque é uma doença da velhice e não o são nos Lares de Terceira Idade porque estão doentes. Para quando a criação de enfermarias vocacionadas para estes doentes com a assistência de técnicos de saúde formados em gerontologia?

Concluindo, consideramos como fundamental a elaboração da Carta Sanitária Regional e a participação da comunidade na promoção da saúde, e porque tais requisitos não são satisfeitos no actual Plano, manifestamos o nosso desacordo.

isse.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires.

Deputado Duarte Pires (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Na minha intervenção aquando da discussão do Programa do Governo, fiz realçar que as aspirações duma Região como a nossa a um novo estádio de desenvolvimento obrigavam a um constante aperfeiçoamento de todos os meios que pudessem conduzir a um cada vez mais transparente relacionamento entre os responsáveis políticos e os agentes económicos, de forma a que estes sentissem confiança naqueles e sentissem que a política definida fosse coerente e respondesse, na prática, aos seus justos anseios.

Por outro lado, depois dos últimos resultados eleitorais seria lógico esperar da parte do PSD uma mudança radical do seu comportamento em vários aspectos, nomeadamente no operacional, de forma a darem uma nova imagem de uma hipotética:

nova dinâmica de quem teria aprendido a lição.

Alguns meses já são passados, e como tudo na vida tem as suas fases, a Administração Regional, depois de um aparente despertar, voltou à sonolência habitual. Alguns instalados depois do susto inicial, ainda se tornaram maiores defensores do Partido ainda maioritário de forma a, pela via mais fácil, assegurarem os seus lugares, enquanto a classe política dirigente não tinha tempo para se ocupar com a moralização da Administração Regional por andar ocupada, em jogos de bastidores, na luta interna pela sucessão da liderança do Dr. Mota Amaral que, por sua vez, começa a dar sinais públicos de se sentir perturbado com tal tipo de intriga a que não estava habituado.

(Protestos inaudíveis do PSD e do Governo)

O Orador: É na observação deste panorama político que os açorianos vão constatando que esta maioria perde discernimento e se interrogam da capacidade de execução do Planeamento agora proposto, isto não obstante uma maior garra que poderá dar a ideia duma coesão aparente, própria de quem sente as forças a faltarem.

Efectivamente para quem tem andado atento às propostas do PSD durante estes doze anos, constata facilmente que muitas das promessas não concretizadas são de novo retomadas, o que resulta para a população num generalizado descrédito.

Generalizado descrédito que existe por todo o lado: em cada ilha os respectivos habitantes têm razões de queixa próprios que vão aumentando dia a dia. No caso da Terceira esse descrédito já foi traduzido em termos eleitorais, e com toda a razão, pois os terceirenses continuam a aguardar que o Governo cumpra as promessas feitas, algumas não inscritas sequer ainda neste Plano, (Bairro da Carreirinha e Matadouro Industrial da Terceira), outras sucessivamente repetidas (Parque Desportivo de Angra do Heroísmo, Bairro da Serra de Santiago e Parque Industrial da Terceira), como prova da ineficácia governativa.

Deputado José Carlos Simas (PSD): As máquinas já estão a andar lá! Portanto, está-se fazendo!

O Orador: Ainda bem! Espero que se concretize. Aliás, reparo que o Sr. Deputado é um defensor acérrimo do Governo e pega em qualquer pormenor para dizer sempre o que fez. Espero que se façam todas e não só estas!

Mas, Srs. do Governo, a falta de eficácia do Governo Regional no cumprimento do programado e não cumprido, para além do descrédito que fundamentalmente instalou em várias camadas da população, também causa embaraços a outras entidades como, por exemplo, à Câmara Municipal

da Praia da Vitória, autarquia que se vê hoje a braços com pedidos de licenciamentos de infra-estruturas que teriam todo o cabimento no Parque Industrial como forma dum melhor ordenamento do território, para não falarmos no prejuízo para os investimentos que alguns agentes económicos já efectuaram, sendo neste caso, como em muitos outros, os autarcas a sofrerem o primeiro embate **negativo da ineficácia governativa** e os agentes económicos a sofrerem os prejuízos pelo atraso nos investimentos que pretendem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

É do conhecimento geral, e já foi aqui referido variadíssimas vezes por múltiplos oradores, que se o Governo pretende resolver os problemas da Região, nomeadamente os que se prendem com a circulação de mercadorias entre as diversas ilhas e destas para o exterior ou vice-versa, terá que resolver os problemas de transporte e respectivos custos.

É importante referir aqui um problema normalmente esquecido: efectivamente quando os governantes falam em custos de transporte de mercadorias, esquecem, talvez propositadamente, que esses mesmos custos não são iguais para os mesmos produtos nos diversos portos da Região, sendo portanto minimamente coerente exigir do Governo a solução desta problemática que, quanto a nós, e com um Governo que se prezasse, já estaria resolvida há muito tempo. Ou não é verdade que o PSD já é Governo na Região Autónoma dos Açores há doze anos, e que doze anos são muito tempo? Importa ainda referir aqui que a promoção e fomento da concorrência prevista no Programa nº 3 - Apoio à Actividade Comercial - está viciado à partida, sendo certo que, na prática, para um sector extremamente competitivo como o de lacticínios e seus derivados, o preço de custo da tonelada varia de ilha para ilha pelo que coloca em pé de desigualdade a colocação destes produtos no mercado continental ou outro qualquer hipotético destino.

No PMP 89/92, na pág. 106, afirma-se "Para que a Região disponha de transportes marítimos eficientes far-se-ão baixar os fretes" - medida que ninguém nesta Região deixaria de aplaudir. Na prática, e em contactos com agentes económicos, somos informados que em alguns casos (poucos) apesar dos preços negociados estarem abaixo das tabelas oficiais - o que poderá ser significativo - os mesmos sofreram aumentos já este ano entre os 3 000\$00 e 7 500\$00 mais para contentores de 20 pés entre os Açores e Lisboa ou Leixões.

Depois de tudo isto apetece-me perguntar:

Que se espera para uniformizar os custos dos transportes marítimos na Região?

Que autoridade moral têm alguns para falar

em custos de insularidade quando na prática permitem a insularidade nos Açores?

Deputado Fernando Fonte (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Face à importância real de uma tão sensível área económica, deveria o Governo ter definido uma eficaz política para o comércio cuja insubstituível função garante, em grande medida, a eficácia da economia: é que a distribuição não deve ser mais um simples escoar de mercadorias, mas o verdadeiro centro da actividade económica. O comércio de bens e serviços é hoje um sector indispensável ao desenvolvimento, e é um sector claramente gerador de postos de trabalho e, conseqüentemente, tudo o que obvie ao seu natural desenvolvimento acabará por ter repercussões na solução de outra dificuldade como é o desemprego.

Nesta hora de integração europeia, não se poderá ignorar factores comparativos como o baixo nível das despesas médias de consumo da população na área dos produtos alimentares, mais graves ainda nos Açores devido aos baixos salários e ao encarecimento dos produtos (1/5 da francesa, 1/3 da inglesa e 1/2 da italiana); o número de lojas por mil habitantes, de longe superior ao Continente e, por conseguinte, à Europa, dadas as nossas características específicas relacionadas com a realidade ilha, bem como comerciantes particularmente individualistas e, em muitos casos, detentores de baixo grau de instrução, vão implicar que as mutações a ocorrer nos próximos anos serão extremamente duras e danosas se um esforço de política comercial não for levado a cabo.

É necessário, pois, modernizar o comércio, reformar as estruturas comerciais por forma a que as empresas se consolidem em estruturas dinâmicas e agressivas aptas a enfrentarem a concorrência no seu próprio mercado e, nalguns casos, a exportarem em termos competitivos para o mercado nacional e internacional.

A integração na Europa é irreversível; o Mercado Único Europeu está à porta! Daí que os agentes económicos receiem hoje a aproximação de tal integração, tanto mais que não são suficientemente conhecidas dos agentes económicos a quem se destinam, as regras comunitárias que balizam o sentido da evolução a prazo; para mais, perde-se inexplicavelmente tempo em termos de apoios comunitários ao investimento na área comercial.

É pois necessário fazer-se, enquanto é tempo, os devidos esforços de investimento e de criação das estruturas organizativas, sendo certo que não podem ser os comerciantes a pagar a factura pela ineficácia dos Governos PSD (Central e

Regional) em matéria já aqui referida e que se relaciona com os Fundos Comunitários que, em termos de apoio ao investimento, são bastante significativos.

Disse.

(Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!)

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Varão.

Deputado António Varão (PSD): Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

Há quatro maneiras, só quatro maneiras, pelas quais tomamos contacto com o mundo. Somos avaliados e classificados por estes quatro contactos: o que fazemos, como fazemos, o que dizemos e o que ouvimos.

Partido Social Democrata é bem claro e transparente perante o eleitorado, cumprindo sempre com o princípio atrás citado. Daí que, após a Revolução do 25 de Abril, tem recebido sempre, em eleições livres a confiança da maioria dos cidadãos dos Açores.

No dia 9 de Outubro passado, esta confiança foi reafirmada, uma vez mais, recebendo o Partido Social Democrata, do Povo Açoriano, um mandato para governar os Açores por mais quatro anos, e o povo exprimiu, uma vez mais, a sua adesão ao projecto social democrata, impulsor da nossa Autonomia e o único que se identifica com a História e os anseios do Povo Açoriano.

Constituído o IV Governo Regional nos termos do Estatuto, o mesmo submeteu o seu Programa, para discussão e aprovação, à Assembleia Regional, órgão máximo da nossa Autonomia, onde a oposição, através de correntes políticas minoritárias, se pode manifestar e criticar.

Cumpridas todas as formalidades estatutárias e dentro dos prazos legais, encontra-se este Plenário reunido para discutir o Plano de Médio Prazo e o Plano e Orçamento para 1989.

O Programa do Governo Regional é realista e arrojado e o Plano de Médio Prazo não se demarca, mas insere-se no referido Programa que é, como já foi divulgado, a consequência lógica do Programa do Governo e visa a continuação do desenvolvimento global da nossa Região.

Pensar o futuro, numa perspectiva personalista, requer boa Educação e Formação Profissional. Só assim é que é possível o desenvolvimento e a modernização dos Açores.

Os recursos humanos, são um dos sectores que mereceu atenção, e muito bem, no PMP e no Plano para 1989.

São objectivos: apoio a acções de formação profissional destinadas à valorização dos recursos humanos; apoio a acções de qualificação, nomeada-

mente de jovens, a fim de permitir a sua inserção no mercado do trabalho; apoio a acções de formação dos activos já empregados e de estratos mais atingidos pelo desemprego; construção de infraestruturas no Centro de Formação Profissional dos Açores para abertura de novas áreas formativas.

Podemos dizer, e porque não com algum orgulho, que possuímos na nossa Região, um Centro de Formação Profissional que, comparado com muitos Centros Profissionais da Europa, em nada nos envergonha, antes pelo contrário, pena é que ainda é pouco conhecido de muitos responsáveis e da grande maioria da população da nossa Região, por isso julgo que presentemente não se está a tirar o verdadeiro rendimento das suas potencialidades.

É justo aqui salientar o esforço que a Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos, mais concretamente a Direcção Regional de Formação e Emprego, está a desenvolver no sentido de levar a conhecer a respectiva infraestrutura a toda a população e, de modo particular, aos mais jovens, por intermédio de visitas guiadas que estão a ser efectuadas pelos Presidentes de Juntas de Freguesia e outras entidades.

Na sequência daquelas visitas realizam-se reuniões em várias localidades, o que penso ser uma das boas iniciativas, das que ainda surgirão, para se dar a conhecer e tirar o máximo aproveitamento das estruturas físicas que são postas ao nosso alcance e que permitem igualdade de oportunidades.

O conceito de Educação é tido como motor de todos os aspectos de desenvolvimento do homem, valor universalmente reconhecido, onde assenta o bem estar, nível de vida e felicidade humana.

Por limitações de tempo, a complexidade do assunto e a problemática que o mesmo envolve, não farei a abordagem desejável, mas vou apenas referir alguns aspectos de pormenor que resultam particularmente da minha apreciação do PMP.

O Programa do Governo Regional, aposta privilegiadamente no ensino pré-primário e primário, no reconhecimento de que, nesta fase, a formação do perfil cultural e de mentalidades tem importância acrescida. O PMP reserva parte significativa ao ensino. No entanto, sinto algumas preocupações quanto ao ensino pré-primário, dado ser esta uma opção e nova aposta. Tem-se conhecimento que um grande esforço já foi despendido quanto a este ano lectivo e já foram postos a funcionar em diversos lugares um significativo número de docentes do ensino pré-primário (jardim de infância), nalguns casos com prejuízo do ensino primário, uma vez que para estas classes funcionarem foi necessário recorrer ao regime de desdobramento nas escolas primárias.

A instalação das classes pré-primárias é, por lei, da responsabilidade da Secretaria Regional da Educação e Cultura. No entanto, é preciso ter em conta o contributo das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, que são solicitadas pelos encarregados de educação, pelos Educadores de Infância e pelos Delegados Escolares, para suportarem em parte a instalação e funcionamento, a nível oficial. Há que definir concretamente a conjugação destes esforços.

Estas são algumas preocupações e são apresentadas simplesmente como preocupações, dado que os documentos em apreciação e discussão neste Plenário, PMP, Plano para 89 e Orçamento, têm o meu apoio sem qualquer reserva, porque de facto são inovadores nos seus objectivos.

Termino como comecei:

Há quatro maneiras pelas quais tomamos contacto com o mundo:

Como o que fazemos, como o fazemos, como o que dizemos e como o dizemos.

E, quanto a isso o Partido Social Democrata é bem claro e transparente.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim da nossa hora regimental e, assim sendo, vamos interromper os nossos trabalhos.

Recomeçaremos amanhã, às 10.00 horas, com a continuação da mesma Ordem do Dia.

Muito boa noite e até amanhã!

(Eram 20.00 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: **PSD** - Manuel Valadão; **PS** - Albano Pimentel, Duarte Pires, João Sousa Braga, Luís Filipe Cabral, Ricardo Barros).

(Deputado que faltou à Sessão: **PSD** - Artur Martins).

A Redactora de 1ª Classe, Idília Maria da Costa Macedo Cardoso.